

JÚLIA CHRISTO BRANDÃO TIMO

**AGROECOLOGIA, BEM VIVER E MAL-ESTAR: FONTES MORAIS E
DISCURSOS ANTAGÔNICOS EM TORNO DO PLANO NACIONAL DE
AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PLANAPO)**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção
do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

T585a
2017
Timo, Júlia Christo Brandão, 1974-
Agroecologia, bem viver e mal-estar : fontes morais e
discursos antagônicos em torno do Plano Nacional de
Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) / Júlia Christo
Brandão Timo. – Viçosa, MG, 2017.
xii, 169f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.162-169.

1. Agroecologia. 2. Política pública. I. Universidade
Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa
de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

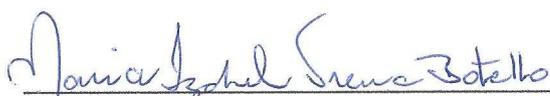
CDD 22. ed. 320.6

JÚLIA CHRISTO BRANDÃO TIMO

**AGROECOLOGIA, BEM VIVER E MAL-ESTAR: FONTES MORAIS E
DISCURSOS ANTAGÔNICOS EM TORNO DO PLANO NACIONAL DE
AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PLANAPO)**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

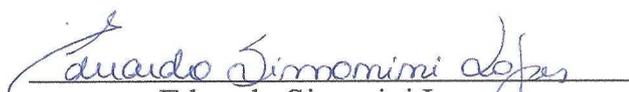
APROVADA: 29 de junho de 2017.



Maria Izabel Vieira Botelho



Henrique Moreira Mazetti



Eduardo Simonini Lopes



Rennan Lanna Martins Mafra
(Orientador)

*Este trabalho é dedicado a todos, irmãs e irmãos, que habitam
os campos e as florestas da nossa querida Mãe Terra,
àquelas e àqueles que, no dia-a-dia, entre suor, sorrisos e lágrimas,
nutrem nossas vidas.*

*Que aqui encontrem(os) uma contribuição para animar nossa
caminhada por um Bem Viver.*

“Não tente convencer ninguém.
É como querer derrubar a árvore com um sopro.
Mas defenda os seus princípios, que são como a raiz –
tão frágil e, no entanto, sustenta com firmeza os mais frondosos carvalhos.”

Frei Betto

AGRADECIMENTOS

*“Terra, meu corpo
Água, meu sangue
Ar, meu sopro
Fogo, meu espírito”*

Agradeço a Deus, Pai Celestial e Mãe Natureza
Agradeço a Vida e à Vida

À Terra, meu apoio, agradeço

Aos meus ancestrais, a minha família genealógica e à espiritual, as raízes, os princípios, os saberes compartilhados, a inspiração

Às comadres e aos compadres, aos manos e às manas, à comunidade gaiana, às amigas e aos amigos, o carinho, a escuta, as palavras, a presença, as vivências

Ao meu irmão Pedro, que é também compadre e amigo, a fraternura

A minha família Timo, especialmente à Dona Ana e ao Seu Luiz, as orações, a força constante seja por perto, seja de longe

À Leu a paciência, a dedicação, a ajuda, o carinho e a colaboração no cuidado com toda a família, essencialmente com as crianças

A meu pai, Zé Márcio e à minha mãe, Thereza, por sempre acreditarem nos meus sonhos, o incentivo, o apoio sempre, o suporte em todas as dimensões, a paciência, o esforço, os conselhos, o amor incondicional

À Água, meu fluxo, agradeço

Às amigas e aos amigos do Copráticas, o acolhimento, a comunidade de aprendizagem, o cuidado, o diálogo, os debates, a troca de saberes

À Cátia, à Márcia e à Janaína, a disposição em ajudar e as colaborações fundamentais

À Anna Claudia, minha anjinha, o socorro, o cuidado, a coaprendizagem, os conselhos

Aos colegas do PPGER, especialmente à galera da salinha do Mestrado, a companhia, a animação, os momentos de distração, os esparecimentos, os cafés, as conversas

À equipe do DER, em especial ao Romildo e à Margarida, a atenção de sempre, os esclarecimentos e a disposição na ajuda com os trâmites burocráticos

À equipe da CCS, agora DCI, especialmente à Rosely e ao Seu Jorginho, a atenção, a boa vontade sempre, as conversas amigas, as reflexões sobre a vida

À FAPEMIG, o financiamento para a realização dessa pesquisa

À UFV, a estrutura para que esse estudo acontecesse

Ao corpo docente do PPGER, a credibilidade e a oportunidade

À professora Ivonete e ao professor Marcelo Romarco, o compartilhamento de experiências e as colaborações na compreensão da extensão rural contemporânea

Ao Rodrigo, a disposição, a boa vontade, as contribuições para o trabalho

Ao professor Henrique Mazetti e ao professor Simonini, a leitura, o diálogo, as colocações e as sugestões sempre tão ricas

À professora Izabel, as reflexões sempre tão profundas, que tanto me orientaram na caminhada do Mestrado, a oportunidade de diálogo e de aprendizado

Ao meu orientador professor Rennan, as orientações, a escuta profunda, as oportunidades, a confiança, a compreensão, o amparo, o entusiasmo, o zelo, os ensinamentos, a construção do conhecimento, a partilha, a parceria, a colaboração, a cooperação, a coprodução, a sensibilidade de sempre, a amizade incondicional

Ao Ar, minha força, agradeço

A energia das crianças sempre presentes, trazendo muita alegria

Aos meus filhos Lucas e Gabriel, a compreensão, a boa vontade, a escuta, as confidências, a paciência, as colaborações em casa, as oportunidades de crescer e amadurecer juntos

Às minhas filhas Ana Thereza e Stella, o carinho diário, as palavras de amor, os bilhetinhos, as cartinhas e os desenhos, as surpresas, as flores, os abraços e os sorrisos que tanto animam e alegram a minha vida

Ao Fogo, minha energia, agradeço

Ao Eduardo, a união, o companheirismo, a paciência, o esforço em respeitar o meu ritmo e a minha temporalidade, a persistência, a parceria, a superação, o perdão, o acreditar, o compartilhar, o sonhar junto, o caminhar ao meu lado sempre, o amar, o amor!

*... Vou zelando aqui, as flores que recebi
Agradeço a Deus considerar que eu mereci.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1: Documentos de análise usados para o entendimento da Agroecologia e evidenciação das fontes morais antagônicas	18
Quadro 2: Documentos analisados para entendimento do processo de construção do PLANAPO	20
Quadro 3: Textos analisados para compreensão do momento de lançamento do PLANAPO e evidenciação dos diversos mal-estares que emergiram em relação ao Estado	22
Quadro 4: Antagonismo entre fontes morais.....	48
Quadro 5: Jogo Antagônico entre Fontes Morais.....	49
Quadro 6: Relações sociais – principais temas abordados nas Cartas Agroecológicas.....	58
Quadro 7: Relações com a Natureza e com o ambiente – principais temas abordados nas Cartas Agroecológicas.....	62
Quadro 8: Relações sociedade-instituições – principais temas abordados nas Cartas Agroecológicas.....	64
Quadro 9: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO.....	91
Quadro 10: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO.....	92
Quadro 11: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO	92
Quadro 12: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO	92
Quadro 13: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO	93
Quadro 14: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO	93
Quadro 15: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO	93
Quadro 16: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO	94
Quadro 17: Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: tentativas de articulação	97
Quadro 18: Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica: tentativas de articulação	98
Quadro 19: Proposta ANA para PLANAPO: articulações, fontes morais agroecológicas e pontos nodais	101
Quadro 20: Proposta CIAPO e CNAPO: articulações, fontes morais não- agroecológicas e pontos nodais.....	105
Quadro 21 : As monoculturas e as fontes morais do sujeito moderno	127
Quadro 22: As ecologias e as fontes morais agroecológicas.....	128

FIGURAS

Figura 1 Dinâmica de constituição do discurso, pela Teoria do Discurso.	89
Figura 2: Campo da discursividade. Fonte: Construção da pesquisa, 2017.	90
Figura 3: Campo da Discursividade do PLANAPO.....	95
Figura 4: Prática articulatória.....	96
Figura 5: Formação de discurso	106
Figura 6: Corte antagônico.....	133

TABELAS

Tabela 1: Momento: Produção orgânica e de base agroecológica	108
Tabela 2: Momento: Mulheres Rurais.....	108
Tabela 3: Momento: Recursos Naturais	108
Tabela 4: Momento: Sistemas de comercialização	109
Tabela 5: Momento: Agrobiodiversidade e Sociobiodiversidade	109
Tabela 6: Momento: Ecossistemas	109
Tabela 7: Momento: Ensino, pesquisa e extensão rural	110
Tabela 8: Momento: Juventude Rural	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
- CIAPO – Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
- CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- COPRÁTICAS – Grupo de pesquisa Comunicação, Democracia e Práticas Sociais
- DER – Departamento de Economia Rural
- ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
- FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PPGER – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
- UFV – Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

TIMO, Julia Christo Brandão, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2017. **Agroecologia, Bem Viver e Mal-estar: fontes morais e discursos antagônicos em torno do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).** Orientador: Rennan Lanna Martins Mafra.

Essa dissertação tem como principal objetivo compreender as fontes morais e os discursos antagônicos presentes em torno do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Para isso, foram trazidos, como fundamentação teórica, autores que discutem a crise da modernidade (BAUMAN, 1998; TAYLOR, 1997), teóricos que propõem a discussão do debate agroecológico (ALTIERI, 1989; GLIESSMANN, 2007; FRANCIS et al., 2003; WEZEL et al. 2009), visões que pretendem trazer alternativas à modernidade (ACOSTA, 2016; INGOLD, 2000; SANTOS, 2007) e autores que discutem a emergência da diferença em contextos democráticos frente à produção de políticas públicas pelo Estado (LACLAU e MOUFFE, 1987; MOUFFE, 2009; 2015). A principal metodologia utilizada nesse trabalho se constitui por duas grandes linhas: uma linha de análise de conteúdo (LAVILLE e DIONNE, 1999) e uma linha de análise de discurso (LACLAU e MOUFFE, 1987) entendendo o discurso como um conjunto de práticas articulatórias entre grupos antagônicos diante da demanda por ações do Estado e, por sua vez, de uma necessidade de legitimação dessas ações. As principais conclusões desse trabalho evidenciam que a construção discursiva do PLANAPO explicita o antagonismo entre fontes morais agroecológicas e não-agroecológicas, gesto este que, por sua vez, provoca a falência do discurso voltado à legitimidade social dessa política pública, provocando um grande mal-estar público. Entretanto, é a própria possibilidade do PLANAPO que atribui à Agroecologia uma oportunidade de ampla discussão na cena pública e de expressão não apenas de suas propostas, mas da forte crise de “se habitar o mundo”, vivenciada junto aos contextos atuais.

ABSTRACT

TIMO, Júlia Christo Brandão, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2017. **Agroecology, good living and malaise: moral sources and antagonistic discourses around the National Plan for Agroecology and Organic Production (PLANAPO).** Advisor: Rennan Lanna Martins Mafra.

This dissertation has as main objective understand moral sources and antagonistic discourses around the National Plan for Agroecology and Organic Production (PLANAPO). For this, as theoretical foundation we have brought some authors that discuss about the crisis of modernity (BAUMAN, 1998; TAYLOR, 1997), theorists who propose the discussion of the agroecological debate (ALTIERI, 1989; GLIESSMANN, 2007; FRANCIS et al., 2003; WEZEL et al. 2009), perspectives that aim bring alternatives of modernity (ACOSTA, 2016; INGOLD, 2000; SANTOS, 2007) and authors that discuss the emergence of difference in democratic contexts in what it refers to the production of public policies by the State. (LACLAU e MOUFFE, 1987; MOUFFE, 2009; 2015). The major methodology used in this work is constituted by two large lines: one of these lines is the content analysis (LAVILLLE e DIONNE, 1999) and the other line is the discourse analysis (LACLAU e MOUFFE, 1987) understanding the discourse as a set of articulatory practices between antagonistic groups before the demand for actions by the State which, in turn, will need legitimation for these actions. The main conclusions of this study evidence that the discursive construction of PLANAPO explicit the antagonism between agroecological and non-agroecological moral sources, a gesture, that in turn, causes the crash of the discourse aimed to the social legitimation of this public policy, what causes a great public malaise. However, it is the very possibility of the PLANAPO which attributes to Agroecology an opportunity for a large discussion on the public scene and to express not only its proposals, but the hard crisis of “dwelling the world” experienced in today’s contexts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. Âmbitos de relevância da pesquisa	6
2. Estado da Arte	8
3. Escolhas conceituais e problema de pesquisa	12
4. Objetivos e aspectos metodológicos	15
CAPÍTULO 1 – AGROECOLOGIA EM MEIO AO DEBATE DA CRISE DA MODERNIDADE: a evidenciação de fontes morais antagônicas	24
1.1. Introdução	24
1.2. Um retrato da modernidade pelas lentes de Bauman	26
1.2.1. Modernidade em crise: “ <i>Basta de se estender ao doce futuro, que fica amargo no momento em que se torna presente</i> ”	30
1.3. A noção tayloriana de fontes morais do <i>self</i> : entrelaçamento entre moralidade e identidade	33
1.4. A noção de <i>viver melhor</i> e a noção de <i>bem viver</i>	37
1.4.1. Bem viver e Agroecologia.....	44
1.5. O jogo antagônico	45
1.5.1. Considerações de análise.....	52
1.6. A análise das Cartas Agroecológicas	54
1.6.1. O antagonismo em evidência	55
1.7. Considerações finais.....	70
CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO PLANAPO: práticas articulatórias e cadeias de equivalências em um campo de discursividade constituído por paradoxos e antagonismos.....	72
2.1. Introdução	72
2.2. A lógica de produção de políticas públicas no Estado democrático	74
2.3. Política democrática pluralista moderna: <i>locus</i> de paradoxo e agonismo	78
2.4. As bases teórico-metodológicas da teoria do discurso de Laclau e Mouffe: lentes para análise dos discursos constitutivos do PLANAPO.....	82
2.5. A dinâmica da construção de discursos.....	87
2.5.1. Campo da discursividade	90
2.5.2. Práticas Articulatórias	96
2.5.3. Discursos	106
2.6. Considerações finais.....	112

CAPÍTULO 3 – AGROECOLOGIA E FALÊNCIA DO PLANAPO ENQUANTO PRÁTICA ARTICULATÓRIA: cortes antagônicos e mal-estar(es) diante do Estado.....	114
3.1. Introdução	114
3.2. Agroecologia: a ecologia dos sistemas alimentares enquanto ciência, prática e movimento social	116
3.3. A perspectiva do habitar por Tim Ingold	118
3.4. <i>Epistemologia do Sul</i> e Agroecologia: percebendo as ecologias dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala, das produtividades na proposta de uma transição	123
3.4.1. Transição e aproximação com as fontes morais agroecológicas	126
3.5. Análise do lançamento público do PLANAPO: o mal-estar provocado pelo discurso ..	129
3.5.1. O antagonismo.....	130
3.5.2 . O corte antagônico e a falência discursiva	133
3.5.3. O mal-estar provoca mal-estar	140
3.5.4 O mal-estar agroecológico	144
3.6. Considerações finais.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como temática geral a discussão sobre a presença da Agroecologia frente ao Estado nos cenários contemporâneos. De modo mais específico, o esforço deste trabalho se empreende a partir de uma investigação em torno do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, principal instrumento de operacionalização da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, - no contexto do Estado brasileiro atual.

Considero fundamental contextualizar as leitoras e os leitores deste trabalho sobre os caminhos percorridos para que eu chegasse a esse tema de pesquisa. Em outros termos, sinto a necessidade de fazer entender por que a Agroecologia me despertou curiosidade de investigação.

Há alguns anos que as temáticas da *ecologia* e da *transição* permeiam as minhas escolhas pessoais de vida, que costumam integrar três princípios fundamentais: que seja uma escolha que me proporcione crescimento pessoal, ao mesmo tempo em que contribua para a construção de comunidades e que também proporcione algum tipo de serviço ou benefício à Terra.

Ainda em âmbito pessoal, confesso que o sistema moderno capitalista hegemônico sempre me incomodou, com suas injustiças, desigualdades e, porque não dizer, perversidade e crueldade. Dessa forma, propostas que se afirmam em contraposição a esse sistema e que apresentam caminhos diversos, que se sustentam por visões diferentes de *se perceber o mundo* e de *se perceber no mundo* - ou seja, perspectivas que ampliem o foco para as relações que construímos com nós mesmos, com os outros seres humanos, com a natureza e com o ambiente - sempre me instigam a curiosidade (e algumas delas me renovam a esperança).

Sendo assim, ao ingressar no grupo de pesquisa COPRÁTICAS e em seguida no curso de Mestrado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa, nas disciplinas que cursei, na literatura estudada e nos debates em sala de aula, tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre diversas questões ligadas ao meio rural, à vida no campo, e dentre esse denso conteúdo uma temática me chamou muito a atenção: a *Agroecologia* e suas propostas de transição agroecológica.

Ainda que não exista uma definição fechada sobre Agroecologia, posso dizer que, em linhas gerais, é possível compreendê-la como um conjunto de saberes, práticas

e conhecimentos que se voltam a problematizar as dinâmicas produtivas do modelo moderno em relação aos processos alimentares, sociais e ambientais (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2007; SEVILLA GUZMÁN, 2001; WEZEL et al. 2009; FRANCIS et al., 2003; CAPORAL e AZEVEDO, 2011). Neste sentido, do ponto de vista científico, a Agroecologia teve seu “nascimento” vinculado ao campo das Ciências Agrárias, a partir de pesquisadores que começaram a considerar, em suas práticas de pesquisa sobre o meio rural – relacionadas a solo, produção de alimentos, criação de animais, uso dos recursos naturais, manejo dos sistemas produtivos e ambientais etc. - uma forma de construção de conhecimento que não fosse centralizada unicamente nos pesquisadores. Dessa forma, a Agroecologia parte do pressuposto de que o conhecimento científico de áreas como agronomia, veterinária, zootecnia, ciências dos solos, ciências florestais e ciências de alimentos não estavam, de forma isolada, garantindo a preservação ambiental, a produção de alimentos saudáveis e a manutenção da própria espécie humana e, menos ainda, desvelando soluções no que se refere a problemas sociais como fome, miséria, desigualdade, êxodo rural.

Dessa maneira, a perspectiva agroecológica nasce da premissa de que esses saberes, por si sós, não estavam sendo suficientes para o manejo sustentável dos agroecossistemas¹ (GLIESSMANN, 2007; CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Neste sentido, os pesquisadores começaram a perceber a importância de que os saberes científicos, juntamente a práticas do senso comum construídas por agricultores em seus fazeres cotidianos, seriam capazes de gerar um conhecimento híbrido que não fosse unicamente científico, nem unicamente popular, mas que fosse o resultado do encontro de soluções científicas junto com soluções populares, na medida em que, tanto saberes de uma prática vivenciada por agricultores, quanto o saber científico poderiam indicar soluções concretas para uma produção e um manejo sustentáveis (ALTIERI, 1989; FRANCIS et al. 2003; GLIESSMAN, 2007; CAPORAL, PAULUS, COSTABEBER, 2009b).

Sendo assim, de uma proposta ligada inicialmente aos processos produtivos, a Agroecologia começa a ser pensada como uma proposta de integração dos sujeitos com o ambiente, uma vez que estudos começaram a apontar que práticas sustentáveis de

¹ Caporal e Costabeber (2002, p. 14) definem os agroecossistemas como “unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. Nestas unidades geográficas e socioculturais (...) ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas, constituindo o lócus onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações”.

produção de alimentação, de preservação e de sobrevivência só poderiam ser sustentadas mediante concepções também sustentáveis e mediante uma problematização dos sistemas de significação que ancoravam tais práticas. Nesse sentido, a Agroecologia tem se colocado, nos dias de hoje, como um saber amplo, direcionado à compreensão das bases de interação entre seres humanos, espécies, plantas, animais, recursos naturais e ambiente (CAPORAL E AZEVEDO, 2011; GLIESSMAN, 2007; BOTELHO, CARDOSO e OTSUKI, 2016).

Sendo assim, neste primeiro contato que mantive com tais noções, senti que as propostas e os princípios agroecológicos poderiam conter alternativas aplicáveis e adaptáveis à realidade complexa vivenciada nas sociedades modernas, no que se refere aos desafios de produção, de organização e de continuidade da própria vida. Nesse momento, algo instigante começou a emergir junto ao meu cotidiano: ao compartilhar com algumas pessoas o interesse pela discussão agroecológica, deparei-me com a emergência de um certo “mal-estar”, em algumas conversações. Assim, muitas vezes, quando compartilhava o meu interesse em estudar a Agroecologia, algumas pessoas diziam: “É, combina com você, você é tão *BG* (bicho-grilo!)” ou “Ah! Agroecologia é coisa de gente alternativa, de gente natureba!”. Curiosamente, fui então percebendo que a Agroecologia provocava um concreto mal-estar em algumas pessoas, de modo que esse mal-estar era devolvido a mim também na forma de inúmeras críticas dirigidas aos movimentos agroecológicos: “Esse pessoal é tão radical, se a gente não se veste como eles, se a gente come carne ou toma refrigerante, já olham pra gente com uma cara...”

Passei a perceber que esse mal-estar em relação à Agroecologia era muito presente em certos grupos e instituições e que, para explicitá-lo, muitas vezes algumas pessoas usavam de uma estratégia de desqualificação: “Ah! Esse pessoal acha que os agricultores têm que voltar ao passado, ficar horas na enxada, no sol, cuidar de cada plantinha, porque agrotóxico para eles, nem pensar! Quem é que tem tempo pra isso?” Mais incomodada ainda fiquei quando assisti o filme *O Veneno está na mesa*², ao ver a então senadora Kátia Abreu (que tempos depois veio a ser ministra da Agricultura) que, dentre outras posições, defendeu: “Aqueles que ganham salário mínimo no Brasil, ou

² *O Veneno está na mesa* é um documentário de Silvio Tendler. O vídeo foi elaborado tendo como base o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), divulgado em 2012. O documentário trás inúmeras revelações, dentre elas: “28% dos alimentos oferecidos à população brasileira são insatisfatórios para consumo” e ainda: “desde 2008, quando ultrapassou os Estados Unidos, o Brasil é o país que mais utiliza agrotóxicos no mundo” (REVISTA EDUCAÇÃO, 2013). O documentário está disponível no *youtube*, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>

não ganham nada, têm que comer com defensivo químico sim! É a única forma de se produzir alimento barato. Orgânico é pra rico.”

Dessa forma, também a partir de um concreto mal-estar causado em mim, diante dessas outras dinâmicas emergentes de mal-estar causadas pela Agroecologia em vários contextos, na minha trajetória de buscas sobre como transformar meus desejos (e incômodos) num processo de pesquisa científica, cheguei ao conhecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), algo que me despertou muita curiosidade em investigar.

A PNAPO é uma política pública do recentemente extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Instituída através do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, foi empreendida pelo MDA com o objetivo de tematizar amplamente a questão agroecológica no âmbito do Estado brasileiro a fim de se criar recursos, estruturas e processos que pudessem estimular sistemas de produção agroecológicos em todo o território nacional. A PNAPO obviamente se insere numa conquista histórica de grupos e movimentos agroecológicos que, ao longo dos anos, tentaram inserir, junto ao contexto de políticas públicas federais, ações que pudessem fortalecer a própria Agroecologia no âmbito da sociedade contemporânea. O principal instrumento proposto pela PNAPO, no intuito de operacionalizar suas propostas, foi o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). O PLANAPO – lançado publicamente em outubro de 2013 e instituído oficialmente em novembro daquele mesmo ano - foi estruturado por meio de intensivo debate envolvendo diferentes órgãos de governo e representantes da sociedade civil, dentre estes membros dos movimentos sociais do campo e da floresta. O plano apresenta a intenção de integrar e qualificar diferentes políticas e programas de dez ministérios³, ditos parceiros em sua execução. Assim, o PLANAPO apresenta como objetivo: “articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 2013).

³ Os ministérios então envolvidos no lançamento do PLANAPO eram: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Fazenda.

Dessa forma, algumas questões se tornaram muito instigantes diante de meu movimento de busca para investigação científica da Agroecologia, no âmbito do mestrado: se existia uma política pública direcionada a fomentar a transição agroecológica e a produção de orgânicos, no Brasil; se tal política tinha como público beneficiário as agricultoras e os agricultores familiares, as assentadas e os assentados de reforma agrária bem como povos e comunidades tradicionais; e, de algum modo, se tal política indicava concretamente que havia espaço no âmbito do Estado brasileiro para uma composição de recursos, estruturas e ações voltadas a fomentar processos agroecológicos, um fenômeno relevante parecia se descortinar, solicitando explicações.

Quanto a isso, é válido também apontar que o lançamento do PLANAPO foi algo marcado por muito mal-estar público, por parte de inúmeros grupos e atores sociais (mal-estar este muito semelhante ao que vivenciei, em proporções menores, quando anunciei publicamente, a alguns grupos, meu interesse pela Agroecologia). Como exemplo, cito aqui um texto publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 30 de outubro de 2013, data subsequente e bem próxima ao lançamento público do PLANAPO, ocorrido em 17 de outubro de 2013. O texto em questão, intitulado “Fadas, duendes e agricultura”, é de autoria de um conhecido pesquisador, doutor em sociologia, Zander Navarro⁴. O autor demonstra, em seu texto, muito mal-estar, revelado por meio de frases e termos irônicos no intuito de desqualificar o PLANAPO, se referindo ao dia de sua publicação como “dia do assombro”, em que o “governo federal mergulha no ridículo”. No texto, o sociólogo expressa não só um grande incômodo, mas uma profunda indignação em relação a uma política que diz se pautar na Agroecologia, uma vez que, na visão dele, a Agroecologia “não é ciência e menos ainda movimento social”, é um termo “cujo significado ninguém sabe”, é uma “palavra sem conteúdo”. O pesquisador afirma também que a Agroecologia é uma proposta inaplicável, inalcançável nos contextos modernos e reitera: “é ficcional”, “na prática

⁴ Zander Soares de Navarro é engenheiro agrônomo, especializado em Economia Rural, Mestre em Sociologia Rural, Doutor em Sociologia (Universidade de Sussex, Inglaterra e pós-doutor em Ciência Política (MIT, Estados Unidos). Foi professor visitante nas universidades de Amsterdam (1986) e Toronto (1990). Foi professor e pesquisador no "Institute of Development Studies" (Brighton, Inglaterra, 2003-2010). Professor associado (aposentado) da UFRGS (Porto Alegre) entre os anos de 1976 e 2011. Atualmente é pesquisador concursado da Embrapa Estudos e Capacitação (Brasília). Um destaque é que Zander foi professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da UFV (Viçosa). Os campos de atuação acadêmico e profissional do pesquisador são: Sociologia dos processos sociais rurais; estudos sobre o desenvolvimento (agrário e rural); movimentos sociais e organizações rurais; processos de democratização em regiões rurais; teoria sociológica; história agrária do Brasil; teorias democráticas; participação social e processos de democratização. Mais informações ver *curriculum lattes* do pesquisador disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6396562680820881>

não são modelos concretizáveis”, “sua generalização não é viável”, “a complexidade de manejo é para raros agricultores”. As reverberações deste discurso de Zander Navarro foram inúmeras: movimentos sociais agroecológicos vieram a público revelar sua indignação em relação ao pesquisador. E assim, nesse momento, fiquei realmente convencida de que havia (há) aí um jogo de disputas, um conflito aberto, que merecia muito ser estudado.

Foi a partir do que aqui brevemente relatei que se iniciou o processo de construção da proposta de pesquisa aqui empreendida. Sendo assim, esta dissertação ora apresentada objetivou estudar o mal-estar que emergiu, não apenas em torno do PLANAPO, mas em torno da própria Agroecologia, tendo como foco analítico alguns momentos específicos: as etapas de elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o momento de lançamento do plano, com ênfase em algumas reverberações discursivas ocorridas em torno desta ocasião e no ano posterior⁵. De tal sorte, partimos da hipótese de que o mal-estar causado em torno do lançamento do PLANAPO – e, com isso, a emergência de inúmeras tentativas de desqualificação do mesmo – muito antes do que se dirigir aos procedimentos democráticos voltados à sua elaboração, refere-se à própria tentativa de deslegitimação social da Agroecologia.

Como evidenciado no decorrer dessa introdução, o mesmo fenômeno de atribuição de configurações dirigidas discursivamente a mim, quando assumi a Agroecologia como temática de pesquisa (e de todo o mal-estar sustentado por discursos de desqualificação e/ou aproximação em relação à minha própria identidade) foi observado num âmbito social de natureza alargada, que se configura como espaço de tensões e disputas entre diversos sujeitos e instituições. As causas e as origens da emergência desse mal-estar socialmente engendrado, que tenta desqualificar e destruir a própria Agroecologia - enquanto lugar válido à produção de saberes e práticas calcadas nessa nova relação entre sociedade e ambiente - são fenômenos que muito me interessaram investigar.

1. Âmbitos de relevância da pesquisa

A empreitada de se discutir a relação entre Agroecologia, bem viver e mal-estar, evidenciando as fontes morais que animam esse debate e analisando os discursos antagônicos emergentes em torno da elaboração, do lançamento e dos momentos iniciais

⁵ Os critérios de escolha e de seleção das reverberações analisadas serão detalhados no decorrer da dissertação.

de implementação do PLANAPO, convoca naturalmente a um esforço de explicitação de âmbitos de relevância vinculados ao problema de pesquisa proposto. Assim, considero que este trabalho apresenta pelo menos três âmbitos relevantes de expressão: teórico-científico-epistemológico, científico-empírico-temático e social.

A contribuição teórico-científico-epistemológica se apresenta na medida em que percebo a necessidade de se repensar a Agroecologia para além de um conjunto de teorias que tenta defini-la. Dito em outras palavras, é necessária a emergência de estudos que percebam e demonstrem que a própria discussão agroecológica carece de um “repensar teórico” que promova vinculações da Agroecologia junto a tendências teóricas das ciências contemporâneas em geral, tendências estas que questionam a própria incompletude da Ciência.

Por isso, o esforço que também foi empreendido na dissertação é o de tentar teorizar a Agroecologia no âmbito de uma discussão científica maior. Acredito que tal gesto evita que os estudos agroecológicos corram o risco de serem superficiais, sem fundamentação, ou mesmo tautológicos. Tal risco, sem sombra de dúvidas, abre margem para a própria desqualificação agroecológica. Sendo assim, defendo que os estudos agroecológicos necessitam, antes de tudo, ser alocados num debate epistemológico mais amplo, algo que percebi já se demonstrar iniciado frente a uma pesquisa de estado da arte, que será apresentada no próximo tópico dessa introdução. Assim, surge um questionamento: uma vez que a epistemologia se constitui enquanto campo filosófico que busca validar cientificamente um campo científico, será que podemos falar em epistemologia agroecológica? Se sim, a Agroecologia pode ser considerada uma ciência, ao se vincular a um debate de uma ciência pós-moderna? Por isso a pesquisa que ora se desenha se filia à necessidade de mais estudos que se esforcem, antes de tudo, por produzirem a vinculação da Agroecologia a uma epistemologia contemporânea do fazer científico.

A contribuição científico-empírico-temática é outro âmbito de relevância que destaco neste trabalho. Tomando o campo empírico como o campo da investigação, percebo também a necessidade e a importância do investimento em estudos científicos que possam discutir a Agroecologia como fenômeno social contemporâneo, emergente em meio a um jogo de disputas e conflitos. Acredito que, se partimos para uma discussão sobre Agroecologia numa tentativa de justificar sua relevância social antes mesmo de tentarmos compreender que as próprias justificativas agroecológicas são, de antemão, desqualificadas por certos grupos e instituições, não estaremos colaborando

com avanços na compreensão acerca do fenômeno agroecológico. Sendo assim, torna-se necessário o entendimento desse processo para compreender porque a Agroecologia não consegue dialogar em determinados contextos sociais. Por tudo isso, é válido questionar: por que as tentativas de diálogo agroecológico são muitas vezes silenciadas e os argumentos são totalmente envolvidos por uma força de destruição? Logo este trabalho visa compreender o fenômeno socialmente engendrado pela Agroecologia como campo constituído por disputas marcadas por jogos discursivos, com vistas a trazer uma compreensão do lugar empírico e temático que a Agroecologia provoca contemporaneamente.

A terceira contribuição dessa proposta se refere a um âmbito de relevância social. O fazer científico, nos contextos de uma universidade pública, necessita pensar os fenômenos sociais com vistas a encontrar algumas possibilidades interpretativas. Dessa forma, torna-se relevante a compreensão das formas discursivas engendradas pelo fenômeno agroecológico num momento em que uma política pública específica se materializa num plano. Nesse contexto de disputas, se torna importante conhecer que tipo de forças, no Estado e na sociedade, ganham espaço, num momento em que definições contemporâneas acerca da ação social de grupos e de novas propostas produtivas, econômicas, ambientais e sociais precisam ser tomadas. De tal sorte, considero a investigação desse fenômeno um gesto relevante ao descortinamento de cenários, forças em jogo e formas discursivas que se constituem em contextos sociais notadamente marcados por complexos e contraditórios processos sociais.

2. Estado da Arte

Sendo objetivo dessa dissertação compreender o PLANAPO - plano que materializa a adoção do discurso agroecológico pelo Estado brasileiro, ainda que de forma articulada, como veremos mais adiante - vejo-me no dever de procurar situar o debate agroecológico no campo das Ciências Sociais. Essa tarefa irá nos ajudar, a mim, às leitoras e aos leitores deste trabalho, a compreender, sobretudo, em que medida a Agroecologia surge como ciência, prática e movimento social, ou como um saber que vem estabelecer um processo antagônico, na própria Modernidade. Além disso, tal gesto irá nos auxiliar a entender em que medida a Agroecologia se apresenta como resultante

da própria crise de um modelo hegemônico de pensamento, de ação e de sociedade, modelo este que foi, por sua vez, constituído em meio ao próprio contexto moderno.

Nesse intuito, para compor este estado da arte, realizei uma minuciosa busca nos estudos procurando verificar se os mesmos relacionam Agroecologia e crise da Modernidade. De início, é possível salientar que há uma diversidade de trabalhos que estudam a Agroecologia, nos mais variados aspectos e, dessa forma, optei por um recorte de tempo, destacando estudos realizados nos últimos dez anos⁶. Vale ressaltar ainda que essa busca foi fundamental não apenas para conhecer o debate atual no que se refere à relação entre Agroecologia e a crise da Modernidade, mas, sobretudo, para elencar questões e lacunas que necessitam de aprofundamento ou que ainda permanecem em aberto.

Perpassando, então, os trabalhos, pude perceber que a grande maioria deles destaca as potencialidades, em dimensões variadas, que a Agroecologia apresenta para construção de soluções, alternativas ou respostas a diversas questões e malefícios trazidos pela Modernidade. Para fins didáticos, optei por separar os trabalhos em três linhas principais de abordagem intimamente correlacionadas. A primeira linha de abordagem se refere a estudos que abordam a forma (ou formas) como se processa a construção do conhecimento no campo da Agroecologia. Esses destacam, sobretudo, as potencialidades e os desafios da Agroecologia para se afirmar enquanto campo científico e enquanto lugar válido à construção de conhecimento (BORSATTO e CARMO, 2013; BARBOZA et al., 2012; CANUTO, 2011; NAVARRO E LUIS, 2011; JACOB, 2011; FEHLAUER, 2007). Dialogando, ainda nessa vertente, estão estudos que abordam a Agroecologia enquanto ramo científico complexo, ao evidenciar acoplagens cognitivas entre as propostas atuais teórico-metodológicas da Agroecologia com o paradigma da complexidade (FLORIANI E FLORIANI, 2010) e que defendem a *pluriepistemologia* associada à produção científica agroecológica, no que tange teorias e metodologias, para que se tenha uma epistemologia ampliada, capaz de incorporar saberes locais, culturais e ancestrais dos povos e comunidades (GÓMEZ, TRUJILLO E DIAZ, 2013).

A segunda linha de abordagem, que pude observar, agrega estudos que focam na construção do discurso agroecológico. Nessa linha inserem-se estudos que analisam a apropriação do discurso agroecológico, sobretudo pelos movimentos sociais, com

⁶ Estes estudos foram buscados nas plataformas: Portal Periódicos Capes e Google Acadêmico, a partir do ano de 2007.

destaque para pesquisas que tomam como realidade empírica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), como também estudos que discutem a Agroecologia e a emergência de sujeitos políticos. O discurso agroecológico é assim caracterizado, em diversos trabalhos, enquanto questionador do entendimento contemporâneo hegemônico da relação natureza-sociedade e dos discursos modernizantes de “desenvolvimento” e “progresso” (TURNIAWAN, 2015) bem como um potencializador para impulsionar mudanças de paradigmas e para produzir novas verdades (NORDER ET AL, 2016; TURNIAWAN, 2015; CARLI, 2013; BORSATTO e CARMO, 2013), como também para o envolvimento de mulheres que alteram posições sociais (SILIPRANDI, 2009).

Merece ressaltar nessa linha, que aborda a construção do discurso agroecológico, o trabalho de Norder et al. (2016), no qual os pesquisadores argumentam, que nos últimos anos, um número crescente de atores e instituições, em diferentes países, passou a utilizar a noção de Agroecologia, o que levou a uma ampliação da polissemia e das controvérsias em torno dessa temática. Isso, na visão dos autores, dotou a Agroecologia de peculiaridades nos diferentes campos que dela hoje se apropriam, como os analisados no referente trabalho, que são: a ciência, os movimentos sociais, as políticas governamentais e a educação. Dessa forma, o reconhecimento do pluralismo e das controvérsias, inerentes à Agroecologia, são, na opinião desses autores, de suma importância para a construção do conhecimento nesses campos que a ela se vinculam.

Já a terceira linha de abordagem reunida se refere aos trabalhos que associam mais explicitamente a emergência da Agroecologia à crise (ou às crises) da Modernidade (BORSATTO, 2012; DE ALMEIDA, HERNADEZ E COLLADO, 2014; GONZÁLEZ, 2015; RIGOTTO et al. 2012). Dessa forma, no estudo de Borsatto (2012) é possível perceber de forma bem direta e explícita a vinculação da emergência da Agroecologia à crise da Modernidade, uma vez que esse autor afirma que a Agroecologia surge, no campo científico, enquanto uma resposta à crise socioambiental, sobretudo no que tange os contextos rurais. Para esse autor, as disciplinas convencionais, por elas mesmas, não conseguiram encontrar soluções e, ao contrário, contribuíram para o fomento da crise (BORSATTO, 2012).

Nessa mesma linha, De Almeida, Hernandez e Collado (2014) destacam a crise financeira de 2008 e o reflexo ainda evidente deste acontecimento em nossos dias. Os autores argumentam que ainda é dominante a incessante busca de racionalização do sistema de acumulação capitalista, refletido no processo de desnacionalização da terra e

no domínio de controle por parte das organizações ligadas ao agronegócio, sobretudo os grandes “impérios” agroalimentares transnacionais. Na visão dos autores, a aproximação entre a luta pela terra e o debate acerca da insatisfação com o atual sistema agroalimentar global, em outras palavras, a discussão sobre o uso e a posse da terra pode configurar-se em uma “necessária aliança cidade-campo capaz de acelerar a democratização da terra e a transição agroecológica no horizonte de alternativas a crise neoliberal”.

Ainda nessa linha, destaca-se o estudo de González, Arroyo e Moreno (2015) no qual abordam a questão das “novas ruralidades”, destacando a presença da Agroecologia também nos projetos de desenvolvimento urbano. Ao analisar as transformações territoriais e os modelos de desenvolvimento que disputam hegemonia no território, constata-se a difícil convivência entre as diferentes formas de uso do solo (GONZÁLEZ, ARROYO e MORENO, 2015). Encerrando, por ora essa linha, vale ressaltar ainda o estudo de Rigotto e seus colaboradores, no qual, ao investigar sobre as questões de promoção da saúde no meio rural, trazem algumas considerações e, dentre elas, a importância de que os pesquisadores estejam alertas para que suas pesquisas contribuam na desconstrução dos mitos que sustentam o modelo da Revolução Verde; que estejam conscientes do desafio de contribuir na construção de um paradigma emergente de ciência, fundado no compromisso ético-político com os mais vulneráveis; e para o reconhecimento, no que se refere às comunidades camponesas, por estarem construindo alternativas agroecológicas de vida no meio rural (RIGOTTO et al. 2012).

Em linhas gerais, percebemos que todos os trabalhos apresentados apontam para uma necessidade de se legitimar o discurso agroecológico no debate científico. Além disso, indicam a demanda por trabalhos científicos nesta direção, demonstrando a presença de muitas lacunas e questionamentos que precisam ser debatidos, o que vem reforçar a relevância da pesquisa aqui empreendida. Também foi possível constatar que há estudos que tomam como foco analítico e empírico a inter-relação entre Agroecologia e discurso. O que fica evidente, nesse sentido, é que os trabalhos, no geral, antes do que problematizar a Agroecologia como um fenômeno social, que merece ser investigado em sua natureza emergente, voltam-se a pensar em estratégias discursivas para legitimação do fenômeno agroecológico, nos mais diversos contextos.

Sendo assim, nesta dissertação, pretendeu-se não entrar no mérito acerca da defesa ou da recusa agroecológica propriamente ditas (ainda que, de antemão, acredito na viabilidade da Agroecologia), mas compreender as dinâmicas de mal-estar que o

fenômeno agroecológico provoca em meio a determinados contextos e grupos sociais. *Fontes morais* e *discursos* se mostram, nesse caminho, como importantes mecanismos teórico-analíticos, voltados à compreensão dos conflitos, das disputas e dos processos que sujeitos e instituições constroem no intuito de desqualificar ou de legitimar a Agroecologia e os sujeitos que dela se fazem representar nesse contexto de disputas. Por ora, vale ressaltar, que o que mais salta aos meus olhos, em meio a esse cenário de tensões, são as dinâmicas discursivas que constroem esforços de destruição e de negação da existência do projeto agroecológico, dado o mal-estar que demonstram experimentar diante da Agroecologia.

3. Escolhas conceituais e problema de pesquisa

Diante do exposto, as principais escolhas conceituais deste trabalho giram em torno de algumas perspectivas. A primeira delas reconhece a Agroecologia enquanto um campo de conhecimento e tenta definir esse campo ao longo do trabalho. Nesse sentido, os autores da Agroecologia, como os *percursores* Miguel Altieri e Stephen Gliessmann, bem como os grupos de pesquisa que reúnem, além desses autores, um corpo de pesquisadores dessa temática (FRANCIS et al, 2003; WEZEL et al. 2009) foram muito importantes neste estudo.

A segunda escolha conceitual que fizemos foi a de trazer a discussão empreendida por autores que vêm repensar a Modernidade. Nesse sentido, destacamos dois pensadores principais: o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1998) e o português, doutor em sociologia, Boaventura de Sousa Santos (2007). Bauman (1998) foi o autor que veio nos explicitar as crises da Modernidade e Santos (2007) nos trouxe um repensar de possibilidades diante das crises. Dessa forma, Bauman (1998) nos permitiu pontuar e compreender a crise da Modernidade, enquanto Boaventura de Sousa Santos (2007) nos abriu caminhos para enfrentá-la. Em meio a esses dois autores, um outro pensador que se tornou central neste trabalho foi Charles Taylor (1997).

Charles Taylor (1997) é um filósofo canadense que tem trazido ao debate contemporâneo a discussão de grandes questões que emergem com a Modernidade e, dentre elas, a noção de *fontes morais*, que tornou-se fundamental neste trabalho. As fontes morais na perspectiva tayloriana são entendidas como determinados significados, conjuntos de filosofia de vida e modos de pensamento que orientam as ações dos

sujeitos. A grande preocupação de Charles Taylor (1997) é compreender as fontes morais que animam os sujeitos modernos e que os guiam - em suas práticas, em suas ações, em seus pensamentos e em seus sentimentos - na busca por aquilo que consideram como sendo o *bem*. A compreensão das fontes morais nos auxiliou a entender as concepções que vêm criar parâmetros para que os sujeitos definam suas ações e seu lugar no mundo. Nesse sentido, Charles Taylor (1997) explicita as fontes morais do sujeito moderno como fontes morais expressadas pelo que ele chama de *self* pontual: um sujeito desenraizado, contingente, moldável, prático.

Nessa direção então, para ampliar a perspectiva das fontes morais, pudemos contar com as contribuições de outro pensador: Alberto Acosta (2016). Acosta (2016) nos trouxe as concepções de Bem Viver. Uma vez que tivemos Charles Taylor (1997) explicitando as fontes morais que animam os sujeitos modernos, Alberto Acosta (2016) foi fundamental para nos ajudar a entender as fontes morais que inspiram um sujeito que pretende criticar essa Modernidade, um sujeito animado por outras intencionalidades. Nesse sentido, é importante destacar mais um autor que se revelou essencial nesse estudo, que foi Tim Ingold (2000), antropólogo britânico, que leciona na University of Aberdeen, na Escócia. Ressaltamos que Ingold (2000), assim como Acosta (2016), nos ajudou a compreender e a posicionar, a partir de sua crítica à Modernidade, outras formas de se *habitar*, de se *viver* e de *ser* no mundo. Na perspectiva que aborda, na obra *The perception of the environment* (ainda sem tradução no Brasil), Ingold (2000) propõe a noção de *habitar* (*dwelling*), por meio da qual critica a própria Modernidade por criar a ilusão da existência de uma certa supremacia do ser humano, de sua racionalidade e de seus parâmetros em relação ao próprio ambiente em que vive. O diálogo com Ingold (2000) foi muito relevante, ao percebermos que além de debater e criticar a Modernidade, o autor se filia a autores que estão pensando propostas para além da Modernidade, e nesse sentido, ele se aproxima de Alberto Acosta (2016), trazendo uma perspectiva para superar o entendimento e a compreensão de mundo que a Modernidade propõe.

Por fim, é importante destacar uma perspectiva que foi central nesse trabalho: a da democracia radical, proposta pela cientista política belga Chantal Mouffe e por seu companheiro, falecido em 2014, teórico político argentino Ernesto Laclau, ambos professores e pesquisadores vinculados à Escola de Essex (Inglaterra). Laclau e Mouffe (1987) propõe pensarmos a democracia nos contextos contemporâneos, nos quais a diferença aparece. Explicitam então o paradoxo democrático, no qual temos a presença

do liberalismo - que permite a liberdade individual dos sujeitos, ao mesmo tempo em que traz problemas na convivência social, tais quais as relações de opressão que acompanham o capitalismo e todas suas contradições. Mas por outro lado, Laclau e Mouffe (1987) entendem que, nos contextos atuais de emergência das diferenças, o Estado é convidado (e muitas vezes pressionado) a lidar com esse paradoxo, a partir de uma espécie de mecanismo de construção de suas ações, que é o mecanismo discursivo. Para Laclau e Mouffe (1987), o discurso se torna algo fundamental para a compreensão do social. O discurso é o lugar de realização dos sujeitos, mas é também um lugar de disputa, de articulação em torno de grupos muitos diferentes que tentam disputar o Estado. E o Estado, por sua vez, tenta buscar contribuições nesses grupos para construir a governabilidade e a legitimidade social de suas ações.

Assim, esse conjunto de autores foram fundamentais para situar o PLANAPO no contexto da Agroecologia, auxiliando-nos, primeiramente, a entender este Plano como uma resposta do Estado, num contexto democrático, a uma necessidade de consideração da diferença, mas ao mesmo tempo como uma busca de acomodação de visões muito antagônicas em torno de uma bandeira comum. Além disso, esses autores foram essenciais para situar o PLANAPO e as concepções de Agroecologia que o animam e, dessa forma, nos permitir construir o nosso problema de pesquisa, uma vez que algumas questões se tornaram muito instigantes para uma investigação científica neste contexto. Se houve um processo de construção de uma política pública direcionada a fomentar a transição agroecológica e a produção de orgânicos, no Brasil; se tal política revelou como público beneficiário as agricultoras e os agricultores familiares, as assentadas e os assentados de reforma agrária bem como povos e comunidades tradicionais; e, de algum modo, se tal política indicou concretamente que houve espaço no âmbito do Estado brasileiro para uma composição de recursos, estruturas e ações voltadas a fomentar processos agroecológicos, um fenômeno relevante pareceu se descortinar, instigando o seguinte questionamento: como o Estado brasileiro consegue protagonizar o discurso agroecológico, sendo este explicitamente antagônico ao discurso hegemônico contemporâneo difundido pelas instituições modernas? Circundado por fontes morais tão antagônicas, conseguiria o PLANAPO corresponder a uma legitimidade social que o Estado pretendia, e acomodar grupos tão díspares em torno de uma bandeira comum? Sendo assim, fizemos as escolhas conceituais ora apresentadas para nos auxiliar, nos embasar e nos orientar nesta pesquisa.

4. Objetivos e aspectos metodológicos

A partir dos questionamentos ora propostos, o objetivo geral deste trabalho é compreender as fontes morais e os discursos antagonicos em torno do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, vislumbrando a Agroecologia como um conjunto de saberes, de práticas e de movimentos que apresentam disposições novas de bem viver, mas que provocam fortes mal-estares num contexto de crise da Modernidade. Nesse sentido, a pesquisa proposta se desenvolve movida a alcançar os seguintes objetivos específicos:

1º) problematizar a Agroecologia em meio ao debate da crise da Modernidade, evidenciando o quanto esse contexto se revela a partir de uma crise, antes de tudo, das fontes morais que animam a Modernidade e o sujeito moderno, e reconhecendo o antagonismo entre essas e as novas fontes morais propostas pelo debate agroecológico;

2º) compreender o processo de elaboração do PLANAPO, por meio da análise da construção discursiva empreendida por tentativas de articulação, em um campo de discursividade constituído por paradoxos e antagonismos; e

3º) ampliar a discussão das fontes morais agroecológicas, no intuito de repensar o PLANAPO, procurando entender o *antagonismo* presente no próprio âmbito de construção do Plano e a *falência* da articulação discursiva proposta, explicitada pelo forte mal-estar público, no momento de seu lançamento.

Sendo assim, duas foram as principais abordagens metodológicas construídas neste trabalho: análise de conteúdo e análise de discurso por meio da teoria do discurso. A análise de conteúdo empreendida teve como base a proposta de Laville e Dione (1999). Os autores identificam, nessa metodologia, amplo potencial para auxiliar em estudos de uma grande diversidade de materiais ou “objetos de investigação”, tais quais: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias, etc. Dessa forma, defendem essa abordagem como apropriada para estudos de “embates políticos, de estratégias, ou, ainda, para esclarecer fenômenos sociais particulares”, sendo possível empreender um estudo detalhado do conteúdo de diversos tipos de documentos, ou seja, das palavras, das expressões, das frases que os compõem. Laville e Dionne (1999) destacam que a análise de conteúdo documental nos permite “procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais”. Por meio desse tipo de análise, é possível desmontar a

estrutura e os elementos do conteúdo dos textos, esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.214).

A nossa outra escolha metodológica foi a análise de discurso proposta pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987). Esses autores entendem o social enquanto um processo discursivo, conforme destacam as estudiosas da teoria do discurso Jorgensen e Phillips (2002, p.33): “para Laclau e Mouffe não há leis objetivas que dividem a sociedade em grupos particulares; os grupos que existem são todos criações políticas e processos discursivos”. Na perspectiva da teoria do discurso, assim como as estruturas de linguagem nunca são totalmente fixas, assim também nunca o são a sociedade e a identidade, pois são entidades flexíveis e passíveis de mudança, que nunca podem ser completamente fixadas. Howarth (1997), por sua vez, destaca na visada de Laclau e Mouffe (1987), que essa incompletude do social gera constantes conflitos sociais sobre a definição de sociedade e de identidade, e sendo assim, cabe ao analista do discurso examinar “de que modo as estruturas de significado tornam possível certas formas de conduta”. De acordo com Howarth (1997), ao fazer isto, pretende compreender como se geram os discursos que estruturam as atividades dos agentes sociais, como funcionam e como se modificam (HOWARTH, 1997).

Ainda segundo Howarth (1997), na perspectiva dos teóricos Laclau e Mouffe (1987), cabe então ao analista do discurso a tarefa de traçar o curso dos conflitos que surgem a partir da tentativa de fixação de significados, em todos os níveis da sociedade.

Por tudo isso, a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987) nos auxiliou na compreensão do processo de construção do discurso do PLANAPO, possibilitando um mapeamento das formas discursivas por meio de operadores de análise (*elementos, momentos, campo da discursividade, cortes antagônicos*), permitindo isolá-las, de modo a inspirar a identificação das práticas articulatórias e das tentativas de equivalência empreendidas. Todo esse processo, conceitos e instrumentos analíticos oferecidos pela teoria do discurso serão detalhadamente explicados nos capítulos 2 e 3 deste trabalho.

Nesse sentido, cabe destacar que o principal instrumento metodológico utilizado nessa dissertação foi a pesquisa documental. Segundo Laville e Dione (1999), a informação constitui sempre a provisão de base dos trabalhos de pesquisa. Neste sentido, apontam que as fontes de informações podem ser pessoas ou “podem ser muito frequentemente documentos de várias naturezas”. Ainda de acordo com esses autores, um documento deve ser visto como “algo mais do que um pergaminho poeirento: o termo designa toda fonte de informações já existentes” (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.

166). Destarte, os documentos carregam dados passíveis de triagem, de críticas, de codificação e de categorização, de acordo com as necessidades de cada pesquisa.

Sendo assim, Laville e Dionne (1999) apontam que entre as fontes impressas, podemos distinguir vários tipos de documentos, tais quais: publicações institucionais que definem orientações, enunciam políticas, expõem projetos, prestam conta de realizações; documentos pessoais, diários íntimos, correspondência e outros escritos em que as pessoas relatam experiências, descrevem emoções, expressam percepções pessoais; diversos tipos de dossiês que apresentam dados sobre a educação, a justiça, a saúde, as relações de trabalho, as condições econômicas, etc.; e, ainda, artigos de jornais e periódicos e as diversas publicações científicas: revistas, anais de congressos e colóquios (LAVILLE e DIONNE, 1999).

Nesse sentido, essa dissertação se organiza em três capítulos. O capítulo 1 apresenta o título ***AGROECOLOGIA EM MEIO AO DEBATE DA CRISE DA MODERNIDADE: a evidenciação de fontes morais antagônicas*** e se configura por cinco seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, fazemos uma apresentação da crise da Modernidade, tendo como referencial teórico as ideias do sociólogo Zygmunt Bauman (1998). Na sequência, abordamos a noção de fontes morais, com base no pensamento do filósofo Charles Taylor (1997). Na terceira seção, situamos a Agroecologia em meio ao debate da crise da Modernidade a partir da noção de bem viver, enfatizada na atualidade pelo pensador, economista e político equatoriano Alberto Acosta (2016). Para isso, apresentamos um quadro, no qual é explicitado o jogo antagônico entre as fontes morais de uma intenção agroecológica e as fontes morais de uma não-intenção agroecológica e, por fim, analisamos o conteúdo das *Cartas Agroecológicas*, mostrando como elas se situam em meio a esse jogo antagônico. Tais cartas são documentos políticos, construídos de forma participativa, que expressam e socializam os debates empreendidos nos diversos eventos promovidos para a discussão da Agroecologia, tais quais: Jornadas de Agroecologia; Seminários regionais e nacional; Congressos Brasileiro, Latino-americano ou Internacional; dentre outros. Participam desses eventos vários movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos. Destarte, o *corpus* empírico do capítulo 1 foi constituído pelos seguintes documentos:

CAPÍTULO 1				
Documentos de análise ligados ao entendimento da Agroecologia e evidenciação das fontes morais antagônicas				
Cartas políticas construídas nos eventos correlacionados à Agroecologia – 2002 a 2011				
Documento	Ano	Evento	Local	Número de participantes
Carta da 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia	2002	1ª Jornada Paranaense de Agroecologia	Ponta Grossa/PR	Cerca de 3.000
Carta Agroecológica 2003	2003	IV Seminário Internacional sobre Agroecologia, I Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário Estadual sobre Agroecologia	Porto Alegre/RS	3.366
Carta da 3ª Jornada de Agroecologia	2004	3º Encontro da Jornada de Agroecologia	Ponta Grossa/PR	5.000
Carta do 4º Encontro da Jornada de Agroecologia	2005	4º Encontro da Jornada de Agroecologia	Ponta Grossa/PR	6.000
Carta Agroecológica de Porto Alegre 2006	2006	VII Seminário Internacional sobre Agroecologia e VIII Seminário Estadual sobre Agroecologia	Porto Alegre/RS	1.257
Carta Agroecológica de Porto Alegre 2007	2007	VIII Seminário Internacional sobre Agroecologia e IX Seminário Estadual sobre Agroecologia	Porto Alegre/RS	1.149
Carta Agroecológica de Porto Alegre 2008	2008	IX Seminário Internacional sobre Agroecologia e X Seminário Estadual sobre Agroecologia	Porto Alegre/RS	1.174
Carta Agroecológica de Curitiba 2009	2009	VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia	Curitiba/PR	Cerca de 3.800
Carta da 9ª Jornada de Agroecologia	2010	9ª Jornada de Agroecologia	Francisco Beltrão/PR	3.000
Carta Agroecológica 2011	2011	XI Seminário Internacional e XII Seminário Estadual sobre Agroecologia	Porto Alegre/RS	Quase 800

Quadro 1: Documentos de análise usados para o entendimento da Agroecologia e evidenciação das fontes morais antagônicas.

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

O capítulo 2, *A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO PLANAPO: práticas articulatórias e cadeias de equivalências em um campo de discursividade constituído por paradoxos e antagonismos*, tem por objetivo compreender como o Estado brasileiro, por meio do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), se propõe a protagonizar a Agroecologia enquanto uma ação estatal e que, portanto, necessita ser legitimada socialmente. Sendo a Agroecologia declaradamente antagônica à razão hegemônica moderna, conforme demonstrado no primeiro capítulo, queremos entender como o Estado, uma instituição moderna, ao assumir o compromisso de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica” vai lidar com esse antagonismo e vai tentar alcançar uma legitimação

social para uma política pública de Agroecologia. Na busca dessa compreensão, primeiramente procuramos entender a noção de política pública proposta pelo Estado democrático, com o intuito de compreender como as políticas públicas se evidenciam enquanto um campo complexo, marcado pelas próprias tensões e lógicas de um Estado que tenta ser democrático num contexto paradoxal. Na sequência, tendo como recorte temporal, o período de elaboração da PNAPO e do PLANAPO, fazemos uma análise dos discursos construídos durante esse processo, tomando como objeto de análise os documentos que na ocasião registraram as ações do Estado e dos *policymakers* empreendidas para esta finalidade. Esta análise é feita com o auxílio da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987), por meio dos operadores de análise que tal metodologia nos oferece como *campo de discursividade, prática articulatória e discursos*. Por fim, demonstramos a lógica de equivalência entre *Agroecologia e produção orgânica*, empreendida pelo Estado e pelos *policymakers*, na tentativa de construção de um discurso hegemônico e legítimo. O principal material de análise do capítulo 2 se constitui por documentos que foram produzidos durante o período de construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, sendo eles: propostas dos movimentos sociais para a PNAPO, Decreto Presidencial que institui a PNAPO, proposta elaborada pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO direcionada aos ministros que compõe a CIAPO, notas taquigráficas de pronunciamentos feitos no Senado Federal e Congresso Nacional nos quais os oradores fazem referência ao PLANAPO, carta política construída no Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e a Portaria Interministerial que instituiu o PLANAPO. Tais documentos sintetizam o processo de elaboração e construção do PLANAPO e seguem detalhados no quadro a seguir:

CAPÍTULO 2	
Documentos analisados para entendimento do processo de construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO	
Documento	Acesso
Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Abril de 2012	http://www.Agroecologia.org.br/files/importedmedia/propostas-ana-para-a-politica-nacional-de-Agroecologia-e-organicos-pdf.pdf Acesso em 18 de agosto de 2016.
Decreto Nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm Acesso em 23 de agosto de 2016.
Carta de Brasília – Outono de 2013 (Documento oficial de socialização do Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica)	http://www.Agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-seminario-nacional-de-Agroecologia-e-producao-organica.pdf Acesso em 3 de outubro de 2016.
Proposta elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO	http://www.Agroecologia.org.br/2013/07/30/plano-nacional-de-Agroecologia-e-producao-organica/ Acesso em 18 de agosto de 2016.
Notas taquigráficas do pronunciamento da Deputada Federal Luci Choinacki (PT-SC) proferido no Congresso Nacional, no dia 7 de maio de 2013, em que a mesma anuncia a realização do 1º. Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=101.3.54_O&nuQuarto=105&nuOrador=2&nuInsercao=72&dtHorarioQuarto=17:28&sgFaseSessao=OD&Data=07/05/2013&txApelido=LUCI%20CHOINACKI,%20PT-SC&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:28&txEtapa Acesso em 17 de agosto de 2016.
Notas taquigráficas do pronunciamento da Deputada Federal Luci Choinacki (PT-SC) proferido no Congresso Nacional, no dia 15 de maio de 2013, em que a mesma faz a tentativa de discursar sobre o 1º. Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.3.54_O&nuQuarto=60&nuOrador=2&nuInsercao=112&dtHorarioQuarto=13:06&sgFaseSessao=OD&Data=15/05/2013&txApelido=LUCI%20CHOINACKI,%20PT-SC&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:06&txEtapa Acesso em 17 de agosto de 2016.
Notas taquigráficas do pronunciamento da Deputada Federal Luci Choinacki (PT-SC) proferido no Congresso Nacional, no dia 28 de maio de 2013, em que a mesma faz breve relato sobre o 1º. Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e leitura de trecho da Carta de Brasília – Outono 2013	http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Luci+Choinacki&txPartido=PT&txUF=SC&dtInicio=28%2F05%2F2013&dtFim=28%2F05%2F2013&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&Page Size=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar Acesso em 17 de agosto de 2016.
Notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) - proferido no Senado Federal, no dia 8 de maio de 2013, em que o senador fala sobre o Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399113 Acesso em 17 de agosto de 2016.
Portaria Interministerial nº 54, de 12 de novembro de 2013, que institui o PLANAPO	http://www.lex.com.br/legis_25077023_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_54_DE_12_DE_NOVEMBRO_DE_2013.aspx Acesso em 14 de junho de 2016.

Quadro 2: Documentos analisados para entendimento do processo de construção do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Na sequência, apresentamos o último capítulo, ***AGROECOLOGIA E FALÊNCIA DO PLANAPO ENQUANTO PRÁTICA ARTICULATÓRIA: cortes antagônicos e mal-estar(es) diante do Estado***, no qual trazemos uma ampliação da discussão das fontes morais agroecológicas, não no intuito de definir ou de conceituar a Agroecologia, mas sim com o objetivo de entender e de especificar as fontes morais agroecológicas, a partir do movimento de antagonismo maior que expressam, em relação à própria Modernidade. Para tanto, apresentamos alguns conceitos, noções e visões trazidos ao debate por autores do campo científico da Agroecologia (ALTIERI, 1989; FRANCIS et al., 2003; GLIESSMANN, 2007; WEZEL et al., 2009). Esses autores nos ajudam a perceber que o termo *Agroecologia* ao permanecer no âmbito do PLANAPO - apesar de todas as diluições de sentido nas metas, nas diretrizes, nos objetivos, nos eixos constituidores do Plano - apresenta-se de forma notável, ou seja, mostra-se presente no imaginário científico e social, por meio de definições que estão sendo processadas há algum tempo e que são fortes o suficiente para se apresentarem como antagônicas ao modo de vida moderno, no que tange ao manejo dos sistemas agrícolas, às práticas alimentares e às relações predominantes do sujeito com ele mesmo, com o outro e com a natureza. Neste sentido, contamos ainda com o aporte teórico de Boaventura de Sousa Santos (2007) e Tim Ingold (2000). As ideias trabalhadas por esses teóricos nos ajudam na compreensão de como a Agroecologia propõem um outro olhar, uma outra percepção em relação ao mundo, uma outra forma de *habitar* este mundo e de *conviver* nele, estritamente antagônicos em relação ao modo de vida moderno e, portanto, convocador a um processo de mudança. Assim, ao conhecer a origem das fontes morais agroecológicas, propomos repensar o PLANAPO por meio de análises de reverberações discursivas emergidas no momento do seu lançamento e da “Carta Política do III ENA”, procurando entender: (i) o *antagonismo* presente no próprio âmbito de construção do Plano; (ii) a *falência* da articulação proposta, explicitada por cortes antagônicos de sujeitos não-agroecológicos, pautados por forte mal-estar em relação ao Estado; e (iii) o *mal-estar*, que também emerge, por parte dos sujeitos políticos agroecológicos, ao se relacionarem com o Estado. Michel Foucault (1978) foi o autor que inevitavelmente emergiu nesse momento, como poderá ser visto. Apesar de Foucault (1978) não ter sido um autor da base conceitual desse trabalho, é possível perceber que outros autores como Bauman (1998), Taylor (1997) e Boaventura de Sousa Santos (2007) fazem referência a Foucault em suas leituras. E, nesse capítulo em especial, ao perceber que o mal-estar que surgiu publicamente contra

a Agroecologia estava vinculado a uma tentativa de desqualificação da própria racionalidade agroecológica, foi mobilizada uma breve discussão sobre *loucura e razão* promovida por Foucault (1978), no intuito de compreender que, muito além de deslegitimar a Agroecologia, o mal-estar público que emergiu se refere à tentativa de construção de uma inexistência do discurso agroecológico.

Os principais materiais utilizados para análise nesse capítulo foram documentos coletados referentes ao momento de lançamento do PLANAPO, disponíveis em fontes publicamente acessadas como jornais impressos, sites de movimentos sociais e outras bases de dados disponíveis na Internet. Tais documentos se encontram detalhados no quadro a seguir:

CAPÍTULO 3			
Textos analisados para compreensão do momento de lançamento do PLANAPO e evidência dos diversos mal-estares que emergiram em relação ao Estado			
Título	Autor(a)	Local de publicação	Data publicação
Fadas, duendes e agricultura	Zander Navarro	Coluna de <i>Opinião</i> do jornal <i>Estado de S. Paulo – Estadão</i> Disponível em http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral.fadasduendeseagriculturaimp.1091201 Acesso em 21 de janeiro de 2016.	30 de outubro de 2013
Braços, sementes e agricultura	Maíra Taquiguthi Ribeiro	Site: www.terradesentidos.org Disponível em: Disponível em: http://terradesentidos.org/bracos-sementes-e-agricultura/ Acesso em 9 de agosto de 2016.	6 de novembro de 2013
Ciência, Consciência e Persistência: para avançar na implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	Gervásio Paulus	Idem	6 de novembro de 2013
Resposta ao artigo “Fadas, duendes e agricultura”	José Maria Gusman Ferraz	Idem	6 de novembro de 2013
A comida do agronegócio – um comentário ao texto de Zander Navarro	Roberto Malvezzi (Gogó)	Idem	6 de novembro de 2013
Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia	Coletivo político participante do evento	Redes sociais, internet. Disponível em: https://fbssan.org.br/biblioteca/cartas/ Acesso em 07 de abril de 2017.	Mai de 2014

Quadro 3: Textos analisados para compreensão do momento de lançamento do PLANAPO e evidência dos diversos mal-estares que emergiram em relação ao Estado. **Fonte:** Construção da pesquisa, 2017.

Cabe ressaltar que fiz uma opção por utilizar a primeira pessoa do singular, em alguns momentos, nos textos que compõem essa Introdução, uma vez que percebi o quanto esse espaço se revelou importante para que eu pudesse apresentar com mais liberdade o modo como construí as escolhas desse trabalho, tentando me apresentar também como um sujeito que se constitui pela própria pesquisa. Já no que se refere aos capítulos e às considerações finais, optei por escrevê-los na primeira pessoa do plural porque assim entendi que seria mais fácil tensionar as referências conceituais, os dados de análise e as interpretações que realizei para cumprimento dos objetivos propostos.

Sendo assim, ao final desta dissertação, as considerações finais foram produzidas no sentido de apresentar as principais contribuições desse trabalho e possíveis estudos futuros que possam ser feitos em meio a essa temática, com vistas ao entendimento de uma questão tão forte nos contextos contemporâneos e que provoca tantos incômodos: a Agroecologia.

CAPÍTULO 1 – AGROECOLOGIA EM MEIO AO DEBATE DA CRISE DA MODERNIDADE: a evidenciação de fontes morais antagônicas

1.1. Introdução

Conforme vimos na introdução da presente dissertação, a discussão sobre Agroecologia atualmente se dá em vários campos do conhecimento. Embora o termo Agroecologia tenha origem nas ciências naturais, a construção do conhecimento agroecológico desponta na atualidade enquanto uma proposta não centrada apenas na razão científica e, sim, numa ecologia dos saberes que congrega o conhecimento científico ao saber popular e à sabedoria tradicional, uma vez que é definida enquanto ciência, prática e movimento social (WEZEL et al. 2009).

Um dos elementos marcantes do discurso agroecológico é o questionamento ao modelo produtivo moderno, ora dominante, centrado na acumulação do capital a qualquer custo. A Agroecologia aponta para a falência desse modelo produtivo, mas não apenas para isso. Para muito além de uma dimensão produtiva, o que a Agroecologia evidencia é a necessidade de o ser humano estabelecer uma outra relação com o mundo, uma outra forma (ou outras formas) de *habitar* e de *estar* no mundo. Nesse sentido, torna-se relevante situar a Agroecologia em meio ao debate da crise da modernidade, uma vez que ela não apenas questiona, mas aponta propostas para a tão falada, necessária e urgente mudança, ou transição de “estilo de vida”; propostas essas antagônicas ao atual “modelo” adotado pelas (ou imposto às) sociedades contemporâneas.

Na perspectiva de Bauman (1998), o momento de crise que estamos vivenciando na contemporaneidade passa por um esforço de “reencaixe”:

A imagem do mundo diariamente gerada pelas preocupações da vida atual é destituída da genuína ou suposta solidez e continuidade que costumavam ser a marca registrada das “estruturas” modernas. O sentimento dominante, agora, é a sensação de um novo tipo de incerteza, não limitada à própria sorte e aos dons de uma pessoa, mas igualmente **a respeito da futura configuração do mundo, a maneira correta de viver nele e os critérios pelos quais julgar os acertos e erros da maneira de viver** (BAUMAN, 1998, p.32).

A partir da elaboração do estado da arte apresentado na Introdução desse trabalho, pudemos analisar um recorte dos estudos mais recentes relacionados à Agroecologia, nos quais foi possível destacar algumas palavras-chaves, tais quais:

pluriepistemologia, mudança de paradigma, crise socioambiental, crise financeira, contra-hegemonia, produção de novas verdades, insatisfação com o atual sistema, desconstrução de modelos, amplitude, complexidade. Refletindo sobre essas palavras, na busca de examinar o que elas nos revelam, compreendemos que elas elucidam um cenário de crise e, como propõe Bauman (1998), revelam um cenário de procura de *reencaixe*. Então, nesse sentido, nosso objetivo nesse capítulo é repensar a Agroecologia em meio ao debate da crise da modernidade, mas com um foco específico não abordado por esses outros trabalhos: evidenciar o quanto esse contexto se revela a partir de uma crise, antes de tudo, das fontes morais que animam a modernidade e o sujeito pontual moderno, e reconhecer outras fontes morais que se relacionam, de algum modo, ao debate agroecológico. Então, podemos apontar o diferencial desse em relação aos outros estudos perpassados no estado da arte, que se dá por: a) evidenciar as fontes morais modernas; b) reconhecer que elas estão em crise, e c) evidenciar outras fontes morais que animam os processos agroecológicos. Para isso, em última análise, nosso esforço primordial passa por construir uma visão situando a Agroecologia em meio ao debate da moralidade.

Dessa forma, esse capítulo se organiza nas seguintes partes: primeiro faremos a discussão da crise da modernidade a partir da abordagem de Zygmunt Bauman, nossa opção entre vários autores, principalmente por percebermos, conforme veremos mais adiante, que várias de suas lúcidas colocações são encontradas no campo da Agroecologia, mesmo não havendo uma referência direta a isso. Em seguida, trazemos Charles Taylor, que é autor referencial balizador desse capítulo, com o qual poderemos compreender as noções de *fontes morais* e de *self pontual*. Na sequência, vamos situar a Agroecologia em meio a esse debate explicitando quais são as fontes morais que a Agroecologia traz, reconhecendo o antagonismo estrutural dessas fontes morais em relação às fontes morais do sujeito pontual moderno. Para isso, nossa proposta é a de construir um quadro denominado *Jogo antagônico entre fontes morais*; nesse caso específico, retrataremos as fontes morais agroecológicas e as não-agroecológicas. A nossa proposta é a de, através da elaboração do quadro, construir um modelo de análise para dar materialidade a um debate mais conceitual. Assim, na continuidade, recorreremos a uma análise de conteúdo das Cartas Agroecológicas⁷, demonstrando

⁷As Cartas Agroecológicas são documentos políticos, construídos de forma participativa, que expressam e socializam os debates empreendidos nos diversos eventos promovidos para a discussão da Agroecologia, tais quais: Jornadas de Agroecologia; Seminários regionais e nacional; Congressos Brasileiro, Latino-

como elas se situam em meio a esse jogo antagônico, reconhecendo nelas mesmas as fontes morais agroecológicas e as fontes morais não-agroecológicas. Por fim, compreenderemos o quanto essas fontes morais estão presentes na discussão de qualquer projeto ou qualquer proposta agroecológica, como é o caso do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), que será abordado no capítulo seguinte.

1.2. Um retrato da modernidade pelas lentes de Bauman

Na obra “O mal-estar da pós-modernidade”, Bauman (1998) caracteriza e analisa a modernidade, sem separá-la ou isolá-la no tempo e no espaço, uma vez que considera que não podemos falar que ela esteja findada.

Fim da modernidade? Não necessariamente. (...) a modernidade está muito conosco ... na forma do mais definidor dos seus traços definidores: o da esperança, **a esperança de tornar as coisas melhores do que são** – já que elas, até então, não são suficientemente boas (BAUMAN, 1998, p. 10, grifos nossos).

Essa característica de estar sempre “correndo atrás” na busca por dias melhores, devido a uma insatisfação constante ou, como coloca o autor, por uma *impossibilidade* de ficar contente, é enfatizada por ele:

Socialmente, a modernidade trata de padrões, esperança e culpa. Padrões – que acenam, fascinam ou incitam, mas sempre se estendendo, sempre um ou dois passos à frente dos perseguidores, sempre avançando adiante apenas um pouquinho mais rápido do que os que lhes vão no encalço. E **sempre prometendo que o dia seguinte será melhor do que o momento atual**. E sempre mantendo a promessa viva e imaculada, já que o dia seguinte será eternamente um dia depois. E sempre mesclando a esperança de alcançar a terra prometida com a culpa de não caminhar suficientemente depressa (BAUMAN, 1998, p.91, grifos nossos).

De acordo com o autor, a modernidade tem uma característica muito peculiar, uma vez que, por meio desse período histórico, foi a primeira vez em que a sociedade pensou em si mesma enquanto civilização, enquanto atividade da “cultura”. Por isso, o intelectual considera que o termo “civilização moderna” pode ser considerado um pleonasma (BAUMAN, 1998, p. 7). O autor argumenta que, deste processo de

americano ou Internacional; dentre outros. Participam desses eventos vários movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos.

autoreconhecimento, emergiram mal-estares⁸, como o da **percepção de que para ganhar alguma coisa, habitualmente, outra tem que ser perdida**. Isso faz com que modernidade, assim como cultura ou civilização, seja mais ou menos beleza, limpeza e ordem (BAUMAN, 1998, p. 7). Os seres humanos renunciam ao instinto e passam a serem obrigados, e a obrigarem a si mesmos e aos outros, a respeitar a harmonia, a limpeza e a ordem, pois nada parece dispô-los “naturalmente” a isso. Sendo assim, nas palavras do autor, pode-se dizer que “o homem civilizado trocou um quinhão das suas possibilidades de felicidade por um quinhão de segurança”. Excesso de ordem e escassez de liberdade, primeiramente, e antes de tudo, a liberdade do indivíduo para a procura do prazer, são marcas registradas da modernidade apontadas pelo autor.

O sonho da pureza é outro elemento da modernidade destacado por Bauman (1998). No contexto moderno, aquilo que não era harmonioso era considerado uma ofensa ao senso esteticamente agradável e, por isso, deveria ser aniquilado. Esta norma aplicava-se também às pessoas, aquelas que não se “ajustavam” eram consideradas “fora do lugar” e causadoras de “poluição”, por isso vistas como “sujas” ou “impuras”. Os considerados loucos, por exemplo, conforme lembra o autor, fazendo referência aos estudos de Foucault⁹, eram embarcados nas chamadas “naus de loucos”, sob a ordem das autoridades citadinas e, literalmente, “jogados ao mar”. Na Idade Moderna, a severidade caracterizava o tratamento dispensado aos estranhos (BAUMAN, 1998).

Pode-se entender daí a preocupação moderna com a higiene, ou seja, manter a sujeira longe. Embora se defenda que as coisas que são “sujas”, num contexto, podem se tornar puras quando colocadas em outro lugar e vice-versa, Bauman destaca que há, porém, coisas para as quais não há “lugar certo”, isto é, ficam “fora do lugar” em toda parte. Com isso, o autor destaca que muitas vezes sentimos a chegada de um estranho em um ambiente como o impacto de um terremoto (p. 19). O estranho incomoda, perturba a ordem, e a nossa tendência é querer limpar, colocar em ordem novamente, mesmo que para tanto tenhamos que mudar a maneira como as coisas costumavam ser, tenhamos que criar uma nova ordem.

Por tudo isso, Bauman (1998) considera que podemos definir a modernidade como a época, ou o estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem “tradicional”, herdada e recebida. E sendo assim, “ser” no

⁸ De acordo com Bauman esses incômodos são o objeto de estudo de Freud na obra “O mal-estar da civilização”, cuja leitura, na opinião do autor, nos revela a própria história da modernidade.

⁹ O autor faz referência à obra de Foucault (1978): *História da Loucura na idade clássica*, que também será abordada na análise do capítulo 3, dessa dissertação.

mundo moderno significa um novo começo permanente, uma vez que a rotina diária tem a terrível tendência a se converter em “sujeira”, que precisa ser esmagada em nome da nova pureza. Por tanto, dessa forma, o autor nos ajuda a compreender que incerteza e desconfiança governam a época moderna (p.20).

Porém, trazendo o olhar para a contemporaneidade, Bauman (1998) nos relata que “nossa hora, contudo, é da desregulamentação”, e que atualmente

(...) a liberdade individual reina soberana: é o valor pelo qual todos os outros valores vieram a ser avaliados e a referência pela qual a sabedoria acerca de todas as normas e resoluções supra-individuais devem ser medidas. Isso não significa porém que os padrões de beleza, pureza e ordem tenham sido abandonados (...) Agora, todavia, eles devem ser perseguidos – e realizados - através da espontaneidade, do desejo e do esforço individuais (BAUMAN, 1998, p.9).

Dessa forma, o autor considera que a “norma” antiga persiste: para se ganhar alguma coisa, em troca, alguma outra coisa tem que ser perdida...

Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: *os homens e mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade*. Os mal-estares da **modernidade** provinham de uma espécie de **segurança** que **tolerava** uma **liberdade pequena** demais na busca de felicidade individual. Os mal-estares da **pós-modernidade** provêm de uma espécie de **liberdade** de procura do prazer que **tolera** uma **segurança** individual **pequena** demais (BAUMAN, 1998, p.10, grifos nossos).

Neste processo, as atividades de “purificação” destinadas, outrora, à preservação da pureza vêm sendo substituídas por estratégias de desregulamentação e privatização. O Estado, anteriormente dotado de um papel importante no que diz respeito à manutenção e regulamentação da ordem, perde cada vez mais tal posição para o mercado, que, por sua vez está organizado em torno da “procura do consumidor” e interessado em manter essa procura permanentemente insatisfeita.

O critério da pureza pós-moderna passa a ser então a aptidão de participar do jogo consumista e, sendo assim, os “sujos”, as pessoas “problemas” são agora os *consumidores falhos*. Estes são os novos “impuros”, os “objetos fora do lugar” que devem ser excluídos e encarcerados. A preocupação com a pureza nos leva agora então a incriminar os problemas socialmente produzidos. Bauman (1998) nos revela que “a ordem tende a incriminar a resistência” e reflete que “uma das mais inquietantes ‘impurezas’ na versão moderna da pureza eram os *revolucionários* [enquanto a] mais odiosa impureza da versão pós-moderna são aqueles que desrespeitam a lei ou fazem a lei com suas próprias mãos” (p.26).

O autor aponta então para a morte do Estado de Bem-Estar, uma vez que a responsabilidade pela situação humana foi privatizada e os instrumentos e métodos de responsabilidade foram desregulamentados. A sociedade de produtores passou a uma sociedade de consumidores e, ao contrário do processo produtivo, o consumo é uma atividade inteiramente individual. E sendo assim, ele (o consumo) também coloca os indivíduos em campos opostos, em que frequentemente se atacam (BAUMAN, 1998, p. 54). É a dinâmica contraditória ou paradoxal: quanto mais eficaz a sedução do mercado, maior a procura do consumidor, mais a sociedade de consumidores é segura e próspera; todavia, simultaneamente, mais amplo e profundo é o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer os seus desejos.

Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante (...) é a marca do sucesso (...) possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para felicidade, talvez até para dignidade humana (p. 56).

Assim, no jogo do consumismo, os incapazes e indolentes, aqueles consumidores falhos, devem ser mantidos fora do jogo, devem ser “excluídos do jogo”, o isolamento em guetos e a incriminação é o que lhes resta. Bauman criticamente nos revela que a chamada “classe baixa” é considerada como o “imenso e crescente depósito onde se armazenam os fracassados e rejeitados da sociedade consumidora”, não é mais o “exército de reserva da mão-de-obra”, mas verdadeiramente a “população redundante”:

Cada vez mais ser pobre é encarado como um crime; empobrecer, como produto de predisposições ou intenções criminosas... Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado (BAUMAN, 1998, p. 59).

Estando morto o Estado de Bem-Estar, na concepção de Bauman, a radical privatização do destino humano acompanha a ascensão do “Admirável Mundo Novo” onde reinam a desregulamentação, a privatização, a escolha do consumidor e a incriminação dos impossibilitados de escolher:

De fato, de maneira gradual inexorável, torna-se um **axioma** do discurso público que **tudo o que economicamente “tem sentido” não necessita do apoio de nenhum outro sentido** – político, social ou categoricamente humano. Num mundo em que os principais atores já não são estados-nações democraticamente controlados, mas conglomerados financeiros não-eleitos, desobrigados e radicalmente desencaixados, a questão da maior lucratividade e competitividade invalida e torna ilegítimas todas as outras questões, antes que

se tenha tempo e vontade de indagá-las... (BAUMAN, 1998, p. 61, grifos nossos).

Sendo assim, conforme ressalta o autor, podemos dizer que vivemos o tempo da tirania do “economicamente correto”.

1.2.1. Modernidade em crise: “*Basta de se estender ao doce futuro, que fica amargo no momento em que se torna presente*”

Ainda bebendo na fonte do pensamento de Bauman (1998), que nos auxilia na reflexão de tantas questões, vale ressaltar o que o autor aborda sobre a incapacidade da moral humana, nos tempos recentes, em acompanhar o encadeamento das consequências dos atos humanos. “O que podemos fazer agora pode ter efeitos sobre terras distantes e gerações distantes. Efeitos tão profundos e radicais quanto imprevisíveis, que transcendem o poder da imaginação humana” (p.70).

O autor argumenta que o mesmo desenvolvimento que colocou nas mãos da humanidade poderes, instrumentos e armas de magnitude sem precedentes, que exigiam estrita regulamentação normativa, “corroeu os alicerces” dos quais as normas se poderiam derivar; destruiu a própria ideia de norma como tal. E, talvez por isso, vivenciamos uma tão difícil situação no mundo contemporâneo, em que “a crescente percepção dos perigos à nossa frente segue de mãos dadas com uma crescente impotência para evitá-los e aliviar-lhe a gravidade do impacto”. O que se percebe é que, em teoria, sabemos cada vez melhor que, se se deve “prevenir a catástrofe” porém , na prática, “as consequências da ações humanas repercutem com uma força cega e elementar, que lembra mais terremotos, inundações e ciclones do que um modelo de comportamento racional e automonitorado” (p.73).

No entanto, na visão de Bauman isso se dá, não por uma ausência de um entendimento ético, uma vez que o autor nos lembra que “ninguém, a não ser extremistas fanáticos comprovados como extremistas fanáticos, asseveraria a sério ser correto e benéfico poluir a atmosfera, perfurar a camada de ozônio, ou empreender guerras, superpovoar a Terra ou transformar as pessoas em nômades sem teto”. Mas mesmo assim, “tudo isso ocorre apesar da condenação consensual, quase universal e vociferante”. O que leva o autor a acreditar que alguns outros fatores que não o desconhecimento ético devem estar atuando de forma a tornar inaudíveis as exigências éticas e, dentre tais fatores, Bauman destaca “as forças de mercado cada vez mais

desregulamentadas, isentas de todo controle político eficaz e guiadas exclusivamente pelas pressões da competitividade” (p. 74).

Bauman ressalta que a sociedade moderna é consciente da desigualdade que a caracteriza. E enfatiza que “a sociedade moderna é - simultaneamente! - acentuadamente desigual e devotada à promoção da igualdade como um valor supremo” (p. 75).

Neste mesmo sentido, assinala José de Souza Martins (2012) ao afirmar que a “modernidade é, num certo sentido, o reino do cinismo: é constitutiva dela a denúncia das desigualdades e dos desencontros que a caracterizam” (MARTINS, 2012, p.19). E argumenta que embora a concepção da globalização sugira que a modernidade é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, sabemos que não é, e enfatiza:

É constituída (...) pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos (MARTINS, 2012, p.20).

Dessa forma, Martins (2012) entende que a modernidade anuncia o possível, embora não o realize. Nas palavras do autor, ela é a “mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar”. E, nesse sentido, o contexto moderno “escancara” ao ser humano um catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado, porém não oferece os recursos para consegui-lo, ou seja, anuncia que são coisas possíveis de um mundo possível, mas não mostra como conseguir transformar esse possível em real: isso cada um tem que desvendar por si mesmo, nos termos do autor: “isso a coletividade das vítimas, dos incluídos de modo excludente, e não raro perverso, tem que descobrir” (MARTINS, 2012, p. 19).

Neste debate, Bauman (1998) argumenta que “tanto social quanto psiquicamente, a modernidade é irremediavelmente autocrítica: um exercício infundável e, no fim, sem perspectivas, de autocancelamento e auto-invalidação” (BAUMAN, 1998, p.91). Destarte, o autor considera que, embora ainda se faça fortemente presente em nossas vidas, a revolução moderna terminou em parricídio (homicídio praticado pelo

filho contra o próprio pai). Nesse sentido, o autor descreve o surgimento da pós-modernidade:

(...) a tentadora imagem de um majestoso artifício tremeluzindo no fim do túnel (...) Foi a agonia da infindável jornada que obscureceu o brilho do artifício e lhe amorteceu a atração: recordando o caminho percorrido os que buscavam lares descartariam as esperanças passadas como uma miragem – e considerariam sua nova sobriedade frustrada o fim da utopia, o fim da ideologia, o fim da modernidade, ou o advento da era pós –moderna. (...) Basta de se estender em direção ao doce futuro, que fica amargo no momento em que se torna presente (BAUMAN, 1998, p. 100).

Contudo, argumenta o autor: “o fatigado caminhante” ainda quer fazer parte ... “Mas desistiu da esperança de que fazer parte pode ser atingido por meio da universalidade. Já não acredita em longas vias indiretas. Sonha agora com atalhos. Ou, ainda melhor, sonha em chegar sem viajar; ir para casa sem realmente sequer sair” (p. 101).

Dessa forma, Bauman argumenta que menos certeza tem se vivemos em uma era pós-moderna. Mas diz não ter dúvidas de que vivemos em uma era de tribos e tribalismo:

É o tribalismo, miraculosamente renascido, que injeta espírito e vitalidade no louvor da comunidade, na aclamação de fazer parte, na apaixonada busca da tradição. O que a modernidade se pôs a destruir tem o seu dia de doce vingança. Comunidade, tradição, a alegria de estar *chez soi*, o amor ao que se possui, o aferramento ao próprio modo de ser, o orgulho de ser assim aferrado, as raízes, os laços de sangue, o solo, a nacionalidade – eles já não se acham condenados (BAUMAN, 1998, p. 101).

O autor traz uma visão crítica da formação de comunidades da era pós-moderna e as caracteriza como lugar de objetividade e transcendência, como uma ideia atraente para aqueles que ontem “procuravam os caminhos universais para um mundo adequado à habitação humana” (p. 102). Ao contrário das saídas genocidas do gosto moderno pela perfeição projetada, à maneira de Stalin ou Hitler, Bauman vê o tribalismo desordenado, desconfiado de soluções universais, como saídas de exílio, nas quais se pratica a separação em vez de sujeição, confinamento ou aniquilação. Nesse contexto, o autor coloca então que:

a tolerância da diferença bem pode ser aliada à categórica recusa da solidariedade; o discurso monológico, em vez de dar lugar a um discurso dialógico, cindir-se-á em uma série de **solilóquios**, com os falantes não mais insistindo em ser ouvidos, mas se recusando também a escutar” (BAUMAN, 1998, p.103, grifo nosso).

Assim, após essa viagem pelo universo do pensamento de Bauman, podemos dizer que ele nos auxilia numa visão crítica aos princípios e padrões de vida modernos.

Bauman aborda ainda a emergência das comunidades pós-moderna e das tribos, que embora com uma visão crítica, as suas elucidações se mostram abertas e reconhecedoras da existência e da emergência de forças contraditórias e questionadoras ao sistema hegemônico capitalista moderno. Com isso, as colocações e os questionamentos trazidos pelo pensador nos ajudam e nos embasam, fazendo com que nos sintamos capazes de discutir e de afirmar a existência dessas forças contraditórias.

Sendo assim, neste contexto desenhado por Bauman e nas possibilidades de discussão que nos abre, queremos discutir o lugar da moralidade. Perceber em que medida as noções de certo e de errado se tornaram afetadas, nesse contexto em que a modernidade é colocada em xeque, em que forças contraditórias aparecem, para que possamos - ao apresentar a discussão de moralidade em Taylor - fazer uma análise mais minuciosa desse cenário de moralidades em disputa, contrapondo, sobretudo, a Agroecologia, ou os propósitos agroecológicos ou ainda uma moral agroecológica, como uma força contraditória e antagônica, em relação à moral moderna. Moral agroecológica essa que não é uma moral apenas do consumo, é, sim, como veremos mais adiante, uma moral de uma concepção de bem viver.

1.3. A noção tayloriana de fontes morais do *self*: entrelaçamento entre moralidade e identidade

Afinal o que estamos querendo dizer ou propor quando usamos aqui o termo *fontes morais*? Esse termo já apareceu e estará presente em vários momentos na reflexão a que estamos convocando, nesse trabalho. Fontes morais, o que esse conceito traz de contribuição no entendimento do jogo antagônico que estamos estudando? É isso que pretendemos tentar responder agora, apresentando como referência teórica o pensamento do filósofo canadense, Charles Taylor (1997).

O estudo da identidade dos sujeitos e do processo através do qual essa identidade se conforma, ou se configura, tornaram-se questões importantes nos debates contemporâneos. A ideia de sujeito, de um ser social, de um ator ou agente no mundo e o processo de construção de uma identidade surgem, ou se intensificam, com o avanço da modernidade e com os questionamentos que começam a emergir no que se refere à dominação ou ao poder de uns sobre outros, aos direitos, às desigualdades - fazendo

surgir novas indagações ou colocando em pauta outras, até então adormecidas ou obscurecidas, que se tornaram problemas sociais do nosso tempo.

Percebemos que a busca ou a luta por reconhecimento, por afirmação de um lugar social e político de diversos grupos, por cidadania, por participação e por emancipação política, por igualdade de direitos ou por “direito a ter direitos”, por respeito à diversidade cultural ou por equidade (respeito às diferenças e especificidades) dentre outras inúmeras questões, presentes nas sociedades contemporâneas que se dizem democráticas e pluralistas, são atravessadas, ou antecedidas pela construção social de uma identidade dos atores. É necessário o reconhecimento da existência desses enquanto atores, agentes sociais ou sujeitos que possuem ou lutam por um lugar no mundo social, no espaço público. Lugar este que é, quando existente, para diversos grupos, muitas vezes periferizado, considerado à margem. É um lugar de luta, conflituoso, onde muitos precisam “gritar” para conseguir falar, ser ouvido (o que não significa ser considerado) ou visto.

Taylor (1997) traz ao debate a questão do *self* e da constituição de identidade a partir de fontes morais. O autor defende que o sujeito moderno tem a necessidade de estabelecer ou definir uma identidade e que não há como desvinculá-la da moralidade.

Ao aprofundar no estudo da identidade, Taylor defende que as configurações entrelaçam nossa existência moral. Articulamos, todo o tempo, nossas configurações (que são as distinções ou “discriminações qualitativas do incomparavelmente superior” que fazemos), ou seja, empreendemos escolhas a partir do que consideramos certo ou errado, optamos pelo que reconhecemos como sendo *do bem*. Isso, para Taylor, não é um fato psicológico, mas sim o ato constitutivo do agir humano e por isso, para ele, é impossível conceber uma pessoa ou uma cultura sem configurações (TAYLOR,1997, p.43).

Sendo assim, na visada de Taylor, a identidade pode ser definida pelos compromissos e identificações que proporcionam estrutura ou horizonte ao indivíduo para que ele tente determinar, caso a caso, o que lhe é bom ou valioso, ou que considera certo fazer ou ainda aquilo a que deve endossar ou se opor. Em outros termos, a identidade é o horizonte dentro do qual o indivíduo é capaz de tomar uma posição e de onde “tira” a significação das coisas (p. 44).

O autor define como *self* os seres dotados de profundidade e complexidade necessárias para ter uma identidade. *Self*, para Taylor então, é distinto do sentido da psicologia e da sociologia, ou seja, não está restrito à capacidade de dirigir as próprias

ações (capacidades e desejos) ou à auto-imagem (ego). A noção do *self* proposta por Taylor é a que o vincula à necessidade humana de identidade e pretende apreender a característica crucial do agir humano: a de que nos orientamos para o bem e de que essencialmente somos a posição que assumimos em relação a isso (p.51).

Ao olharmos então para a Agroecologia, ao pretender afirmar-se enquanto ciência, prática e movimento social, ela se direciona em função de uma certa noção de bem, esta que configura um movimento identitário, produzido a partir de certas posições. Mas o que seria então esse *bem* rumo ao qual nos orientamos? Charles Taylor (1997, p. 127) define o *Bem* como: “qualquer coisa considerada valiosa, digna, admirável, de qualquer tipo ou categoria”, vinculada, portanto, a uma certa moralidade. Essa moralidade de que nos fala Taylor (1997) não é restrita ao conteúdo da obrigação, ou seja, não se restringe àquilo que “é certo fazer”. Moralidade, nos termos do autor, é a noção do que “é bom ser”, da natureza do bem viver.

Assim, o conceito de moralidade que o autor traz é mais amplo do que uma visão difundida de “moral”, ou seja, vai além de noções e reações relativas à justiça e respeito à vida, ao bem-estar e à dignidade das outras pessoas. Moralidade é o sentido do que está na base da nossa própria dignidade, do que torna nossa vida significativa ou satisfatória, digna de ser vivida; envolve discriminações acerca do certo ou errado, melhor ou pior, mais ou menos elevado, validadas independentes de nossos desejos, inclinações e escolhas, e que oferecem padrões pelos quais podemos ser julgados. E sendo dessa forma, o autor ressalta que “não é um lapso moral, mas um sujeito pode ser condenado por não levar uma vida que ‘valha a pena’ ou ‘traga realização’, em nome de um padrão” (TAYLOR, 1997).

Para Taylor, o indivíduo moderno disseminou uma compreensão errônea do *self*, o *self* desprendido: “aquele capaz de objetificar não só o mundo circundante como também suas próprias emoções e inclinações, medos e compulsões, e de atingir assim um distanciamento e autocontrole que lhe permitem agir racionalmente.” Taylor (1997, p. 73) denomina esse *self* moderno de *self* pontual (ou neutro). “Pontual” porque “é definido abstraindo-se todas as preocupações constitutivas e, portanto, qualquer identidade (...) Sua única propriedade constitutiva é a autoconsciência”.

Jessé Souza (2012), referenciando-se nas ideias de Taylor, afirma que a gênese do *self* pontual impõe tanto um modelo singular de comportamento humano definido como exemplar quanto uma hierarquia que decide acerca do valor diferencial dos seres humanos. Souza acredita que este modelo implícito e singular irá, crescentemente, a

partir de seu ancoramento institucional, premiar em termos de prestígio relativo, salário e status ocupacional os indivíduos e classes que dele mais se aproximam e castigar os desviantes¹⁰. Dessa forma, como consequência, mercado e Estado passam a produzir, de acordo com a “necessidade” do momento, o *self* pontual, o indivíduo ideal, que convém: plástico, moldável, flexível, disciplinado, autocontrolado, responsável por si próprio, orientado para o futuro e para o cálculo prospectivo. É a incorporação de um tipo humano altamente improvável e contingente que, para o propósito de dominar e transformar o mundo social e natural externo, instrumentalizará a si próprio (SOUZA, 2012, p. 71).

Vale ainda trazer a essa reflexão, o que Souza (2012) objetiva compreender e nos desvelar nos seus estudos no que se refere à naturalização e ao modo como aceitamos esse *self* pontual construído:

Às gerações que já nascem sob a égide das práticas disciplinadoras consolidadas institucionalmente, esse modelo contingente assume a forma naturalizada de uma realidade autoevidente que dispensa justificção. Responder aos imperativos empíricos de Estado e mercado passa a ser tão óbvio quanto respirar ou andar. Não conhecemos nenhuma outra forma de ser e desde a mais tenra infância fomos feitos e continuamente remodelados e aperfeiçoados para atender estes imperativos. É essa realidade que permite e confere credibilidade às concepções científicas que desconhecem a lógica normativa contingente desses “subsistemas”. Ela assume a forma de qualquer outra limitação natural da existência, como a lei da gravidade, por exemplo, contra a qual nada podemos fazer (SOUZA, 2012, p. 72).

Nesse sentido, Taylor (1997) traça essa noção de *self* pontual, a qual particularmente considera arbitrária. Para o autor, não podemos pensar em pessoas humanas, em *selves*, dentro dessa ótica, uma vez que os humanos “não são objetos neutros, pontuais; só existem num determinado espaço de indagações, mediante determinadas preocupações constitutivas”. E, essas indagações ou preocupações referem-se à natureza do bem pelo qual nos orientamos e à maneira como estamos situados em relação a ele (TAYLOR, 1997, p.74).

Destarte, com base no pensamento tayloriano, podemos compreender que, em torno da Agroecologia, existe uma tentativa de constituição de posições no espaço moral que se orientam para um bem, algo que neste caso vem carregado de questionamentos acerca de um certo lugar de “produção” distanciado supostamente em relação ao lugar de “estar” do homem no mundo. Sendo assim, esta noção de posição em

¹⁰ Neste ponto, vale lembrar o pensamento de Bauman, por nós abordado anteriormente, a respeito do mal-estar que aqueles que não são dotados de poder de consumo provocam na pós-modernidade.

relação a um determinado espaço moral indica, na visão de Taylor (1997), um processo que constitui e desconstitui as configurações do *self*, uma vez que a compreensão dos sujeitos requer uma compreensão inevitável de suas representações de bem. Dessa forma, para o autor, entrelaçada à questão identitária moderna está a *moralidade*, de modo que o descortinamento das posições que um *self* assume não se desvincula da revelação acerca de sua orientação no espaço moral, qual seja aquilo que direciona suas noções de certo e errado. Por isso, na resposta à questão: “Quem sou eu?”, Taylor (1997) argumenta que geralmente não respondemos simplesmente nosso nome e genealogia, e sim aquilo que tem importância crucial para nós. “Saber quem sou é uma espécie de saber em que posição me coloco” (TAYLOR, 1997, p. 44).

Entretanto, podemos observar que ao mesmo tempo em que existem sujeitos que se orientam em relação ao suposto “bem” proposto pela Agroecologia, existem outros sujeitos que assumem a Agroecologia como algo não valoroso ou não digno de consideração social, provocadora de mal-estar que “não faz avançar” o estado das coisas. “Impossível”, “romantizada”, “fora da realidade” e outras adjetivações chegam para desqualificar as noções de certo e errado das quais os sujeitos que acolhem a Agroecologia se utilizam na conformação de posições a seus *selves*. Por isso, a desqualificação da Agroecologia é também um processo que desqualifica os sujeitos que a adotam como posição de orientação para o bem.

Até aqui, com Bauman (1998) e Taylor (1997), pudemos compreender um pouco sobre as fontes morais que animam e orientam o sujeito moderno em seu caminho de busca pelo que considera certo, de procura por um viver melhor a cada dia. No próximo tópico, iremos apresentar as concepções de bem viver, pela perspectiva de Alberto Acosta (2016), que traz uma ideia de fonte moral de certo e errado que é muito afim àquilo que a Agroecologia evoca.

1.4. A noção de *viver melhor* e a noção de *bem viver*

Alberto Acosta (2016) na obra *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos* apresenta ao debate contemporâneo a noção de *Bem Viver*. De acordo com o autor, originada dos povos ameríndios andinos e amazônicos, mas não apenas destes, a noção de Bem Viver ou *sumak kawsay* (expressão original kichwa) se revela uma alternativa para aqueles que acreditam serem necessárias outras formas de

organização social e de práticas políticas e que almejam construir outros modos de vida, baseados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, e não pautados pela acumulação do capital.

De acordo com o autor, essas propostas “forjadas no calor das lutas indígenas e populares” estiveram invisibilizadas por muito tempo, uma vez que se originam de grupos marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. Por tanto, Acosta (2016) defende que o Bem Viver, enquanto filosofia de vida, revela-se como “um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas”, que se propõe a “construir democraticamente sociedades democráticas” (ACOSTA, 2016, p. 29).

Por isso, para que o Bem Viver assim se desenhe, enquanto uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de organizar a própria vida, Acosta (2016) argumenta que é fundamental que se deixe para trás a noção de “desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos”. Na visão do autor, é necessária a investida em uma perspectiva diferente, ao se compreender o Bem Viver enquanto uma cosmovisão que surge de raízes comunitárias e não capitalistas e, assim, dessemelhante à visão de mundo ocidental.

O autor faz um resgate histórico da introdução da noção de “desenvolvimento” no imaginário coletivo da humanidade. Este termo foi cunhado no ano de 1949, pelo presidente estadunidense Harry Truman, no seu discurso pós-II guerra¹¹. E a partir daí, os países considerados atrasados foram persuadidos e aceitaram aplicar um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para sair do “atraso” e chegar ao desejado “desenvolvimento” (p.47)

Na visão de Acosta (2016), os caminhos ao desenvolvimento não são o problema maior. A dificuldade radica no conceito que, enquanto proposta global e unificadora, desconhece violentamente os sonhos e as lutas dos povos (ditos) subdesenvolvidos. Aqueles que levantam a bandeira do Bem Viver argumentam então que não se pode assumir uma visão abstrata que descuide dos atores e das relações presentes, é fundamental reconhecê-los “tal como são hoje e não como queremos que sejam amanhã”. E o que interessa, portanto, é recuperar e dar voz a algumas experiências e lições desse mundo marginalizado, ao que ainda hoje se nega a possibilidade de contribuir conceitualmente, assim, argumenta:

¹¹ Ver ACOSTA, 2016, p. 47 para mais detalhes.

Alguns saberes indígenas não possuem uma ideia análoga à de desenvolvimento. Não existe a concepção de um processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento, dicotomia pela qual deveriam transitar as sociedades para obtenção do bem-estar, como ocorre no mundo ocidental. **Tampouco existem conceitos de riqueza e pobreza,** determinados, respectivamente, **pela acumulação e pela carência de bens materiais** (ACOSTA, 2016, p. 71, grifos nossos).

Nas considerações de Acosta (2016), não é apenas a visão crítica ao conceito de desenvolvimento que é necessária, mais do que isso, é fundamental que se combata essa noção. O autor destaca que

quando os problemas começaram a minar nossa fé no “desenvolvimento”, passamos a buscar alternativas de desenvolvimento, demos nomes para diferenciá-lo do que nos incomodava, mas seguimos no caminho do desenvolvimento: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, desenvolvimento em escala humana, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com equidade de gênero, codesenvolvimento... Desenvolvimento, em resumo. O conceito de “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido (ACOSTA, 2012, p. 199).

Conforme aborda o autor, o conceito de desenvolvimento, que embora seja uma reedição dos estilos de vida consumistas e predadores dos países centrais, é impossível de ser repetido em nível global. Basta ver que atualmente tudo indica que o crescimento material infinito poderia terminar em um “suicídio coletivo”:

São indisfarçáveis os efeitos do grande aquecimento da atmosfera ou da destruição da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação dos solos ou do rápido desaparecimento de espaços de habitação das comunidades locais” (ACOSTA, 2012, p. 200).

Nesse sentido, o autor chama para a percepção de como o neoliberalismo encontrou rapidamente seus limites na América Latina. Segundo ele, “muito antes do previsto por seus defensores”. A partir dos anos 1990, os questionamentos ao desenvolvimento convencional, sobretudo em sua vertente neoliberal, “afloraram com força”. As posturas neoliberais naufragaram e seu estrondoso fracasso econômico na América Latina, bem como em outras regiões, agudizou os conflitos sociais e os

problemas ambientais, exacerbando as desigualdades e frustrações. Então, redobrou-se a busca de alternativas ¹² como reação ao reducionismo de mercado.

Dessa forma, a partir dessa percepção do esgotamento do desenvolvimento, nota-se no início do século XXI maiores esforços de mudança e reajuste. “Isso contribui com mudanças políticas em vários países da região (América Latina), cuja expressão mais nítida foi a ascensão do ‘progressismo’ sul-americano”¹³. Embora os processos sejam diversos, em todos eles se compartilha um “rechaço ao reducionismo neoliberal”. Acosta (2016) destaca que todos buscam o reencontro com os setores populares, a defesa do protagonismo do Estado e ações mais enérgicas para reduzir a pobreza (ACOSTA, 2016, p. 64).

Nesse contexto, o autor coloca que o Bem Viver emerge trazendo força para as propostas de rompimento com as lógicas antropocêntricas do capitalismo e dos diversos socialismos que existiram até agora, ordenando a dissolver os tradicionais conceitos de progresso, em sua deriva produtivista, e de desenvolvimento, enquanto direção única, sobretudo com sua visão mecanicista do crescimento econômico (ACOSTA, 2016, p.90).

Nesse sentido, a noção de Bem Viver alerta para a necessidade de se repensar a sustentabilidade em função da capacidade de uso e resiliência da Natureza. “A tarefa radica no conhecimento das verdadeiras dimensões da sustentabilidade e em assumir a capacidade da Natureza de suportar perturbações que não podem subordinar-se às demandas antropocêntricas”. Isso, na perspectiva de Acosta (2016), demanda uma nova ética para organizar a própria vida, de forma a propiciar o reencontro entre a Natureza e o ser humano, por meio de uma visão sociobiocêntrica da vida, ou seja, uma visão que coloque toda e qualquer manifestação de vida no “centro das atenções”, e não apenas a vida humana. O que por outro lado, garante também a atenção às necessidades humanas fundamentais, que serão atendidas desde o início e durante todo o processo de construção do Bem Viver, fazendo com que sua realização não seja a única meta, mas seja uma força impulsionadora de todo o processo.

Essa perspectiva nos leva a perceber que o que está em jogo não é simplesmente uma crescente e permanente produção de bens materiais, mas a satisfação das

¹² Neste período, anos 1990, nota-se a emergência da Agroecologia enquanto crítica e alternativa à Revolução Verde, modelo de produção agrícola divulgado e imposto como ideal, a partir do pós-segunda guerra e até então dominante (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

¹³ De acordo com Acosta, que se referencia em Eduardo Gudynas, estes governos, sem serem conservadores ou neoliberais, não são de esquerda em sentido estrito. Por isso, o autor considera mais apropriado se referir a eles como regimes “progressistas”.

necessidades dos seres humanos, vivendo em harmonia com a Natureza. O Bem Viver, dessa maneira, desvela uma transcendência maior do que apenas a satisfação de necessidades humanas e o acesso a serviços e bens materiais, uma vez que essa satisfação deve acontecer de forma harmônica com as capacidades da Natureza.

Por isso, segundo Acosta (2016), é inapropriado e altamente perigoso aplicar o paradigma do desenvolvimento tal como é concebido nos países centrais do capitalismo. Não só porque este paradigma não é sinônimo de bem-estar para a coletividade, mas porque está colocando em risco a própria Humanidade ao deteriorar o equilíbrio ecológico global. Nesta perspectiva, Acosta defende que se aceite o tão difundido “desenvolvimento sustentável” apenas como uma etapa transitória a um paradigma distinto do capitalista, ao que seriam intrínsecas as dimensões da liberdade, da igualdade e, claro, a da sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, o autor revela que os elementos reitores do Bem Viver são liberdade, igualdade, equidades e solidariedade. E, sendo assim, o Bem Viver não sintetiza uma proposta monocultural, é um conceito plural que propõe **bom conviveres**¹⁴, conceito esse que surge das comunidades indígenas, sem negar as vantagens tecnológicas do mundo moderno nem as contribuições de outras culturas e saberes que questionam distintos pressupostos da Modernidade.

A crítica de Acosta (2016) recai ainda sobre os avanços tecnológicos. Segundo o autor, as inovações aceleram “o círculo perverso de produção crescente e os apetites cada vez mais insatisfeitos”, ainda que nem toda humanidade se beneficie de tais conquistas. Ressalta que sua crítica não se trata de conservadorismo diante da ideia de progresso tecnológico, mas de questionamentos acerca de seu sentido, uma vez que percebe que muitas inovações tecnológicas são fonte de renovadas formas de desigualdade, exploração e alienação (ACOSTA, 2016, p.37).

Acosta (2016) aborda ainda, de forma questionadora, a questão de combate e erradicação da pobreza, presente nos discursos desenvolvimentistas. O autor ressalta que a “ausência de miséria e pobreza, como objetivo fundacional de uma nova sociedade, implica, ademais, a ausência da opulência provocadora de miséria”. O que se

¹⁴ Os “bons conviveres” explicados por Acosta (2016, p. 85) seriam os bons conviveres dos seres humanos na comunidade, bons conviveres das comunidades com outras comunidades, bons conviveres de indivíduos e comunidades na e com a Natureza. Esse último ponto é ressaltado pelo autor como nas cosmovisões indígenas, em que os seres humanos não apenas convivem com a Natureza de maneira harmoniosa, mas formam parte dela e, em última instância, são a Natureza (p.87).

deve combater então, na visão do autor, é a excessiva concentração de riqueza, não a pobreza (ACOSTA, 2016, p.200).

Para o autor, escrever essa mudança histórica, ou seja, a passagem de uma concepção antropocêntrica a uma sociobiocêntrica, assim como a superação de uma economia inspirada no crescimento e acumulação do capital são os grandes desafios da Humanidade, “se é que não se deseja colocar em risco a própria existência do ser humano sobre a terra” (p. 237).

Dessa forma, o pensador explica porque o Bem Viver não apenas critica como combate o desenvolvimento. Na opinião de Acosta (2016), somente “polemizar com os argumentos e os conceitos próprios do desenvolvimento” não é suficiente para trazer mudanças aos fundamentos que possibilitam sua existência. O autor acredita ser indispensável retirar do desenvolvimento as condições e razões que facilitaram sua difusão massiva e sua – inútil - perseguição por quase toda a Humanidade e nos apresenta a real contribuição que percebe no Bem Viver:

a criação de possibilidades de diálogo (...) na **construção coletiva de pontes** entre os conhecimentos ancestrais e modernos, assumindo, a todo instante, que a construção de conhecimento é fruto de um processo social (...) um debate franco e respeitoso. Debate que ainda precisa ser realizado (ACOSTA, 2016, p.238).

Sendo assim, na busca por uma transformação civilizatória, uma das tarefas iniciais colocadas pelo autor deve ser a desmercantilização da Natureza, como parte desse reencontro consciente. Desse modo, nesta perspectiva, os objetivos econômicos devem estar subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais, sem deixar de considerar o respeito à dignidade humana e de assegurar qualidade de vida às pessoas.

Destarte, o autor nos chama a ver a realidade com um outro olhar, em oposição à visão mercadológica capitalista, por meio de uma perspectiva na qual é a Natureza quem estabelece os limites e o alcance da sustentabilidade, e não o mercado, pois é ela, e somente ela, a detentora da capacidade de renovação dos ecossistemas, da qual dependem as atividades produtivas: “ou seja, se se destrói a Natureza, destrói-se a base da própria economia. Falando claramente e sem rodeios, a economia deve subordinar-se à ecologia” (2016, p. 236).

Ainda nessa perspectiva, Acosta (2016) aborda as questões do pós-crescimento e do pós-extratativismo, destacando que há mais de quinhentos anos é o extrativismo a prática que embasa a economia na América Latina, na África e na Ásia. Historicamente,

do extrativismo colonial transitou-se a um neoextrativismo que, conforme destaca o autor, embora apresente maior controle do Estado sobre as atividades extrativistas e a distribuição de seus rendimentos, não se distancia de uma modalidade de acumulação dependente e subdesenvolvedora. E, sendo assim, o ponto-chave para se abandonar a economia extrativista seria o decréscimo planejado do extrativismo. Essa opção possibilita potencializar atividades sustentáveis que podem se dar no âmbito das manufaturas, da agricultura, do turismo e, sobretudo, do conhecimento. O autor acredita que não se deve deteriorar ainda mais a natureza e que “o sucesso para transcender a uma transição social, econômica, cultural e ecológica dependerá de sua coerência e, sobretudo, de seu grau de respaldo e protagonismo social” (p.234). Nesse sentido, aponta que os países ricos devem mudar seu estilo de vida, o qual ameaça o equilíbrio ecológico mundial e os coloca, se analisados por essa perspectiva, numa posição também de subdesenvolvidos ou de “mal desenvolvidos”. Na visão do autor, se assim fizerem, poderão pagar sua dívida ecológica (p. 235).

No que se refere ao ordenamento social nas propostas de Bem Viver, Acosta (2016) explica que esta ordem se dá fundamentada na vigência dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, inspirada na reciprocidade e na solidariedade. Contudo, o autor destaca que o Estado pode ter papel importante neste processo, uma vez que, embora não seja o único campo de ação estratégico para construção do Bem Viver, o Estado é necessário. No entanto, é indispensável repensá-lo em termos plurinacionais e interculturais (p.25), de forma que possa fortalecer as lutas sociais pela superação das desigualdades e do racismo, pela descolonização e pela despatriarcalização da sociedade.

Por tudo isso, Acosta (2016) nos leva a compreender que o Bem Viver não é mais um dos desenvolvimentos alternativos e, sim, uma alternativa ao desenvolvimento que se propõe enquanto uma oportunidade para se construir novas formas de vida. E, destaca ainda, que não se trata de uma novidade ou de uma superstição, mas é, sim, parte de “uma grande busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas da humanidade pela emancipação e pela vida” (p. 239). Ao propor um “epistemicídio” do conceito de desenvolvimento, o Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Sendo assim, não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros.

E, por isso, Acosta (2016) alerta para que não se confunda a noção de Bem Viver com a noção de “viver melhor”. Para o autor, a noção de “viver melhor” supõe uma opção de progresso material ilimitado e nos incita a uma competição permanente com nossos semelhantes para produzir mais e mais, em um processo de acumulação material sem fim. Esse “viver melhor” incentiva a disputa, não a harmonia. O autor nos adverte para que recordemos que, para que alguns possam “viver melhor”, milhões de pessoas tiveram e têm de “viver mal”. Sendo assim, entende que o Bem Viver não se trata simplesmente de um novo processo de exponencial e contínua acumulação material. Ao contrário, o Bem Viver convoca à construção de “uma sociedade solidária e sustentável, com instituições que assegurem a vida (...) sinaliza uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo” (p. 90). E, talvez por isso, ao finalizar suas considerações, argumenta que “o Bem Viver será para todos e todas. Ou não será” (p. 240).

1.4.1. Bem viver e Agroecologia

Assinalamos aqui uma proximidade da noção de Bem Viver, concebida pelos povos tradicionais e traduzida por Alberto Acosta, com as propostas da Agroecologia. Na introdução desse trabalho, ressaltamos a característica da construção do conhecimento agroecológico que não se restringe à razão científica. Ao contrário, a Agroecologia defende a ecologia dos saberes, na qual o saber científico é considerado e valorizado, bem como o saber popular e a sabedoria tradicional. Dessa forma, percebemos como a Agroecologia dialoga com as propostas de Bem Viver originadas de diversas comunidades tradicionais e das lutas populares, e não do debate científico-acadêmico.

O Bem Viver ao propor-se enquanto oportunidade de construir outros mundos possíveis, outras formas de vida, aproxima-se mais uma vez da Agroecologia que, conforme mencionado anteriormente, evidencia a necessidade dos seres humanos de estabelecer uma outra relação com o mundo, uma outra forma de *habitar*, de *estar* e de *se relacionar* no mundo.

Outras aproximações entre Agroecologia e Bem Viver se dão no que tange aos profundos questionamentos ao “estilo de vida moderno”, ao consumismo, à desigualdade e a tantas questões e problemas trazidos pela modernidade, bem como ao

apontamento para a necessidade urgente de mudanças nas formas dos seres humanos de se relacionarem consigo mesmos, uns com os outros e com a Natureza. Percebemos que as fontes morais que animam os sujeitos que trazem consigo uma intenção agroecológica são bem próximas, se não as mesmas, evidenciadas no discurso do Bem Viver. No próximo tópico explicitaremos essas fontes morais, evidenciadas por meio da análise de conteúdo das Cartas Agroecológicas. E com base no que foi trazido até aqui nessa dissertação, propomos comparar essas fontes morais às fontes morais dos sujeitos modernos que trazem consigo uma intenção de viver melhor, ou seja, uma intenção não-agroecológica.

1.5. O jogo antagônico

Por que a Agroecologia é ao mesmo tempo mal-estar para uns e bem viver para outros? Essa é a questão central a partir da qual nasce a reflexão proposta neste trabalho. Compreender o jogo discursivo antagônico que emerge no Brasil em torno da Agroecologia, no recorte temporal que envolve o período de discussão, de elaboração e de lançamento do PLANAPO, é o nosso objetivo principal. Como um dos objetivos específicos, traçamos evidenciar as diversas fontes morais que animam os sujeitos, ao debaterem sobre a Agroecologia.

Para nos auxiliar nesse primeiro objetivo específico tomamos como objeto de análise as Cartas Agroecológicas¹⁵, que originalmente são cartas políticas produzidas pelos diversos atores participantes das Jornadas de Agroecologia e de eventos promovidos, muitas vezes simultaneamente, para se debater a Agroecologia¹⁶.

¹⁵ A ideia inicial, descrita no projeto de pesquisa que deu origem a essa dissertação, e que foi defendido e aprovado pela banca em junho de 2016, era fazer uma pesquisa documental por meio do acesso às notas taquigráficas produzidas nos Seminários regionais e nacional, realizado para discussão e elaboração da PNAPO e conseqüentemente do PLANAPO. A princípio, acreditávamos que por meio das notas taquigráficas nos seria possível perceber e analisar os discursos e identificar as posições de sujeitos que emergiram. Porém, não conseguimos acessar essas notas. Empreendemos um longo processo de busca por elas, por meio de contatos com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, com a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com os movimentos sociais que estiveram presentes nos Seminários, porém não houve acesso a tais notas taquigráficas. Nem ao menos conseguimos ter certeza da existência delas. Por isso, optamos por mudar nosso objeto de análise para as Cartas Agroecológicas. Percebemos que estes documentos traziam um registro das discussões em torno da Agroecologia, sobretudo ocorridas nas Jornadas de Agroecologia que acontecem anualmente, bem como em Congressos e Seminários que aconteceram e acontecem periodicamente e que reúnem diversos atores sociais no intuito de debater sobre essa temática.

¹⁶ Por meio das próprias Cartas Agroecológicas pudemos identificar a diversidade de atores que participam dos eventos nos quais as Cartas são produzidas. Além de descreverem o público participante

De acordo com descrições feitas nas próprias Cartas podemos descrevê-las como documentos produzidos pelo “coletivo político”, ou seja, pelos diversos atores representantes das inúmeras instituições presentes nestes fóruns de debate. As Cartas são construídas de forma participativa, colaborativa e democrática, no intuito de compartilhar e tornar público os debates e as reflexões decorridos durante as Jornadas, que muitas vezes envolvem Congressos nacional e internacional, Seminários regionais, estaduais ou nacional e outros eventos, bem como apresentar as lutas, descrever os contextos, informar os encaminhamentos empreendidos pelo movimento agroecológico. De acordo com a definição encontrada nas próprias cartas, a Jornada de Agroecologia se configura como

...um espaço de expressão de vários movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa, organizações da sociedade civil, técnicos e acadêmicos e se insere no grande movimento de lutas dos povos contra a mercantilização da vida, comprometendo-se a construir uma nova sociedade capaz de satisfazer suas necessidades atuais e garantir as necessidades das gerações futuras (CARTAS 2004, 2005).

... um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e explora os seres humanos. (...) um sujeito coletivo em torno da proposta da agroecologia (CARTA, 2010).

É importante ressaltar que a nossa opção pela análise das cartas políticas se deu por compreendermos esses documentos como epicentros discursivos. O que significa isso? Elas são produzidas coletivamente, captam e condensam questões que são tematizadas no âmbito dos movimentos, são produzidas a partir de uma metodologia de encontro de várias instituições, são lidas ao final dos debates, são acrescidas - sendo assim, representam um epicentro muito rico de sentidos, uma vez que antes de serem publicadas, elas são validadas, testadas e construídas com a participação das principais instituições e dos coletivos que estão lutando pela Agroecologia. O mais importante para nós não é a quantidade de texto que elas trazem, mas o conteúdo discursivo, as articulações de sentido que são produzidas e que de algum modo são legitimadas por aqueles que lutam pela Agroecologia.

nos textos, algumas Cartas – como as dos anos de 2004 e de 2005, por exemplo - trazem, ao final, a lista de instituições que tiveram representantes presentes nos eventos.

Além disso, nas próprias cartas, existe explicitamente o adversário. Nas próprias cartas, se encontra o jogo antagonico. De tal sorte, uma outra razão que justifica nossa escolha por tais documentos, se refere à própria Modernidade. A Modernidade é também uma construção discursiva, é um discurso construído de modo que a legitimidade dele se encontra implícita em suas práticas e em suas instituições. Sendo assim, sabemos que não vamos achar um lugar ou um documento que explicita o discurso da Modernidade, uma vez que ele nasce para ser explicitado nas práticas das instituições *mercado* e *Estado*, conforme visto com os autores Taylor (1997), Souza (2012) e Bauman (1998). Os teóricos explicitam que o discurso da Modernidade aparece como prática e como resultado de uma prática, ou seja, como se a prática fosse legítima por si mesmo. Ele é construído historicamente e é “naturalizado”. Portanto, não existe um lugar no qual se vá encontrá-lo, daí a importância das Cartas Agroecológicas.

Diante do exposto, tendo como base a análise de conteúdo proposta por Laville e Dionne (1999)¹⁷ fizemos um minucioso estudo do conteúdo das Cartas Agroecológicas publicadas entre os anos de 2002 e 2011, período este que antecede o processo de elaboração da PNAPO e do PLANAPO. O processo de elaboração da Política tem como marco o compromisso assumido pela Presidente Dilma Rousseff em relação à construção de um Programa de Agroecologia com a participação das mulheres e dos movimentos sociais. Este compromisso foi firmado publicamente na ocasião da Marcha das Margaridas¹⁸, em março de 2011.

Por meio dessa análise, empreendemos um estudo detalhado do conteúdo das Cartas, das palavras, das expressões, das frases que as compõem no intuito de “procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das ideias principais” (LAVILLE e DIONNE, 1999). Tomando os princípios propostos por esse modelo de análise, o nosso propósito foi desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo desses

¹⁷ Laville e Dionne (1999) explicam que a análise de conteúdo pode se aplicada no estudo de uma grande diversidade de materiais, pois “permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalidades, ideologias, etc. Pode-se assim usá-la no estudo de embates políticos, de estratégias, ou, ainda, para esclarecer fenômenos sociais particulares” (p. 214).

¹⁸ A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. Realizada desde o ano de 2000, tem revelado grande capacidade de mobilização e organização. Pelo caráter formativo, de denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o governo federal, tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres da América Latina. Para mais detalhes: <http://fetase.org.br/mobilizacoes/marcha-das-margaridas/>

documentos para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação (LAVILLE e DIONNE, 1999, p.214)

Como já indicado anteriormente, em vistas de nos auxiliar na demonstração dessa análise, propusemos a organização dos dados por meio da construção de um quadro intitulado *Jogo Antagônico entre Fontes Morais*. Este quadro foi elaborado a partir do esquema organizado na figura a seguir, no qual foi possível visualizar a existência de um antagonismo, perceptível no próprio jogo de palavras escolhido para demonstrá-lo: Mal-estar *versus* Bem Viver e Viver melhor *versus* Mal-estar.

FONTES MORAIS		
INTENÇÃO AGROECOLÓGICA	(ERRADO)	(CERTO)
Modernidade em crise	MAL-ESTAR	BEM VIVER
NÃO-INTENÇÃO AGROECOLÓGICA	(CERTO)	(ERRADO)
Modernidade em permanência	VIVER MELHOR	MAL-ESTAR

Quadro 4: Antagonismo entre fontes morais.

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Para nos orientar no mapeamento das fontes morais evidenciadas por meio das Cartas Agroecológicas, elaboramos a partir do esquema demonstrado na figura acima, o quadro *Jogo Antagônico entre Fontes Morais*. Neste quadro, foi possível organizar e diferenciar as fontes morais agroecológicas e as não-agroecológicas. Empreender este discernimento foi possível a partir do referencial trazido pelos teóricos da Agroecologia e por Bauman (1998), Taylor (1997) e Acosta (2016). A partir do que foi abordado até aqui no que diz respeito ao esforço de conceituação da Agroecologia, sobre a Modernidade em crise, sobre o *self* pontual moderno e sobre o Bem Viver, foi possível criar algumas categorias de análise. As mesmas categorias serão aplicadas na análise do conteúdo das Cartas Agroecológicas na tentativa de evidenciar as fontes morais agroecológicas e as fontes morais não-agroecológicas que animam os *selves* no jogo antagônico discursivo. O nosso esforço neste momento, tendo como principal referencial a noção tayloriana de fontes morais, foi o de demonstrar o que é considerado certo e o que é considerado errado pelas fontes morais agroecológicas e pelas fontes morais não-agroecológicas para então, no próximo tópico, evidenciar, por meio do conteúdo discursivo das Cartas, essas fontes.

JOGO ANTAGÔNICO ENTRE FONTES MORAIS		
FONTES MORAIS	AGROECOLÓGICAS	NÃO-AGROECOLÓGICAS
		Certo para sujeito agroecológico Errado para sujeito moderno
RELAÇÕES SOCIAIS (uns com os outros)	Bem Viver para todos e todas	Viver melhor, para os que têm mérito
	Ganha-ganha	Ganha-perde
	“Melhor com menos”	Quanto mais melhor
	Cuidado e satisfação com o que se tem no presente	Eterna esperança de um futuro melhor
	Diferença, ecologias e inclusão	Higiene, padronização e exclusão
	Reciprocidade e solidariedade	Desconfiança e liberdade individual
	Combate à pobreza = combate à opulência, diminuição da desigualdade	Combate à pobreza: exclusão, criminalização e encarceramento
	Felicidade = suficiência para toda comunidade	Felicidade = poder de consumo individual
	Equidade	Igualdade como valor universal e supremo
	Comunidades	Tribos e tribalismos
	Diálogo: construção de pontes	Solilóquios
	Viver e conviver de forma harmônica com todos os seres e com a Natureza	Dignidade humana = poder de consumo e de adotar estilos de vida
	RELAÇÕES COM A NATUREZA E COM O AMBIENTE	Desmercantilização da natureza
Bens e recursos naturais = bens comuns, bondades da Natureza, patrimônio dos povos		Recursos e serviços naturais = recursos exploráveis, direito de propriedade
Sociobiocentrismo		Antropocentrismo
Sustentabilidade = capacidade de resiliência da Natureza		Sustentabilidade = capacidade de atender ao mercado (não só necessidades, bem como desejos humanos)
Reconhecimento e respeito aos Direitos Humanos e aos Direitos da Natureza		Dominação dos seres humanos de uns sobre outros e sobre a natureza
RELAÇÕES SOCIEDADE – INSTITUIÇÕES	Estado = não o único, mas ator importante no ordenamento social	Soberania do Mercado = detentor hegemônico do poder
	Crescimento material infinito = suicídio coletivo	Legitimidade = lucratividade e competitividade
	Economia subordinada à ecologia	Tudo e qualquer coisa é válida se for “economicamente correta”
	Autodependência comunitária, descentralização e territorialização	Dependência do mercado, desregulamentação e privatização
	Desenvolvimento sustentável = etapa transitória	Crença no desenvolvimento e no progresso
	Decrescimento planejado, pós-extrativismo	Neoextrativismo

Quadro 5: Jogo Antagônico entre Fontes Morais .

Fonte: Construção da pesquisa, 2017, a partir do referencial teórico sobre Agroecologia e dos autores Bauman (1998), Taylor (1997) e Acosta (2016).

Conforme já dito, o quadro evidencia algumas fontes morais que pudemos perceber por meio da conceituação da Agroecologia e do referencial teórico apresentado até aqui. Ao identificar essas fontes morais, na tentativa de categorizá-las para organizar

a evidenciação proposta, percebemos três grupos distintos, mas transversais, de relações animadas ou influenciadas pelas fontes. São elas: i) *as relações sociais*, ou seja, as formas dos sujeitos se relacionarem uns com os outros; ii) *as relações do ser humano com a natureza e com o ambiente*, isto é, a forma como os humanos se relacionam com os animais, plantas, biodiversidade, bem como com os bens ou recursos naturais, tais como: terra, água, ar, solo, metais, dentre outros; e iii) *as relações da sociedade com as instituições*, isto é, relações dos diversos atores sociais ao interagirem com ou agirem nas instituições, dentre elas: o mercado, o Estado, as instituições de ensino, as de pesquisa.

Nas *relações sociais*, ou seja, nas relações de uns com os outros, percebemos como fontes morais o “bem viver” e o “viver melhor”, conceitos distintos e que animam, respectivamente, os sujeitos agroecológicos e os não-agroecológicos. Vimos que o bem viver se opõe ao viver melhor, enquanto o primeiro convoca à construção de uma sociedade solidária e sustentável, com instituições que asseguram a vida, propondo uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo, o “viver melhor” supõe uma opção de progresso material ilimitado e incita a uma competição permanente de uns com os outros no intuito de produzir mais e mais, em um processo de acumulação material sem fim, incentivando a disputa e não a harmonia.

Sendo assim, podemos dizer que o Bem Viver se apoia na ética do ganha-ganha, e o viver melhor se justifica na orientação de que não há suficiência para todos e, dessa forma, para que uns ganhem outros têm que perder.

Vimos também que a Modernidade traz consigo a questão do consumismo e da acumulação. “Quanto mais melhor”! Não só a felicidade, mas também a dignidade humana, ambas são “medidas” pelo poder de consumo e pela possibilidade de adotar estilos de vida. O consumismo é a característica apontada como a mais marcante da contemporaneidade e o desejo por poder de consumo é insaciável no sujeito moderno, desejo esse alimentado pelos meios de comunicação de massa e pelas inovações tecnológicas.

Já a Agroecologia, embora não despreze as inovações tecnológicas, quer difundir uma noção de “Melhor com menos!”, menos no sentido daquilo que é realmente necessário, sem acumulação, sem desperdício, compartilhando com o próximo e co-produzindo com a natureza. Sendo assim, enquanto o sujeito moderno acredita que quanto mais acumular, em todos os sentidos, melhor será e mais perto da felicidade estará, aquele que emana uma intenção agroecológica crê que a vida é

“melhor com menos”, manifesta uma simplicidade voluntária. Considera assim que a opulência é que deve ser combatida, na luta pela diminuição do abismo da desigualdade social e que, dessa forma, e só assim, é possível pensar na erradicação da pobreza. Já a Modernidade traz a ideia de que a pobreza deve ser exterminada, os pobres devem ser excluídos, “estão fora do lugar”, devem ser incriminados e encarcerados, uma vez que não têm poder de consumo, são a “população redundante”.

Ainda nesse sentido, a intenção agroecológica valoriza aquilo que se tem no presente, no local e no momento, ao contrário do sujeito moderno que vive sempre na esperança de que dias melhores virão, que se deve buscar fora - no mercado - a satisfação de necessidades e desejos e que os sacrifícios de hoje trarão melhorias e benefícios no amanhã. Já a ética agroecológica, assim como a do Bem Viver, se apoia no processo de decrescimento (que não é recessão), numa economia pós-desenvolvimentista e pós-extrativista, e é traduzida em práticas que expressam solidariedade, responsabilidade, integralidade, reciprocidade, equidade.

No que tange as *relações com a Natureza e com o ambiente*, identificamos como fontes morais antagônicas o *sociobiocentrismo* e o *antropocentrismo* que embasam respectivamente a moralidade agroecológica e a moralidade não-agroecológica. O sujeito moderno vê a natureza apenas enquanto fonte de recursos para satisfazer necessidades e desejos, portanto submissa às vontades humanas. Por outro lado, o *self* agroecológico busca uma convivência harmoniosa com a natureza e com todos os seus seres e, para tanto, defende a necessidade de um processo de desmercantilização da Natureza e de todas formas de vida, no qual os Direitos da Natureza sejam reconhecidos, reconhecendo-a assim como um sujeito de direitos.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade é vista enquanto a capacidade de resiliência da Natureza, ou seja, a capacidade da Natureza de suportar perturbações e os impactos causados, não somente, mas principalmente pelos seres humanos. A organização da vida deve se dar então de forma a propiciar o reencontro entre a Natureza e o ser humano, por meio de uma visão sociobiocêntrica que coloca toda e qualquer manifestação de vida no “centro das atenções”, e não apenas a vida humana. Dessa forma, se garante também a atenção às necessidades humanas fundamentais, que não são as únicas demandas, mas que acabam tendo papel impulsionador de todo o processo.

Em relação às fontes morais que orientam as *relações sociedade – instituições*, com base no aporte teórico que percorremos até aqui, podemos identificar no sujeito

moderno a crença no desenvolvimento, no progresso e no poder hegemônico do mercado, o desejo por poder de consumo e as práticas fundamentadas no neoextrativismo antropocêntrico, a legitimidade instituída pela lucratividade e pela competitividade, ou seja, a hegemonia do pensamento de que “tudo e qualquer coisa é válida se for *economicamente correto*”.

De forma oposta, o sujeito que emana uma intenção agroecológica vê o crescimento material infinito como “suicídio coletivo”, uma vez que percebe a economia como subordinada à ecologia, ou seja, é a Natureza (e não o mercado) quem determina os limites da intervenção humana, pois é somente ela quem detém a capacidade de renovação dos ecossistemas, da qual dependem as atividades produtivas.

Na relação com o mercado, o sujeito agroecológico o considera importante, mas não como soberano detentor do poder e único provedor no que se refere a atender às necessidades e demandas. Nas fontes que direcionam o caminho dos sujeitos agroecológicos, identificamos também uma busca por uma maior autodependência comunitária, na qual se estimula o aproveitamento do potencial endógeno, as soluções locais, a solidariedade, a integralidade, a reciprocidade.

Em relação ao Estado, diferente do sujeito moderno, o sujeito agroecológico o reconhece como ator necessário no que tange o ordenamento social, ainda que necessite ser repensado em termos plurinacionais e interculturais, para que dessa forma possa fortalecer as lutas sociais.

1.5.1. Considerações de análise

Nesse esforço empreendido pudemos confirmar que, na maioria das vezes, o que um grupo considera certo e toma como orientação para o bem é exatamente o que é considerado errado para o outro grupo, incomodando-o e causando-lhe mal estar.

Ao separar ou classificar no quadro as fontes morais que animam os *self* agroecológico bem como ao identificar as fontes morais que inspiram o sujeito moderno, que negligencia a Agroecologia, percebemos que as primeiras correspondem àquelas que incomodam o *self* pontual declaradamente não-agroecológico. Por outro lado, aquilo que move o sujeito moderno, as fontes morais que o orienta em direção ao que toma como o caminho para o bem, corresponde ao que a Agroecologia vem questionar e, muitas vezes, combater.

Dessa forma, o rastreamento das fontes morais nos possibilita confirmar a existência do jogo antagônico discursivo em torno da Agroecologia. Ao desvelá-lo, o nosso objetivo é o de vincular essas posições morais destacadas a um debate contemporâneo mais complexo. A partir do que foi demonstrado, compreendemos que a posição moral que gera mal-estar no debate agroecológico é a posição de sujeito pontual, é a posição de identidade moderna, que está sempre em busca e na defesa do “viver melhor”. Ao mesmo tempo em que a posição que não gera mal-estar aos agroecológicos são as concepções ligadas à noção de bem viver, aquelas que entendem a Agroecologia.

A elaboração do quadro *Jogo Antagônico entre Fontes Morais* nos permitiu destacar as fontes morais que, na sequência, por meio da análise de conteúdo das Cartas Agroecológicas iremos demonstrar. De forma antagônica, será possível localizar os discursos dos que se caracterizam por uma intenção agroecológica e os discursos dos que apresentam uma intenção não-agroecológica.

É importante esclarecer que entendemos como *sujeitos dotados de uma intenção agroecológica* aqueles que vivenciam a Agroecologia em seu dia-a-dia, bem como aqueles que não necessariamente a vivenciam, mas que almejam isso, ou seja, possuem uma intenção em se converter, são simpatizantes, aspirantes, militantes, ou estão em transição agroecológica. Já o que classificamos como *sujeitos dotados de uma intenção não-agroecológica* são aqueles que discursivamente demonstram não possuir uma intenção em fazer a transição agroecológica, que não acreditam na possibilidade da Agroecologia, ou se mostram indiferentes, ou indolentes, ou desmotivados, ou desinteressados em relação a ela e, sendo assim, menosprezam-na ou negligenciam-na ou, até mesmo, ridicularizam-na e a desqualificam.

Ao realizar essa análise queremos demonstrar que as diferentes posições em relação à Agroecologia ocorrem porque há fontes morais antagônicas que animam os *selves* em relação a ela. Compreendemos que o que causa mal-estar naqueles que escolhem como caminho a busca do bem viver é exatamente o que anima aqueles que estão a cada dia em busca do “viver melhor”. Assim, para a Agroecologia, o que é mal-estar é viver melhor para aqueles que negligenciam a Agroecologia, os não-agroecológicos. E o que é mal-estar para os não-agroecológicos é bem viver para os agroecológicos.

1.6. A análise das Cartas Agroecológicas

Na realização da análise de conteúdo das Cartas Agroecológicas, optamos por utilizar as referentes aos anos de 2002 a 2011¹⁹, num total de dez documentos. Optamos por esse recorte temporal, pois essas cartas se referem ao período anterior à elaboração do PLANAPO e de seu lançamento oficial. Esses documentos, embora não retratem as discussões proferidas no intuito de elaboração do plano, se autodeterminam como um “coletivo político” (CARTA 2005) cujo texto é construído de forma participativa, unificando os discursos dos movimentos sociais e sindicais, da sociedade civil e de parte da comunidade acadêmica, retratando as demandas, as proposições, as lutas desses atores. Como veremos mais adiante, esse debate promovido nas Jornadas de Agroecologia e publicizado por meio das Cartas Agroecológicas foi peça fundamental na “pressão” exercida sobre o Estado para que se introduzisse a Agroecologia nas pautas, nas agendas e nas discussões de políticas públicas no que se refere ao desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro.

A análise de conteúdo das Cartas nos permitiu destacar as fontes morais da intenção agroecológica bem como inferir as fontes morais daqueles que carregam uma intenção não-agroecológica. De modo geral, as Cartas demonstram haver uma relação de extrema tensão e oposição por parte dos agroecológicos em relação aos não-agroecológicos e nos possibilita inferir também a existência de um antagonismo desses últimos em relação aos primeiros.

O uso de verbos propositivos como: *lutar, promover, combater, massificar, denunciar, impedir, proibir, acelerar, garantir, participar* são constantes nas Cartas, bem como expressões do tipo: “*reafirmamos nosso compromisso*”, “*continuando nossa luta*”, “*que seja proibido*”, “*reconhecemos como nossas conquistas*”, “*manifestamos nosso repúdio*”, “*nós reivindicamos*”. Tais expressões desvelam que o discurso agroecológico não é amigável, em busca de consenso, de parceria em relação aos dotados de uma intenção não-agroecológica. Ao contrário, o discurso é de combate, de luta, de oposição a um inimigo claramente declarado: sistema hegemônico imperialista neoliberal capitalista, representado, no Brasil, sobretudo, “pelo agronegócio” (CARTA 2004) e “pela bancada ruralista” (CARTA 2010).

¹⁹ O *corpus* empírico descrito na Introdução da dissertação apresenta detalhadamente as Cartas Agroecológicas analisadas.

Algumas Cartas trazem um lema ou um tema em destaque, que são verdadeiros gritos de guerra, como por exemplo: “Por Uma Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos!” (CARTAS 2002; 2005); “Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Familiar e Camponesa” (CARTAS 2004; 2005); “Cuidando da Terra, Cultivando Biodiversidade e Colhendo Soberania Alimentar” (CARTA 2010).

Outros temas destacados nas Cartas, e que foram convite para reflexão nos eventos, demonstram a consideração dos sujeitos agroecológicos em relação às pesquisas científicas e à valorização do saber científico e da educação na construção - ou na coprodução - do saber agroecológico, bem como o reconhecimento da importância da sabedoria popular e do saber local neste processo. Como exemplo, podemos citar os temas: “Sociedade, natureza e impactos: construindo caminhos” (CARTA 2007); “O Estado da Arte da Agroecologia”(CARTA 2008); “Agricultura familiar e Camponesa: experiências passadas e presentes construindo um futuro sustentável” (CARTA 2009); “Educando para a Cidadania e o Desenvolvimento Rural Sustentável” (CARTA 2006).

1.6.1. O antagonismo em evidência

Conforme já foi dito, uma vez que a luta e os inimigos estão declarados, é possível, por meio das Cartas Agroecológicas, inferir, a partir do discurso agroecológico, o discurso dos sujeitos não-agroecológicos e as fontes morais que os animam. Por meio do conteúdo das Cartas, encontramos a intenção agroecológica em antagonismo com a não-intenção, com o intuito de demonstrar o que é considerado certo e o que é considerado errado por ambos os lados nesta luta discursiva. O discurso dos próprios sujeitos agroecológicos nos mostra contra o que, ou contra quem, esses atores estão lutando. Por meio dos textos das Cartas, podemos compreender quem é este inimigo e as ações que ele pratica ao considerar que caminha em direção ao que considera ser o caminho do bem. As ações que este sujeito pratica são consideradas arbitrárias, perversas e muitas vezes nefastas, se tomadas pela perspectiva agroecológica. Dessa forma, por meio da análise do conteúdo discursivo das Cartas Agroecológicas conseguimos entender também o que causa mal-estar nos sujeitos não-agroecológicos, através dos significados os próprios sujeitos agroecológicos constroem e anunciam em seus discursos.

No intuito de evidenciar o que afirmamos acima, ou seja, em relação ao inimigo “estar dado” nas Cartas e os sentimentos de repúdio e de denúncia explicitados, vale destacar o trecho da Carta da 3ª. Jornada de Agroecologia, do ano de 2004, que diz:

Em seu estágio atual, a estratégia do Imperialismo, sob hegemonia do capital especulativo e dos Estados Unidos da América, caracteriza-se pela necessidade de domínio e mercantilização de todas as dimensões da vida. Este movimento se manifesta de maneira concreta através dos Estados Militarizados, promotores de guerras e da apropriação pelas transnacionais de todas as reservas naturais estratégicas e do controle dos alimentos e da biodiversidade. Entre suas **nefastas consequências** destaca-se a crescente exclusão social de amplas parcelas da humanidade, em uma lógica associada à violação dos direitos dos pobres, a privatização da vida e à acumulação da riqueza, e à contínua degradação ambiental transferindo os malefícios para a sociedade. Ao eximir-se dos custos sociais e ambientais, o **capitalismo conduz a humanidade à sua autodestruição**, revelando sua incompatibilidade econômica com a dimensão ecológica e social. No **Brasil**, esta estratégia é implementada pelo **agronegócio exportador submisso** às transnacionais que controlam as tecnologias agropecuárias, como as sementes transgênicas, o comércio e o transporte desses produtos no mercado global ao mesmo tempo em que desnacionalizam a economia, concentra renda e terra, gera aumento da violência contra trabalhadores rurais nas fronteiras agrícolas e destrói o meio ambiente (CARTA 2004, grifos nossos).

Ainda a título de exemplificar o antagonismo e muitas vezes o repúdio declarado, destacamos algumas frases presentes no texto da Carta da 9ª. Jornada de Agroecologia – Maio de 2010:

incentivar as tecnologias socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis **em oposição** às tecnologias transgênicas potencialmente danosas ao meio ambiente e à saúde, utilizadas pelo agronegócio.

Na contramão deste processo de reconstrução ecológica da agricultura, há uma poderosa aliança entre os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais e o Estado que conformam o agronegócio, e se expressa na implementação de megaprojetos de infraestrutura e energia, em grandes extensões de monoculturas, no aumento vertiginoso do uso de agrotóxicos e introdução irresponsável de cultivos transgênicos.

Denunciamos a aliança do **agronegócio** como responsável por (...) tornar o Brasil o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (...) tornar a CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – um balcão de negócios (...) contaminação genética das variedades de milho crioulo, convencional e agroecológico pelo milho transgênico...

Denunciamos as manobras da **bancada ruralista** e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) contra direitos constitucionalmente assegurados dos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, trabalhadores rurais, sem terra, dos agricultores, consumidores e ao meio ambiente, em nome da propriedade privada absoluta, que não cumpre sua função social ..”

Denunciamos a criminalização dos movimentos sociais através de prisões **arbitrárias**, constantes ataques a militantes e organizações, além de instalações de CPIs; (CARTA 2010).

Com base no que compreendemos a partir das fontes morais antagônicas elencadas no quadro *Jogo Antagônico entre Fontes Morais*, evidenciadas, sobretudo, com o auxílio dos pensamentos dos teóricos da Agroecologia (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2007; SEVILLA GUZMÁN, 2001; WEZEL ET AL. 2009; FRANCIS ET AL, 2003), bem como de Bauman (1998), de Taylor (1997) e de Acosta (2016), pudemos definir algumas categorias principais para nos guiar na análise dos conteúdos dos documentos, no intuito de evidenciar de forma empírica a luta e as fontes morais em disputa e o antagonismo de uma intenção agroecológica e de uma intenção não-agroecológica. Optamos por manter as três categorias usadas no quadro anterior: (a) Relações sociais, uns com os outros; (b) Relação com a natureza e com bens e recursos naturais; e (c) Relações sociedade – instituições. A seguir apresentamos as evidências encontradas.

a) Relações sociais, uns com os outros

No que tange as *Relações sociais, uns com os outros*, por meio das Cartas, podemos evidenciar que os sujeitos que trazem uma intenção agroecológica discursam sobre a busca por uma vida mais solidária, de construção e colaboração, com respeito à diversidade, com justiça social, ao mesmo tempo em que demonstram uma forte crítica ao modo de se relacionar do sujeito moderno, retratando-o, no discurso, enquanto empreendedor de opressão, de perseguição e de exclusão, quando não de extermínio, principalmente no que se refere à relação com as lideranças dos movimentos sociais.

A presença dessas fontes morais podem ser percebidas no discurso expressado nas Cartas. No quadro que se segue, destacamos os temas que mais recorrentes, nas Cartas Agroecológicas, no que se refere às relações sociais e, a seguir, recortamos alguns trechos dos textos para demonstrar como são abordados.

Categoria de relação	Evidências	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
RELAÇÕES SOCIAIS	Diversidade Cultural	X		X		X			X		X	
	Crítica ao capitalismo e modelo neoliberal	X		X	X				X	X	X	
	Agricultura familiar camponesa	X		X	X			X	X	X		
	Violência e impunidade no campo	X		X	X				X	X		
	Concentração de terra e renda	X							X	X		
	Reforma Agrária	X		X	X				X	X		
	Êxodo rural	X								X		
	Exploração social	X		X						X		
	Questões de gênero, raça, etnia, gerações		X				X		X	X		
	Segurança e soberania alimentar		X							X		
	Agroecologia (princípios, transição, construção de mundo novo)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Quadro 6: Relações sociais – principais temas abordados nas Cartas Agroecológicas.

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Diante dos temas apurados, podemos destacar o valor que é dado pelo sujeito agroecológico ao respeito à **diversidade**, conforme explicitado nos trechos:

(...) construindo a unidade na diversidade (CARTA 2002).

No Brasil, a agroecologia é uma realidade viva e em construção pelos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, sertanejos, camponeses, agricultores familiares, posseiros e sem-terras das mais diferentes etnias e culturas (CARTA 2004).

Que os programas e projetos de desenvolvimento rural contemplem o respeito à diversidade étnica, cultural e biológica, propondo estratégias de trabalho diferenciadas para diferentes realidades e tipos de público (CARTA 2006).

Outra fonte moral que pudemos evidenciar nas relações sociais diz respeito à visão crítica e questionadora em relação ao capitalismo e ao modelo neoliberal, já mencionado e citado anteriormente nesta seção, que verificamos estar constantemente presente nas Cartas Agroecológicas, em colocações do tipo:

Rompendo com essa lógica (neoliberal capitalista), por todo o planeta os povos se levantam anunciando que é possível construir um mundo sustentável, fundado em relações de solidariedade, justiça, democracia, paz e em uma economia ecológica (CARTA 2005).

A crença na **agricultura familiar camponesa** é outra fonte que embasa o discurso do *self* agroecológico, sobretudo, na argumentação da necessidade de se reconhecer sua importância para o meio rural brasileiro em diversos aspectos e da demanda por políticas públicas que fortaleçam essa prática e o agricultor familiar camponês enquanto categoria social:

Os estabelecimentos agrícolas menores que 100 ha são responsáveis por 75% das receitas geradas pela agricultura brasileira, demonstrando a importância de termos políticas públicas que incentivem a agricultura familiar camponesa e realizem ampla reforma agrária (CARTA 2005).

(...) a agricultura familiar camponesa segue existindo e resistindo como protagonista decisivo da agroecologia, ainda que sem o apoio de políticas públicas ... (CARTA 2010).

Pelo fato de organizar a vida em íntima relação com a natureza, a agricultura familiar camponesa e os povos tradicionais são portadores de conhecimentos com os quais organizam múltiplas **agriCULTURAS**, o que os tornam mantenedores e criadores da agrobiodiversidade como patrimônio dos povos à serviço da humanidade. É, portanto, o sujeito coletivo decisivo para a reconstrução ecológica da agricultura que conforma as bases da agroecologia (CARTA 2010).

A denúncia em relação à **violência e impunidade no campo** bem como a necessidade de se descortinar esses conflitos e descriminalizar os movimentos, suas lideranças e os agricultores aparecem em vários momentos, nas Cartas Agroecológicas, em colocações tais quais:

defendendo a realização de uma ampla reforma agrária e o fim da violência e da impunidade no campo” (CARTA 2002).

Promover uma campanha nacional e internacional de descriminalização da Jornada de Agroecologia promovida judicialmente pela Monsanto S/A, e conquistar sua condenação pelos crimes que atentam contra a Biodiversidade e a Soberania Nacional, nos termos que propõe o Tribunal Popular e Internacional sobre os Transgênicos[...] (CARTA 2004).

A **concentração de terra e de renda**, a necessidade de ampla **Reforma Agrária** e o crescente **êxodo rural** são temas que aparecem nas Cartas e evidenciam a posição antagônica do sujeito agroecológico em relação ao modelo neoliberal

capitalista, sobretudo ao agronegócio, aos grandes proprietários de terras e dos meios de comunicação:

O modelo neoliberal tem causado a concentração da terra e da renda [...] (CARTA 2002).

Outro dado alarmante é que todo ano deixam de existir noventa mil estabelecimentos agrícolas, que são incorporados pelo grande latifúndio (CARTA 2005).

[...] defendendo a realização de uma ampla reforma agrária [...] (CARTA 2002).

Massificar a organização do povo para a conquista da Reforma Agrária (CARTAS 2004, 2005).

[...] classes dominantes através do agronegócio e dos grandes proprietários dos meios de comunicação, os quais se opõem a necessidade histórica e urgente da reforma agrária (CARTA 2010).

O modelo neoliberal tem causado a concentração da terra e da renda; violento êxodo rural e consequente concentração populacional nas cidades [...] (CARTA 2002).

[...] Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio [...] e expulsa as famílias do campo[...] (CARTA 2010).

Ainda nessa posição crítica ao sistema vigente vale destacar o alerta em relação à **exploração** abordada em termos como: “... este modelo [neoliberal] se representa na forma de globalização do capital, aprofundando planetariamente o processo de exploração (CARTA 2002). E, sendo assim, são inúmeros os momentos em que se apresentam no discurso a chamada para a consideração e atenção que devem ser dadas às questões de gênero, raça, etnia e gerações:

[...] que as estratégias de desenvolvimento rural incorporem e reconheçam a necessidade de respeitar e dar tratamento diferenciado às especificidades de gênero, raça, etnia e gerações, oportunizando uma incorporação e participação igualitária de todas as pessoas nos processos de desenvolvimento (CARTA 2003).

A agroecologia se caracteriza pela sua alta capacidade de preservar e reproduzir a vida e nesta perspectiva, só é possível ser construída com base nas relações de gênero e geração sendo que este princípio deve orientar as políticas públicas (CARTA 2005).

A necessidade de reconhecimento dos saberes e experiências das mulheres nas suas práticas ligadas à reprodução da vida: segurança e soberania alimentar, saúde, manutenção e conservação da agrobiodiversidade. Que suas reivindicações e demandas sejam valorizadas por extensionistas, pesquisadores, gestores e lideranças [...] (CARTA 2009).

A importância de contemplar o tema das relações de gênero, evidenciando a necessidade de valorizar as contribuições das mulheres e as questões que dificultam a sua participação como sujeitos plenos de direitos, entre elas, a violência cotidiana enfrentada pelas agricultoras (CARTA 2009).

Por fim, nessa categoria que evidencia as fontes morais que animam os sujeitos agroecológicos em suas relações sociais, uns com os outros, destacamos a afirmação da Agroecologia enquanto caminho para as mudanças que estes sujeitos querem ver no mundo, ou seja, a crença de que através da **transição agroecológica**, da adoção dos **princípios da Agroecologia**, será possível a “**construção de um mundo novo**”:

Reafirmamos [...] a continuidade de nossas ações comuns, articuladas em torno de um novo jeito de viver que se expressa na proposta da agroecologia [...] (CARTA 2004).

O papel da Agroecologia para a mudança de paradigma de desenvolvimento [...] (CARTA 2009).

O compromisso da Agroecologia em transformar essa realidade de iniquidade do campo, promovendo o desenvolvimento rural e a construção de um mundo mais justo, solidário e ambientalmente sustentável (CARTA 2009).

b) Relação com a natureza e com bens e recursos naturais

De forma geral, essa categoria aparece nas cartas evidenciando o modo como as sociedades têm construído suas formas de uso, de conservação e de preservação ou de exploração dos recursos considerados naturais. Ainda que o tema que mais aparece nas Cartas seja a questão do uso de agrotóxicos - conforme demonstrado no quadro que se segue - por meio da análise de conteúdo textual, identificamos a constante presença de questionamentos, de críticas e de argumentações em relação às formas como os seres humanos se apropriam dos bens naturais disponíveis na Natureza e os tomam como matéria prima transformando-os em produtos manufaturados e industrializados. As principais questões trazidas nas Cartas abordam o modo como o ser humano interfere na produção desses recursos, seja a partir de técnicas, de intervenções, do uso de máquinas, de insumos, dentre outros.

Categoria de relação	Evidências	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Relações com a Natureza e com o ambiente	Terra			X	X				X	X	
	Água			X	X				X		
	Sementes e agrobiodiversidade			X	X		X		X	X	X
	Biodiversidade			X	X		X	X		X	
	Agrotóxicos	X		X	X		X			X	X
	OGMs		X				X			X	
	Transgênicos	X		X	X				X	X	
	Degradação/Mercantilização da Natureza e da vida	X		X	X	X					

Quadro 7: Relações com a Natureza e com o ambiente – principais temas abordados nas Cartas Agroecológicas.

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Por meio da análise das cartas, é possível enxergar que na relação com bens e recursos naturais os sujeitos agroecológicos defendem que historicamente a Terra, a Água, as Sementes e toda a Biodiversidade se constituíram enquanto patrimônio comum dos povos (CARTA 2005) e, sendo assim, fazem denúncias e manifestam repúdio a processos e práticas de origem não-agroecológicas que foram sendo adotados pelos seres humanos ao se relacionarem com esses bens.

Primeira denúncia que podemos perceber refere-se à relação do ser humano com a terra, à maneira como se dá o uso, o cuidado, o manejo, a exploração desse bem natural e as consequências sociais e ambientais dessas ações antrópicas. Para evidenciar, podemos destacar alguns trechos como:

[...] o modelo neoliberal tem causado a concentração da terra e da renda [...] (CARTAS 2002, 2004).

[...] a instituição da propriedade da terra pelo capitalismo, iniciou o processo de apropriação privada da natureza, sua contínua degradação, a escravidão e exploração dos povos, rompendo milênios de convivência equilibrada das populações com seu ambiente (CARTA 2005).

[...] a intensificação deste sistema perverso se manifestou na agricultura com a introdução e difusão global do uso de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes híbridas e máquinas, com o objetivo de atender aos interesses e necessidades do complexo agroindustrial monopolizado pelas grandes empresas transnacionais (CARTA 2005).

Em relação à Água, podemos destacar as fortes críticas à maneira contemporânea do ser humano em se relacionar com esse bem natural, fazendo com que, na visão

agroecológica, esse recurso demande ser protegido em relação à exploração e tentativa de apropriação humana, como destacado nos fragmentos textuais a seguir:

Lutar contra a privatização e mercantilização da água (CARTAS 2004, 2005).

[...] assegurar o acesso à água a toda a população [...] (CARTA 2005).

[...]assegurar em lei que a água seja considerada um bem público [...] (CARTA 2005).

Na relação com as **Sementes** e com a **biodiversidade**, evidencia-se uma luta pela liberdade e autonomia dos agricultores de cultivarem e produzirem suas próprias sementes, sem depender das grandes empresas multinacionais que transformaram a produção de sementes em um mercado. A seguir, destacamos alguns trechos que evidenciam essa relação:

[...] lutando pelo direito de todos camponeses e camponesas produzirem suas sementes varietais [...] (CARTA 2004).

Que a legislação brasileira proteja o direito de sementes e variedades crioulas, assim como a biodiversidade característica de cada um dos biomas existentes no Brasil [...] (CARTA 2007).

Em relação ao uso de **agrotóxicos, organismos geneticamente modificados (OGMs) e cultivo de produtos transgênicos**²⁰, destacamos a presença de frases como:

[...] combatendo o uso de agrotóxicos e a liberação dos produtos transgênicos” (CARTA 2002);

[...] por uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos” (CARTAS 2002, 2005);

[...] que sejam realizadas as pesquisas e os estudos necessários sobre o impacto ambiental e à saúde das populações, que possam estar associados ao uso corrente de OGMs (CARTA 2003).

A **degradação da natureza e mercantilização da vida** são temas abordados em diversos documentos, de forma crítica, tais quais:

Entre suas nefastas consequências destaca-se a crescente exclusão social [...] em uma lógica associada [...] à privatização da vida e à acumulação de riqueza, e à contínua degradação ambiental [...] (CARTAS 2004, 2005).

²⁰ Há diferença entre os organismos geneticamente modificados (OGMs) e transgênicos, os primeiros são organismos que tiveram seu material genético modificado, e os últimos são OGMs que receberam parte de material genético de outra espécie. Para mais informações, ver NODARI e GUERRA, 2001.

Que sejam tomadas medidas concretas e imediatas para resolver as causas do grave desastre ambiental provocado pela contaminação da água dos rio [...] que provocou a morte de milhares de peixes (...) comprometendo a alimentação das famílias ribeirinhas de baixa renda (CARTA 2006).

Denunciamos, ainda, os mega projetos de infra-estrutura para garantir a manutenção do padrão insustentável de desenvolvimento e sua matriz energética, especialmente a instalação de grandes hidrelétricas como Belo Monte, que agride o meio ambiente e viola os direitos dos povos indígenas e das populações locais (CARTA 2010).

c) *Relações sociedade – instituições*

A terceira categoria que evidenciamos se refere às *Relações sociedade – instituições*. Nas Cartas, há referência a diversas instituições, sendo as que aparecem com mais frequência: o mercado, o Estado, as instituições de ensino, as de pesquisa e as de assistência técnica, as transnacionais e empresas ligadas ao agroenegócio e a bancada ruralista, conforme sistematizado no quadro a seguir:

Categoria de relação	Evidências	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Relações Sociedade-Instituições	Acesso a mercado				X		X			X	
	Grandes empresas. Transnacionais	X		X	X				X	X	
	Agroenegócio			X					X	X	
	Bancada ruralista								X	X	
	Cidadania e Desenvolvimento Rural Sustentável		X			X		X	X		
	Soberania alimentar	X	X		X				X	X	
	Ciência/Pesquisa		X			X	X	X	X	X	X
	Educação/Ensino		X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Extensão Rural		X			X	X	X		X	X
	Crédito Rural				X			X		X	X
	Eventos – mobilização	X	X	X	X	X		X			X
	Leis				X	X				X	X
	Estado e Políticas públicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Quadro 8: Relações sociedade-instituições – principais temas abordados nas Cartas Agroecológicas.

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Na análise empreendida, podemos destacar que o sujeito agroecológico compreende o mercado enquanto lugar importante para comercialização da produção e se preocupa com que o acesso ao mesmo seja garantido, conforme explicitado no trecho que se segue:

Que os órgãos governamentais apoiem iniciativas de comercialização de produtos agroecológicos, visando a universalização do seu acesso (CARTA 2007).

No entanto, referências às **grandes empresas, às transnacionais, às corporações multinacionais** também aparecem com frequência nas Cartas. São vistas como inimigas e descritas como perversas e responsáveis por injustiças e por contribuir para a crescente desigualdade social, e para outras mazelas contemporâneas, conforme retratado nos fragmentos a seguir:

Fortalecer e ampliar a Campanha: “Sementes: Patrimônio da Humanidade” [...] impedindo que as empresas transnacionais obtenham o controle oligopolista da produção e comercialização de sementes (CARTA 2004).

Que somos contra práticas agrícolas, tecnologias, políticas públicas e empresas multinacionais da indústria agroalimentar que comprometem a proteção ambiental, favorecem a desigualdade sócio-econômica, atentam contra a segurança e soberania alimentar, a saúde e a vida; especialmente no que se refere aos transgênicos e aos agrotóxicos (CARTA 2009).

[...] há uma poderosa aliança entre os grandes proprietários de terra, as empresas transnacionais e o Estado que conformam o agronegócio, e se expressa na implementação de mega projetos de infra-estrutura e energia, em grandes extensões de monoculturas, no aumento vertiginoso do uso de agroetóxicos e introdução irresponsável de cultivos transgênicos (CARTA 2010).

[...] celebramos as vitórias da agricultura familiar camponesa sobre a transnacional Monsanto [...] (CARTA 2010).

Celebramos também a vitória sobre a transnacional Syngenta, com a transferência de seu centro de produção de transgênicos em Santa Tereza do Oeste para o Estado do Paraná, que inaugurou o Centro de Pesquisa da Agricultura Camponesa Valmir Mota de Oliveira, o “Keno”, militante assassinado por milícia contratada pela empresa (CARTA 2010).

São duras também as críticas ao **Agronegócio** demonstrando que as fontes morais que animam o *self* agroecológico nessa relação são o antagonismo, o combate, a denúncia, tais como explicitadas no trecho que se segue:

No Brasil, esta estratégia é implementada pelo agronegócio exportador submisso às transnacionais que controlam as tecnologias agropecuárias, como as sementes transgênicas, o comércio e o transporte desses produtos no

mercado global ao mesmo tempo em que desnacionalizam a economia, concentram renda e terra, geram aumento da violência contra trabalhadores rurais e destroem o meio ambiente (CARTA 2005).

Mal-estar semelhante se dá no que tange as fontes morais que inspiram os sujeitos que trazem uma intenção agroecológica ao se relacionarem ou se referirem à chamada “**bancada ruralista**”:

O nosso repúdio às ações da bancada ruralista no Congresso Nacional para a alteração da legislação ambiental que protege os diferentes biomas; (CARTA 2009).

Denunciamos as manobras da bancada ruralista e da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) contra direitos constitucionalmente assegurados dos indígenas, quilombolas, populações tradicionais, trabalhadores rurais, sem terra, dos agricultores, consumidores e ao meio ambiente, em nome da propriedade privada absoluta e que não cumpre sua função social[...] (CARTA 2010).

Uma visão crítica é perceptível ainda em relação às **leis**, conforme podemos constatar em posicionamentos e reivindicações, tais quais:

A revisão da “lei de cultivares” na tentativa de proibir os agricultores de guardar e intercambiar sementes, de modo a aprofundar os mecanismos de apropriação privada das sementes através das normas de propriedade intelectual;

A retomada e aprovação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara do projeto que propõe a tecnologia ‘Terminator’, que torna as sementes estéreis, mesmo com uma moratória mundial assinada por 191 países, incluindo o Brasil;

Mudança na lei de rotulagem para acabar com a exigência de rastreabilidade de produtos transgênicos e a retirada do símbolo ‘T’, que os identifica, violando as normas do Protocolo de Cartagena do qual o Brasil também é signatário;

Desmonte da legislação ambiental, precarizando o seu marco legal de proteção, a exemplo do Código Florestal, avançando impunemente sobre todos os biomas, especialmente sobre a Amazônia;

O retrocesso na legislação agrária com o criação do Programa Terra Legal, que regulariza a grilagem de terras em até 1500 ha da Amazônia Legal; sua implantação precariza o processo de reforma agrária já que desloca técnicos do INCRA para este Programa;

O ataque do DEM (Democratas, ex-PFL) ao Decreto que regula a titulação de territórios quilombolas, junto ao STF, o que ofende os direitos constitucionalmente garantidos desta população tradicional;

O bloqueio há mais de 6 anos pela bancada ruralista e CNA do Projeto de Emenda Constitucional (PEC no 438), que propõe medidas de combate ao trabalho escravo, como a expropriação de propriedades que utilizam a mão-de-obra escrava (CARTA 2010).

O fortalecimento da **cidadania** e do **desenvolvimento rural sustentável** aparece como ponto a ser promovido por meio da implementação de políticas públicas que promovam os princípios da Agroecologia, sobretudo se alcançarem as esferas da educação, da pesquisa e da extensão, conforme exposto nos trechos:

Que sejam fortalecidas e ampliadas políticas públicas voltadas para a promoção dos princípios da Agroecologia, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo a criação de programas de educação formal e não-formal que fortaleçam a cidadania e o desenvolvimento rural sustentável (CARTA 2006).

Que se deve ampliar as políticas públicas e as estratégias de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento científico e tecnológico de promoção dos princípios da Agroecologia, incluindo-os como referência teórica e metodológica nas instituições, valorizando e respeitando as singularidades territoriais, promovendo a cidadania e o desenvolvimento rural sustentável; (CARTA 2009).

Vale ressaltar que a referência à **Pesquisa**, à **Educação (Ensino)** e à **Extensão Rural** se dá em quase todas as Cartas, demonstrando como esses campos são valorizados pelos sujeitos com intenção agroecológica e como, na visão destes, carecem de mudanças que podem ser efetivadas com a adoção dos princípios agroecológicos, tal como ressaltado nos trechos:

(...) que as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural se orientem por princípios ecossociais, de modo a garantir que o desenvolvimento rural e da agricultura avancem na direção da sustentabilidade, em suas múltiplas dimensões: social, econômica, ambiental, política, cultural e ética (CARTA 2003).

Desenvolvimento tecnológico em agroecologia implica em superar distinção e isolamento do ensino, pesquisa, extensão e agricultores(as), por uma abordagem sistêmica, das políticas que impliquem numa interação horizontal entre técnicos e agricultores experimentadores (CARTA 2005).

Que as instituições de ensino, pesquisa e extensão incorporem de forma crescente em suas agendas de trabalho os princípios da Agroecologia, com um esforço em direção à inter e à transdisciplinaridade na construção do conhecimento (CARTA 2006).

Que o [Ministério da Educação] MEC [...] incentive a criação de cursos de técnico, tecnólogo, bacharelado e pós-graduação em Agroecologia (CARTA 2007).

Que as redes escolares de 1º e 2º grau disponibilizem em suas bibliotecas livros com enfoque agroecológico [...] (CARTA 2007).

[Reafirmamos] a importância da adoção do enfoque científico da Agroecologia, cuja base epistemológica pressupõe o intercâmbio dos saberes técnico-científico e popular (CARTA 2009).

O nosso apoio às estratégias de educação em Agroecologia em todos os níveis, bem como a produção científica e tecnológica e os respectivos meios de disseminação, para fortalecer o diálogo com o conjunto dos conhecimentos necessários à construção do conhecimento agroecológico e a formação de uma massa crítica capaz de enfrentar os desafios do futuro (CARTA 2009).

Articular a pesquisa agroecológica em rede, envolvendo pesquisadores, extensionistas, agricultores e universidades (CARTA 2011).

Incluir os princípios da agroecologia nos programas de formação de extensionistas e pesquisadores (CARTA 2011).

Nas Cartas, há também a manifestação de luta pelo direito a um alimento sadio e que o mesmo seja garantido através de medidas tomadas por parte do governo em âmbito federal, estadual e municipal de forma a garantir a **segurança e a soberania alimentar**, conforme podemos destacar em frases como:

[...] estimular avanços efetivos no sentido de conquista de soberania alimentar para nossos povos [...] (CARTA 2003).

[...] estimular a produção de alimentos saudáveis, em quantidades necessárias ao atendimento de toda a população, bem como adequadas aos hábitos alimentares e culturais dos diferentes grupos sociais (CARTA 2003).

Referências ao **crédito rural** aparecem em poucas cartas, demonstrando que é uma questão considerada e valorizada, mas não é a mais destacada nos discursos:

Criar um fundo nacional para agroecologia a ser gerenciado por um colegiado paritário entre representação governamental e da sociedade civil (CARTA 2005).

Incluir o enfoque agroecológico nas políticas públicas, especialmente as voltadas para o crédito rural destinado à agricultura familiar e ampliar as iniciativas voltadas ao seu fortalecimento, como é o caso dos Programas de Compras Institucionais (CARTA 2011).

Na grande maioria das Cartas é perceptível o cuidado que se tem com a **continuidade dos eventos** e há sempre um esforço aparente para mobilização de toda a sociedade para que um próximo aconteça, inclusive, muitas vezes, já é divulgada a data e o local para acontecimento do evento futuro:

Convocamos todos para participar do processo de construção coletiva e cotidiana da Jornada de Agroecologia, rumo ao seu 5º Encontro em 2006 (CARTA 2005).

Que sejam feitos todos os esforços pelas entidades realizadoras, promotoras e apoiadoras deste evento para que seja garantida a sua continuidade, com a realização do VIII Seminário [...] em 2007 [...] (CARTA 2006).

Que sejam envidados todos os esforços para a realização do X Seminário [...] a realizar-se de 09 a 12 de novembro de 2009 (CARTA 2008) .

Que sejam envidados todos os esforços para a realização do XII Seminário Internacional e XIII Seminário Estadual de Agroecologia no ano de 2012 [...] (CARTA 2011).

Por fim, é preciso ressaltar que há uma evidência que transparece em todos os documentos analisados que é a demanda por políticas públicas. Em todas as Cartas Agroecológicas está manifestada a necessidade de atenção por parte do **Estado** e da sociedade em relação às **políticas públicas** para o meio rural e para que as mesmas promovam a Agroecologia e seus princípios ou os processos de transição agroecológica. É interessante ressaltar que essa manifestação em relação à demanda por políticas públicas aparece, em algumas Cartas, como o primeiro tópico nas recomendações registradas nos documentos (2002, 2006, 2007). Listamos aqui alguns exemplos:

[...] lutar por políticas públicas que promovam a pequena agricultura familiar ecológica” (CARTA 2002).

[...] que sejam implementadas políticas públicas de estímulo à transição agroecológica e de fortalecimento da agricultura familiar [...] (CARTA 2003).

Conquistar políticas públicas que viabilizem o projeto popular e soberano de uma agricultura camponesa e familiar (CARTA 2005).

A inclusão do enfoque agroecológico nas políticas públicas [...] (CARTA 2008).

[...] se deve ampliar as políticas públicas e as estratégias de pesquisa, de extensão e de desenvolvimento científico e tecnológico de promoção dos princípios da Agroecologia [...] (CARTA 2009).

[...] a agricultura familiar segue existindo e resistindo como protagonista decisivo da agroecologia, ainda que sem o apoio de políticas públicas estruturantes de crédito, assistência técnica, investimento em pesquisa, educação profissional, fomento à agroindustrialização e comercialização” (CARTA 2010).

Consideramos importante ressaltar que por meio da sistematização nos quadros de análise, foi-nos possível uma orientação para extrair dos textos as fontes morais que permeiam as relações humanas, aqui categorizadas em: (a) relações sociais, (b) relações com a natureza e com o ambiente e (c) relações sociedade-instituições. Observa-se que os temas, ainda que variados, se repetem no decorrer dos anos, e demonstram que, de forma geral, as críticas às formas do modelo capitalista neoliberal, representado sobretudo pelo agronegócio, de se relacionar com a Natureza, com as questões sociais e

o papel que o diverso aparato institucional da sociedade contemporânea vem desempenhando no contexto atual, sobretudo no que tange o meio rural, estão presentes em todas as Cartas, ainda que a ênfase dada a cada questão possa ser diferente nos diversos documentos.

Quanto à evidência da reivindicação por políticas públicas de Agroecologia no intuito de viabilizar “o projeto popular e soberano de uma agricultura camponesa e familiar ecológica”, vale enfatizar que em algumas cartas são feitas recomendações e sugestões de pontos prioritários os quais devem constar na construção de uma Política de Agroecologia (CARTA 2005). No ano de 2008, a primeira recomendação da Carta Agroecológica de Porto Alegre 2008, documento produzido pelos participantes do IX Seminário Internacional sobre Agroecologia e X Seminário Estadual sobre Agroecologia, refere-se justamente à criação de um Plano Nacional de Transição Agroecológica. Percebemos, assim, que a elaboração e instituição de um Plano Nacional de Agroecologia foi uma demanda social, construída e defendida por diversos atores participantes dos eventos e difundida por meio dos discursos proferidos nas Cartas Agroecológicas.

1.7. Considerações finais

Com Bauman (1998), vimos várias possibilidades de crise que a Modernidade instaura. As ideias de Taylor (1997) nos possibilitam fazer uma espécie de “corte” nas proposições de Bauman (1998), e destacar que a Modernidade traz uma crise de uma fonte moral hegemônica, no que se refere às noções de certo e errado. A crise da Modernidade evidencia uma crise da fonte moral hegemônica que é a noção do *self* pontual. Nesse sentido, nesse trabalho, nos interessa investigar em que medida as fontes morais modernas são de algum modo abaladas, dentre as várias experiências que emergem em questionamento a essas fontes morais, pela experiência agroecológica.

Percebemos que a noção moral de bem viver desvelada por Acosta (2016) traz uma ideia de fonte moral de certo e errado que é muito afim àquilo que a Agroecologia evoca. Então, nesse sentido, surgiu para nós a indagação: como a Agroecologia evidencia essas fontes morais em disputa?

No intuito de responder a essa questão, tomamos as Cartas Agroecológicas, que são documentos endereçados a uma sociedade em crise, na qual se evidenciam fontes morais questionadoras ao trazer a proposição de novas noções de bem viver que,

obviamente, contrastam a noção de sujeito pontual. A escolha das Cartas se justifica por serem documentos endereçados a um determinado tipo de sujeito que é questionado por elas mesmas: o sujeito pontual. Apesar das Cartas Agroecológicas se colocarem em um primeiro momento como aquelas que correspondem ao sujeito agroecológico, vimos que elas, a partir de uma análise de conteúdo, possibilitaram revelar não apenas o sujeito agroecológico, mas também o sujeito que elas criticam e que está em crise.

Então, a partir das noções de mal-estar e bem viver, analisamos as Cartas. Nesse sentido, foi possível confirmar a suspeita de que essas cartas agroecológicas demonstrariam esse jogo antagônico, bem como, por meio da análise de seus conteúdos, evidenciar e distinguir aquilo que promove uma intenção agroecológica daquilo que não promove uma intenção agroecológica, que é o próprio sujeito moderno que continua existindo em meio à Agroecologia. E, como vamos aprofundar no capítulo 2, a Agroecologia promove uma crítica social de experiências modernas que continuam existindo nas instituições e na vida social dos sujeitos.

O argumento principal sobre o qual trabalhamos nesse primeiro capítulo foi evidenciado, uma vez que conseguimos demonstrar que aquilo que justamente provoca mal-estar na intenção agroecológica é aquilo que é o viver melhor na intenção não-agroecológica. E aquilo que justamente é considerado *certo* para a intenção agroecológica, é tomado como *errado* para a intenção não-agroecológica. Pudemos visualizar que o que se desenha é um amplo cenário social de antagonismos, de fontes morais irreconciliáveis.

Sendo assim, ao constatar que o Estado brasileiro propõe uma política pública de Agroecologia, como é o caso da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que tem o PLANAPO como principal instrumento de implementação, e o fato de não se tratar de uma política governamental, ligada a um governo específico, mas uma política pública, que ao ser instituída carrega consigo uma ideia de continuidade, isto nos instiga a questionar: como uma instituição moderna, no caso o Estado brasileiro, ao propor e instituir uma política pública de Agroecologia, vai lidar com necessidades que entram em choque com a própria Modernidade? E, ao fazê-lo, a institucionalização não estaria contribuindo para instaurar um cenário de crise? É isso que vamos tentar desvelar no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO PLANAPO: práticas articulatórias e cadeias de equivalências em um campo de discursividade constituído por paradoxos e antagonismos

2.1. Introdução

No capítulo anterior, conseguimos demonstrar que a emergência da Agroecologia no debate contemporâneo brasileiro, no que tange, sobretudo, à promoção e à implementação de um processo de desenvolvimento rural mais sustentável (e daí a demanda por políticas públicas que fortaleçam esse processo) traz consigo um antagonismo declarado e explícito às lógicas hegemônicas modernas, sobretudo no que se refere às relações sociais, às relações humanas com a natureza e às relações da sociedade com as instituições.

Empreendemos essa evidenciação por meio da análise de conteúdo das Cartas Agroecológicas, o que nos permitiu evidenciar esse jogo antagônico de fontes morais, uma vez que vimos que aquilo que anima os sujeitos com uma intenção agroecológica é exatamente oposto àquilo que anima os sujeitos com uma intenção não-agroecológica. As Cartas também evidenciaram que a demanda por políticas públicas que fortalecessem e promovessem a Agroecologia no meio rural bem como nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural estiveram presentes em todos os documentos estudados. Ou seja, percebemos que a sociedade - através dos movimentos sociais e sindicais e também das organizações da sociedade civil e de instituições acadêmicas que compuseram o público presente nos eventos, nos quais foram produzidas as Cartas Agroecológicas - “pressionava” e demandava do Estado uma atenção para com a Agroecologia, reivindicando a adoção de seus princípios e a promoção da transição agroecológica, nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Finalmente, em março de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff assumiu publicamente, por ocasião da Marcha das Margaridas, o compromisso de integrar a Agroecologia na agenda das políticas públicas para o meio rural brasileiro. A partir daí desencadeou-se todo o processo de construção de uma política nacional de agroecologia, que resultou na instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em agosto de 2012.

O que propomos estudar nesse capítulo é justamente este processo de elaboração da PNAPO, que, ao se empreender, acabou por desencadear um outro processo, o qual

vamos abordar mais profundamente, que foi o de elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PLANAPO. A elaboração deste plano foi prevista e recomendada pela própria PNAPO, como instrumento fundamental para sua implementação. O nosso esforço, ao esmiuçar o processo de elaboração do PLANAPO, é desvelar e compreender como o Estado, uma instituição moderna, irá protagonizar uma política pública de Agroecologia e tentar alcançar uma legitimidade social para a mesma. Podemos dizer então que o nosso objetivo específico, neste capítulo, é o de compreender como o PLANAPO se apresenta como uma política pública voltada a protagonizar a Agroecologia enquanto uma ação do Estado, buscando uma legitimidade social, a partir de tentativas de uma incorporação democrática das demandas agroecológicas, em meio a um paradoxo inerente às suas próprias lógicas de funcionamento.

Para empreender tal estudo aqui proposto organizamos este capítulo em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Abordaremos brevemente na primeira seção as políticas públicas e as lógicas de produção dessas políticas no Estado democrático. Em seguida, traremos as ideias trabalhadas por Chantal Mouffe (2009) a respeito da política democrática pluralista moderna enquanto *locus* de paradoxo e agonismo. Na terceira seção, apresentaremos a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987), mostrando como essa abordagem nos auxilia teórica e metodologicamente nesta análise proposta. Na quarta seção, faremos então a análise dos discursos referentes ao processo de elaboração da PNAPO e do PLANAPO. Por meio das categorias analíticas do *campo da discursividade*, da *articulação* e do *discurso* analisaremos os documentos oficiais dos debates e eventos promovidos e realizados para a elaboração das políticas públicas, bem como as notas taquigráficas de discursos proferidos no Congresso Nacional e no Senado Federal por ocasião do I Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (nos quais é feita menção direta às políticas); e, por fim, analisaremos o conteúdo discursivo contido nos textos do Decreto Presidencial que institui a PNAPO e na Portaria Interministerial que oficializa o lançamento do PLANAPO. A partir dessa análise nos será possível mostrar as lógicas de equivalência construídas pelos *policymakers* na tentativa de legitimar socialmente as políticas de Agroecologia.

2.2. A lógica de produção de políticas públicas no Estado democrático

Conforme já mencionado, o nosso interesse neste momento não é o de aprofundar na temática das Políticas Públicas, numa perspectiva da Administração, por exemplo. Tampouco, pretendemos entrar na seara da avaliação das políticas aqui em questão, PNAPO e PLANAPO. O que nos instiga à investigação nesse momento é o campo das políticas públicas vinculado a uma lógica do Estado, e mais especificamente ainda, queremos compreender como se dá a produção de políticas públicas vinculadas a uma lógica *democrática* do Estado.

De acordo com Celina Souza (2002) a disciplina *Políticas Públicas* nasce no interior da ciência política e, na visão da autora, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público.

O primeiro (caminho), seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que via nas organizações locais a virtude cívica para promover o bom governo. **O terceiro caminho aberto foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política capaz de orientar os governos nas suas decisões e entender como e por que os governos optam por determinadas ações** (SOUZA, 2002, grifos nossos).

Quanto à definição do termo “política pública”, Souza (2002) ressalta que a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, que, segundo a autora, propõe que decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. Mas a autora ressalta que existem outras várias definições como aquelas que enfatizam o papel da política pública na solução de problemas.

É nesta última vertente que Secchi (2013) dialoga, ao trabalhar na elaboração de um conceito para políticas públicas. De acordo com o autor, a palavra “política” apresenta dois sentidos, um (que se traduz na língua inglesa como *politics*) se refere à atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. O outro sentido (*policy*) é mais concreto e tem relação com orientações para decisão e ação e é a este, acredita ele, que o termo “política pública” (*public policy*) está vinculado. Sendo assim, na concepção do autor, políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.

No que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas - ou seja, quem é ou não é *policymaker* - Secchi (2013) identifica duas vertentes principais, na literatura especializada de estudos de políticas públicas: a abordagem estatista e a abordagem multicêntrica. De acordo com o autor, a abordagem estatista ou estadocêntrica considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Sendo assim, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do ator protagonista. Nesta abordagem, embora se admita que atores não estatais tenham influência no processo de elaboração e implementação, entende-se que isso não confere a eles o privilégio de estabelecer, decidir e liderar um processo de política pública. Já a abordagem multicêntrica ou policêntrica, por outro lado, considera organizações privadas, organizações não-governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas. Em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional-legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens (SECCHI, 2013, p.3)

Há uma diferença entre políticas governamentais e políticas públicas. De acordo com Secchi (2013), podemos dizer que as primeiras são um subgrupo dentro de um grupo maior que seriam as políticas públicas. As políticas governamentais são aquelas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre elas estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Há ainda a distinção entre “política de governo” e “política de Estado”, sendo a primeira política que se origina de um grupo político em mandato eletivo, e a segunda implica em política de longo prazo, voltada ao interesse geral da população, independente de ciclos eleitorais.

Ainda seguindo as considerações deste autor, a essência conceitual de políticas públicas é o *problema público*. Sendo assim, de acordo com Secchi (2013), o que irá definir se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público. E quando um problema é considerado “público”? O autor elucida que:

Para um problema ser considerado “público”, este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram **problema** (situação inadequada) e público (relevante para coletividade) (SECCHI, 2013, p.10, grifos do autor).

Nesse sentido, na medida em que o problema torna-se público e é considerado inteligível socialmente, as políticas públicas abrem-se a uma determinada lógica de constituição comumente chamada de *ciclo de políticas públicas*.

O *ciclo de políticas públicas* é um elemento importante da abordagem das “políticas públicas”. Frey (2009) aponta que as tradicionais divisões do ciclo político, nas várias propostas teóricas, diferenciam-se apenas gradualmente, sendo comum a todas as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas. Este autor defende que, do ponto de vista analítico, uma subdivisão um pouco mais sofisticada lhe parece pertinente e propõe a distinção das seguintes fases: percepção e definição de problemas, *agenda-setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (FREY, 2009). Na visão de Secchi (2013), o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública, uma vez que as fases geralmente se apresentam misturadas e as sequências se alternam. Todavia, o autor destaca a utilidade heurística do ciclo, sobretudo por ajudar a organizar as ideias, faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos.

Propondo uma síntese, Souza (2002) nos auxilia ao extrair das diversas definições e modelos sobre políticas públicas seus elementos principais, descritos pela autora como se segue:

- A política pública distingue entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2002, p. 13).

Souza (2002) aborda ainda uma questão que merece ser destacada aqui nesse trabalho. Ao estudarmos as políticas públicas estamos tratando, na visão da autora, de um campo que busca integrar quatro elementos: a própria política pública, a política

(*politics*), a sociedade política (*polity*) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas ou implementadas.

O principal foco analítico da política pública está na identificação do problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político ou à sociedade política, ou seja, à *polity*, pela via das instituições, e nas formas encontradas pelo sistema político para abordar o problema. (...) Em outras palavras, a forma como o problema a ser resolvido pela política pública entra na agenda, seus participantes, sua arena decisória, seu desenho, a escolha de alternativas, os incentivos ou os constrangimentos formulados para que haja adesão à política pública e a influência de políticas anteriores são fatores essenciais para o desdobramento da política pública e para o seu "sucesso" ou "fracasso". Pelo exposto, vê-se que a formulação de políticas públicas é processo complexo, **requerendo tempo, investimento e compreensão abrangente e teórica, não só do tema que será objeto da política pública mas também dos seus processos e dos conflitos envolvidos desde o seu início** (Souza, 2002, p. 16, grifos nossos).

Embora a nossa proposta não seja a de analisar o PLANAPO enquanto uma política pública, tampouco a de aprofundar nas fases do ciclo político, e menos ainda de avaliá-lo enquanto política de “sucesso” ou de “fracasso”, o que Souza (2002) expõe vem instigar o nosso interesse em entender um pouco mais da complexidade do campo das políticas públicas e reforçar a importância do estudo de uma política pública além do seu ciclo, sobretudo no que tange o contexto em que sua demanda emerge, no que se refere aos processos e conflitos desencadeados desde o seu início, isto é, desde a identificação do problema para o qual a mesma será elaborada para atender.

Sendo assim, a nossa proposta é entender que esse problema a ser resolvido a partir de uma complexidade de atores em torno da própria política, insere-se numa lógica anterior que organiza, que estrutura e que possibilita a própria ação do Estado contemporâneo frente às demandas por democracia, motivadas por contextos multiculturais, num cenário pós-estruturalista. Nesse sentido, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987) se tornam autores fundamentais neste trabalho, uma vez que eles nos ajudarão a entender que a constituição das políticas públicas não se desvincula dessa tentativa democrática de construção, de interpretação, de elaboração e de avaliação das mesmas - gesto esse que se mostra fundamental para entender em sua amplitude que a relação que tais políticas estabelecem com os contextos sociais correspondem a uma relação mais ampla que o próprio Estado pretende construir, ainda que marcada por diversos paradoxos.

2.3. Política democrática pluralista moderna: *locus* de paradoxo e agonismo

Na obra *The Democratic Paradox*, Chantal Mouffe (2009) aborda o paradoxo democrático trazido pela noção da democracia moderna. A autora resgata a ideia de Lefort sobre a “revolução democrática” que irá esvaziar o lugar de poder ao substituir o poder centrado (do príncipe) pelo poder da autoridade transcendental. Esta revolução contribui para que a democracia moderna revele-se propriamente *moderna* ao enfatizar o princípio democrático de que “o poder deve ser exercido pelo povo”, porém agora por meio de uma estrutura simbólica fundada pelo discurso liberal embasado na liberdade individual e nos direitos humanos, e não mais nos valores fundamentais da tradição democrática, que são a igualdade e a soberania popular. Mouffe (2009) ressalta que tal união, entre liberalismo e democracia, está longe de ter se constituído por um processo tranquilo, pelo contrário, foi resultado de amargo conflito. Porém atualmente essa junção é tida como naturalizada, e o esvaziamento da democracia é hoje tendência dominante de tal forma que esta é quase que exclusivamente identificada como o Estado de Direito e como defesa dos direitos humanos, sendo a soberania popular - outrora valor fundamental da tradição democrática – tida como obsoleta.

Dessa forma, Mouffe (2009) destaca o paradoxo democrático, argumentando que para a democracia liberal é legítimo estabelecer limites à soberania popular em nome da liberdade. A autora elucida então que a democracia liberal resulta da articulação de duas lógicas incompatíveis e que a tensão constitutiva existente entre suas gramáticas nunca poderá ser superada, apenas negociada, ou seja, temporariamente estabilizada por meio de negociações pragmáticas entre forças políticas que vão procurar sempre estabelecer a hegemonia de uma das partes.

Sendo assim, Mouffe (2009) critica as ideias como as do “consenso racional”, do “consenso do centro” e da “teoria do terceiro caminho” que vêm propor desfocar as fronteiras entre direita e esquerda. Na visão da autora, tal proposta está distante de ser um avanço na direção democrática, sendo ilusão prejudicial ao futuro da democracia. Considera a tentativa de erradicação do antagonismo um erro, que impede a elaboração de um modelo adequado de política democrática. Para Mouffe (2009), o que caracteriza a política democrática é justamente esse “confronto agonístico” entre interpretações conflitantes de seus valores liberal-democráticos constitutivos, no qual a configuração conflitiva direita/esquerda empreende papel crucial.

Contra-pondo-se a Carl Schmitt que, segundo a autora, argumentava que a democracia liberal era um regime inviável, uma vez que o liberalismo nega a democracia e a democracia nega o liberalismo – para Mouffe (2009) não se trata de uma contradição, mas sim de um *locus* de paradoxo. Concorda com Schmitt nas colocações a respeito da oposição das lógicas universalistas liberais em relação à concepção democrática de igualdade e da necessidade política de se constituir um “demos”, mas isso, na visão da autora, não nos forçaria a abandonar uma das tradições. Ao prever a articulação das duas temos uma configuração paradoxal que nos permite visualizar a tensão entre ambas de uma forma positiva, que na opinião de Mouffe (2009), permite compreender a força real da democracia liberal.

Ainda nessa direção, Chantal Mouffe (2009) argumenta que o exercício da democracia irá exigir constantemente a constituição de “um povo” – desafiando as relações de inclusão-exclusão e, sendo assim, o discurso dos direitos humanos universais demonstram empreender um papel importante para que se mantenha viva a possibilidade de contestação democrática. Por outro lado, é somente graças às lógicas democráticas de equivalência que fronteiras podem ser criadas e um “demos” estabelecido, sem o qual nenhum exercício de direitos seria possível.

De acordo com a autora, o que se percebe então é que não se trata de uma simples negociação, e sim de uma *contaminação*. Mouffe (2009) explica que uma vez empreendida a articulação entre os dois princípios, ainda que precariamente, cada qual vai alterar a identidade do outro, e as configurações que emergirem serão sempre algo a mais do que a soma de seus elementos internos.

Como sempre, na vida social, há uma dimensão ‘gestáltica’ [o todo é mais do que a soma das partes] que é decisiva no entendimento da percepção e do comportamento dos sujeitos coletivos (MOUFFE, 2009, p. 10).

Na visão de Mouffe (2009), se tomarmos então a dinâmica da política liberal-democrática como um espaço de paradoxo cujo efeito é impedir o fechamento completo e a disseminação total, e cuja possibilidade está inscrita nas gramáticas da democracia e do liberalismo, abrem-se possibilidades interessantes. A articulação representa um obstáculo para a completa realização tanto da liberdade perfeita quanto da igualdade perfeita. Mas essa é a condição essencial para a possibilidade de uma forma pluralista de coexistência humana, na qual direitos possam existir e possam ser exercidos, na qual liberdade e igualdade possam coexistir.

Dessa maneira, Mouffe (2009) critica a abordagem racionalista – que vai defender a eliminação dessa tensão - e nos convida a uma abordagem teórica não-essencialista, conformada pelo pós-estruturalismo e pela desconstrução, para um entendimento mais “apropriado em relação à democracia” (p.11).

A autora busca contribuições em Wittgenstein para salientar como a fidelidade aos valores democráticos é criada, não por uma argumentação racional, mas por um conjunto de jogos de linguagem que constroem formas democráticas de individualidade. Contrariando a corrente científica da racionalidade, considera ainda a ideia do autor sobre o *acordo*, e do mesmo ser alcançado por meio da “participação em formas comuns de vida” (MOUFFE, 2009, p.12). Mouffe (2009) revela ainda a importância em seu trabalho do conceito wittgensteiniano de “following a rule” (seguindo uma regra), que auxilia na visão da diversidade de caminhos pelos quais o jogo democrático pode se realizar.

A noção de “constitutive outside” (exterior constitutivo) trabalhada por Derrida também influencia a abordagem de Mouffe (2009). Sobretudo no que tange à distinção nós/eles, em que o autor argumenta que o exterior tem que ser incomensurável em relação ao interior e, ao mesmo tempo, condição para a emergência deste. Sendo assim, não se pode dizer simplesmente que não há um “nós” se não houver um “eles”. O antagonismo não é um processo dialético simples. O “eles” não é um opositor constitutivo de um concreto “nós”, e sim o símbolo que torna qualquer “nós” impossível.

Visto dessa maneira, o exterior constitutivo oferece condições para que o antagonismo emergja. A relação nós/eles passa a ser vista como uma relação entre amigo/inimigo, ou seja, *locus* de antagonismo e, sendo assim, torna-se política. “Antagonismo, então, nunca pode ser eliminado e constitui uma sempre-presente possibilidade na política” (MOUFFE, 2009, p.13).

Para olhar a política democrática por tal perspectiva, Mouffe (2009) propõe o “pluralismo agonístico”. Neste projeto, a autora distingue duas formas de antagonismo: o *antagonismo* propriamente dito, que é aquele que se realiza entre inimigos, ou seja, entre sujeitos que não compartilham nenhum espaço simbólico; e o *agonismo*, no qual se tem não uma relação entre inimigos, mas entre adversários. A autora define os adversários como pessoas amigas que compartilham um campo simbólico comum, porém, ao mesmo tempo, inimigos por almejam a organização deste mesmo espaço simbólico de forma diferente.

Assim, para Mouffe (2009), a categoria “adversário” é o que caracteriza a especificidade da política democrática pluralista moderna e é elemento central no entendimento da democracia enquanto “pluralismo agonístico”. Por isso, para a autora, torna-se fundamental entender as relações de poder, para que se possa compreender as estruturas que balizam as sociedades pós-industriais contemporâneas.

Podemos ter desistido à ideia de uma alternativa radical ao sistema capitalista, mas mesmo uma renovada e modernizada social democracia – a qual o terceiro caminho clama em ser – vai precisar desafiar a riqueza e o poder enraizados na nova classe de gestores, caso queira se construir uma sociedade mais justa e responsável (MOUFFE, 2009, p. 15, tradução nossa)

Ademais, a autora ressalta que é preciso atenção para que as hierarquias existentes não sejam mantidas, uma vez que, na visão dela, não há diálogo nem pregação moral suficientes que possibilitem convencer a classe gestora a entregar ou a desistir de seu poder. Para Mouffe (2009), o Estado não pode limitar a si mesmo o trato com as consequências sociais trazidas pelas falhas de mercado, e reforça que, com certeza, serão muitos os problemas que as políticas emancipatórias terão de enfrentar.

Sendo assim, a autora argumenta acreditar que virá um tempo em que cada um terá que decidir de qual lado ficar no confronto agonístico. Defende que o que é específico e valioso na democracia liberal moderna é justamente isso: quando propriamente compreendida ela cria um espaço no qual o confronto permanece aberto, onde as relações de poder podem ser sempre questionadas e nenhuma vitória é tida como final. Entretanto, realça que essa democracia agonística requer aceitar que conflito e divisão são inerentes à política e não há nenhum lugar no qual a reconciliação poderia ser definitivamente alcançada como completa atualização da unidade “do povo”. “Imaginar que a democracia pluralista poderia ser perfeitamente instanciada é transformá-la em um ideal de auto-refutação, uma vez que a condição para a possibilidade de uma democracia pluralista é ao mesmo tempo condição de impossibilidade de sua perfeita implementação” (MOUFFE, 2009, p.16). Por isso, a autora reforça, ser tão importante reconhecer este paradoxo que lhe é natural.

Dessa forma, a partir do reconhecimento da existência do paradoxo democrático e da impossibilidade de um completo consenso racional, bem como da compreensão do antagonismo como elemento inerente à política trazido por Mouffe, podemos seguir para a compreensão das propostas dela e de Laclau (1987), na teoria do discurso. Veremos que, por essa abordagem, os autores nos apresentam condições de pensar as

políticas públicas como resultantes de um campo de tensões inserido em um contexto contemporâneo complexo, pluralista, pós-estruturalista, no qual várias forças antagônicas - de forma literalmente antagônica ou de forma agonística, conforme nos propõe a perspectiva de Mouffe (2009) - tentam de algum modo disputar os recursos, buscar seus direitos, organizar seus espaços simbólicos, conforme abordaremos mais a fundo no próximo tópico.

2.4. As bases teórico-metodológicas da teoria do discurso de Laclau e Mouffe: lentes para análise dos discursos constitutivos do PLANAPO

Retomando o objetivo específico deste capítulo, sendo a Agroecologia declaradamente antagônica à razão hegemônica moderna, conforme demonstrado no Capítulo 1 deste trabalho, queremos entender como o Estado, uma instituição moderna, ao assumir o compromisso de “**integrar, articular e adequar** políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica” vai lidar com esse antagonismo e vai tentar alcançar uma legitimação social para uma política pública de Agroecologia.

Para empreender esse estudo, é proposta uma análise dos discursos construídos nos documentos que registram o decorrer do processo de elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Esta análise se dará por meio do aporte teórico-metodológico da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1985; 1987; 2015). Sob o olhar destes teóricos, o *social* é visto como uma construção discursiva na qual, a princípio, todos seus fenômenos podem ser analisados por meio de ferramentas analíticas de discurso. De acordo com Jorgensen e Phillips (2002), estudiosas da teoria do discurso, para Laclau e Mouffe, não há distinção entre dimensões sociais discursivas e não-discursivas – todas as práticas são vistas como discursivas, e é o próprio discurso, o que inteiramente constitui o nosso mundo.

Sendo assim, Jorgensen e Phillips (2002) argumentam que um analista de discurso não se propõe a se alocar “por detrás” do discurso no intuito de descobrir o que as pessoas realmente querem dizer ao falar isso ou aquilo. O objetivo da análise discursiva não é o de desvendar a realidade por trás do discurso, uma vez que a realidade nunca pode ser alcançada fora, ou seja, externamente, ao discurso e, sendo assim, é o próprio discurso que se torna o objeto de análise. Dessa forma, o analista de discurso trabalha com o que foi realmente dito ou escrito, explorando padrões nas e

através das afirmações e identificando as consequências sociais que as diferentes representações discursivas irão provocar.

Neste sentido, a teoria do discurso visa a uma compreensão do **social** como **espaço discursivo** (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 37) ou como uma **construção discursiva** (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 24), e dessa forma, Laclau e Mouffe (1987; 2015) consideram que, a princípio, todos os fenômenos sociais podem ser analisados por meio de ferramentas analíticas de discurso.

É no trabalho *Hegemonia e estratégia socialista* então que Laclau e Mouffe irão descrever sua proposta teórico-metodológica. De acordo com Jorgensen e Phillips (2002), para construir a teoria do discurso, Laclau e Mouffe combinaram e modificaram duas tradições teóricas principais: o marxismo e o estruturalismo. Na interpretação das autoras, o marxismo²¹ fornece aos teóricos um ponto de partida para pensar o social, e o estruturalismo²² traz uma teoria de significado. Ao fundirem essas duas tradições, os teóricos propõem uma nova teoria pós-estruturalista²³, na qual o campo social é

²¹ Sobre Marxismo, Jorgensen e Philips (2002) “desenham uma imagem caricatural” (nos termos das autoras), da seguinte forma: “O materialismo histórico, introduzido por Karl Marx, ao descrever a sociedade, faz a distinção entre uma base e uma superestrutura. As condições materiais, a economia e, principalmente, a propriedade dos meios de produção pertencem à base. À superestrutura, pertence o Estado, o sistema judiciário, a igreja, a mídia e as escolas, e toda a produção de significado que ocorre na sociedade. Mas o recurso central (dessa abordagem) é a afirmação da economia enquanto núcleo para explicação de tudo: a base determina a superestrutura e, portanto, é a economia que vai determinar o que as pessoas irão dizer e pensar. É também a base que mantém o curso da história, uma vez que as mudanças são entendidas como mudanças econômicas. A base da sociedade capitalista é caracterizada pelo fato dos capitalistas possuírem os meios de produção e, assim, também os produtos que são produzidos. Os trabalhadores detêm apenas a sua força de trabalho, que vendem aos capitalistas. Portanto, na sociedade capitalista, há duas classes que se opõem uma à outra, pelo sentido de que o capitalista explora os trabalhadores. A razão pela qual os trabalhadores não se rebelam imediatamente se dá pelo fato de sua consciência ser moldada pela superestrutura, que por sua vez é determinada pela base. A superestrutura do sistema capitalista, então, sustenta a economia capitalista por meio da produção de uma ideologia que legitima o sistema. E pelo fato da consciência dos trabalhadores ser moldada pela ideologia, eles não podem ver através dela os seus próprios interesses – assim, eles sofrem de “falsa consciência”. A transição para o socialismo e, posteriormente, para o comunismo, ocorrerá quando a classe trabalhadora reconhecer seus verdadeiros interesses e se engajar na revolução” (JORGENSEN e PHILLIPS, 2002, p. 30).

²² Sobre estruturalismo, Mendonça e Rodrigues (2014) resumem o conceito da seguinte forma: “todas as relações que ocorrem (...) na sociedade são análogas, pois todas são interdependentes e relacionais, produzindo um efeito estrutural (nos termos de Saussure: sistêmico). Para o estruturalismo, fundamental é compreender a estrutura como algo sempre totalizante. Este ponto é fundamental: conhecer uma estrutura não significa compreender individualmente seus elementos, pois individualmente eles não produzem qualquer sentido; deve-se, antes, apreender a interdependência que a estrutura promove entre os seus elementos constituintes: estes somente têm sentido se considerados na relação entre si” (p.36). Os autores ressaltam ainda que: “No entanto, o estruturalismo não busca conhecer simplesmente as relações mais óbvias e aparentes de uma dada estrutura, mas justamente aquilo que subjaz a todas essas e que lhes dá o seu fundamento” (p.37).

²³ Sobre pós-estruturalismo, os mesmos autores elucidam: “O Pós-estruturalismo atacará com vigor a questão da cientificidade pretendida pelo próprio Estruturalismo, nas ciências sociais, em particular e, com relação à ciência de uma forma geral. Vai centrar a sua discussão epistemológica visando a desconstrução das noções positivistas, pasmada no Realismo como fundamento e método de

compreendido enquanto uma teia de processos que possibilita a criação de significado (JORGENSEN E PHILLIPS, 2002, p.25).

Pós-marxista é outra caracterização frequentemente associada à teoria do discurso. Os próprios autores explicam-na ao argumentarem que não há como manter hoje a concepção de subjetividade e de classes elaboradas pelo marxismo, nem a visão do curso histórico do desenvolvimento capitalista e tampouco a concepção do comunismo como sociedade transparente na qual haveria desaparecido os antagonismos (LACLAU e MOUFFE, 1987, p. 13). Sendo assim, em relação ao projeto intelectual que constroem, os autores argumentam que não se opõem à caracterização de pós-marxista que o trabalho recebe de forma generalizada, desde que o mesmo seja entendido como “um processo de reapropriação de uma tradição intelectual e como o processo de ir além dela”. Esclarecem que o esforço que fazem é o de uma releitura da teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos, o que envolve necessariamente desconstruir as categorias centrais daquela teoria. “É isso que se chamou de nosso ‘pós-marxismo’” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.36).

Neste sentido, uma das propostas dos autores é uma (re)construção do conceito de *hegemonia*, que consideram “um instrumento útil” na luta por uma democracia radical, libertadora e plural. Ressaltam que a abordagem que propõem está fundada no privilégio do momento da *articulação* política, e sendo assim, consideram *hegemonia* a categoria central para a análise política (LACLAU e MOUFFE, 2016, p.37). Veem a hegemonia não como um desdobramento majestoso de uma identidade, mas como resposta a uma crise:

O conceito de <<hegemonia>> (...) mesmo em suas origens humildes na socialdemocracia russa, onde estava chamado a cobrir uma área limitada de efeitos políticos, aludiu a um tipo de intervenção contingente exigida pela crise ou colapso do que tinha sido um desenvolvimento histórico "normal". Mais tarde, com o leninismo, tornou-se uma peça-chave na nova forma de cálculo político requerido pela contingência das “situações concretas”, nas quais se verificava a luta de classes, na era imperialista. Finalmente, com Gramsci, o termo adquire um novo tipo de centralidade que transcende usos táticos ou estratégicos: «hegemonía» é agora o conceito-chave para a compreensão do mesmo tipo de unidade existente em toda formação social concreta. (LACLAU E MOUFFE, 1987, p.16, tradução nossa)²⁴.

conhecimento, e adota uma postura que se passou a chamar antifundacionista ou pós-fundacionista. (MENDONÇA e RODRIGUES, 2014, p. 38)

²⁴ Texto original: El concepto de «hegemonía» (...) aun en sus humildes orígenes en la socialdemocracia rusa, donde estaba llamado a cubrir un área limitada de efectos políticos, aludía ya a un tipo de intervención contingente requerida por la crisis o el colapso de lo que hubiera sido un desarrollo histórico «normal». Más tarde, con el leninismo, será una pieza clave en la nueva forma de cálculo político requerido por la contingencia de las «situaciones concretas» en las que se verificaba la lucha de clases en

De acordo com Jorgensens and Phillips (2002), a principal questão em relação ao materialismo histórico se refere à lacuna no que diz respeito à transformação da consciência, ou seja, como a classe trabalhadora irá reconhecer sua verdadeira posição na sociedade e seu verdadeiro interesse, se a consciência é determinada pela ideologia capitalista?

As autoras argumentam que de acordo com o materialismo histórico, a economia determina a divisão da sociedade capitalista em duas classes objetivas: a classe dominante e a classe trabalhadora. Essas classes existem mesmo que as pessoas não estejam necessariamente conscientes de sua existência. Porém, ao se problematizar o determinismo econômico, então não se pode mais tomar como certo que a sociedade consiste em duas, muito menos especificamente nestas duas, classes. Não se pode mais nem mesmo ter certeza de que classes são grupos relevantes nos quais podemos dividir a sociedade.

Nesse sentido, Jorgensen e Phillips (2002) elucidam que é nesse ponto que se destaca a influência de Gramsci no trabalho de Laclau e Mouffe. Uma das principais fontes de inspiração desses autores, Gramsci formulou uma teoria que objetivou resolver essa questão. Ele afrouxou o domínio do determinismo econômico, indicando que a posição de poder da classe dominante não poderia ser explicada somente por uma ideologia economicamente determinada. Ele aplicou o conceito de *hegemonia* para explicar os processos na superestrutura que desempenham um papel na criação da consciência das pessoas.

As autoras trazem o conceito de Barret: “hegemonia é melhor compreendida como a *organização do consentimento* – os processos por meio dos quais formas subordinadas de consciência são construídas sem os recursos da violência ou da coerção” (Barrett, 1991, p.54, itálicos no original *apud* Jorgensen and Phillips, 2002, tradução nossa).

Portanto, as autoras argumentam que mesmo tendo a violência e a força a seu dispor para assegurar sua posição de poder, é a *produção de significado* o instrumento-chave para a classe dominante para garantir a estabilidade das relações de poder. Por meio da produção de significado, as relações de poder tornam-se naturalizadas e transformam-se em senso comum e não são questionadas. Um exemplo que as autoras

la era imperialista. Por último, con Gramsci, el término habrá de adquirir un nuevo tipo de centralidad que trasciende sus usos tácticos o estratégicos: «hegemonía» es ahora el concepto clave para la comprensión del tipo mismo de unidad existente en toda formación social concreta (LACLAU E MOUFFE, 1987, p.16).

trazem é o da construção de nação, processo pelo qual pessoas de uma determinada área geográfica passam a se sentir pertencentes a um mesmo grupo e compartilham condições e interesses independentemente de barreiras de classe. E explicam que, na teoria gramsciniana, *hegemonia* é o termo para o consenso social, o qual mascara os reais interesses dos sujeitos. Os processos hegemônicos se dão no nível da superestrutura e é parte de um campo político. O seu resultado não é diretamente determinado pela economia, e assim os processos superestruturais assumem um grau de autonomia e a possibilidade de voltar a trabalhar na estrutura da base. Isso significa ainda que, por meio da criação de significado na superestrutura, as pessoas podem ser mobilizadas a revoltar-se contra condições existentes. Esta visão se coloca em nítido contraste em relação à versão do materialismo histórico. Como apontado, o materialismo histórico não dava conta de explicar de onde a resistência poderia emergir, uma vez que a consciência era completamente determinada pelas condições econômicas. As autoras esclarecem que para Gramsci, ao contrário, a consciência é determinada por processos hegemônicos que ocorrem na superestrutura. Nessa perspectiva, a consciência humana ganha um grau de autonomia em relação às condições econômicas, e desse modo abrem-se possibilidades para as pessoas visualizarem caminhos alternativos de organização social. No entanto, na visão de Gramsci, são ainda as condições econômicas que controlam o fenômeno da superestrutura em última instância, ou seja, é a economia que determina os verdadeiros interesses das pessoas e a divisão da sociedade em classes.

Dessa forma, a teoria da hegemonia de Gramsci implica que os *processos de criação de significado* que ocorrem no nível da superestrutura merecem estudo por si mesmos, e não apenas por processos que possam emergir a partir deles na dimensão econômica, conforme proposto pelo materialismo histórico. Neste ponto, Jorgensen e Phillips (2002) argumentam que podemos discernir uma conexão com a teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987) – uma teoria a cerca de criação de significado. Por meio do conceito de hegemonia, Gramsci dá abertura ao campo político, porém fecha-o novamente quando atribui à economia a divisão do social em classes. Classes são, para Gramsci, assim como para o materialismo histórico, grupos objetivos aos quais as pessoas pertencem, tenham elas noção disso ou não. Laclau e Mouffe (1987) radicalizam a teoria gramsciniana ao abolirem o objetivismo e o essencialismo que ainda podem ser nela encontrados. Para Laclau e Mouffe (1987), não há leis objetivas que dividam a sociedade em grupos particulares; os grupos que existem são sempre

criados por meio de processos políticos, discursivos. Contudo, conforme ressaltam as autoras, isso não quer dizer que Laclau e Mouffe (1987) simplesmente transformam o modelo de base/superestrutura e passam a afirmar que são os discursos que determinam a economia. Na teoria do social que propõem, ao fundir as duas categorias – base e superestrutura – eles anulam o essencialismo marxista e propõe que ambas categorias fazem parte de um mesmo campo e são produzidas pelos mesmos processos discursivos.

Conhecendo um pouco mais sobre as inspirações e influências teóricas que permeiam o trabalho de Laclau e Mouffe (1987), passaremos agora para a compreensão do processo de construção de discursos que propõem.

2.5. A dinâmica da construção de discursos

De acordo com Silva (2014), a teoria do discurso elaborada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe versa sobre a teoria dos sentidos. Por meio dela apreende-se que discurso é um sistema de representação, cuja função é a produção de sentidos, com o intuito de simbolizar a realidade sob um conjunto de significados articulados (SILVA, 2014).

Sendo assim, ao se realizar a análise de um discurso tem-se como objetivo o mapeamento dos processos de luta que são travados na tentativa de se construir e fixar significados, bem como analisar os processos nos quais alguma fixação de significado se torna tão convencional que passam a ser tomadas como natural (SILVA, 2014; JORGENSEN E PHILLIPS, 2002). Na visão de Laclau e Mouffe, esse trabalho de construção de significação pressupõe três noções fundamentais, que são: a) elemento; b) momento; c) prática articulatória. Essa construção se dá por meio de uma dinâmica que os autores descrevem da seguinte forma:

Nós chamaremos de **articulação** qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, nós chamaremos de **discurso**. As posições diferenciais na medida em que elas aparecem articuladas dentro do discurso, nós chamaremos de **momentos**. Por contraste, nós chamaremos **elementos** qualquer diferença que não seja discursivamente articulada (LACLAU E MOUFFE, 1985, p. 105)

Dessa maneira, Pinto (1999) elucida que Laclau e Mouffe (1987) apontam os **elementos** como “matéria-prima” da prática articulatória, e estes, por sua vez, ao serem articulados, transformam-se em **momentos**. Podemos dizer então que elementos, na visada de Laclau e Mouffe (1987), são as diferenças que não estão discursivamente

articuladas. E momentos são os elementos transformados ao serem articulados. A intenção do discurso, então, é transformar elementos em momentos reduzindo a polissemia existente em um significado totalmente fixado, ainda que temporariamente. O discurso estabelece então um fechamento, uma parada temporária, nunca definitiva, na flutuação de significação dos signos (JORGENSEN E PHILLIPS, 2002; MENDONÇA, 2009; LACLAU e MOUFFE, 1987). O discurso calcado nas práticas articulatórias é desse modo uma tentativa parcial de fixação de sentidos, que não é total. Pela ótica da teoria do discurso, Mendonça (2009) elucida que embora os discursos busquem consolidação dos sentidos articulados, esse processo será sempre provisório, precário, arbitrário e contingente.

Sendo assim, Mendonça (2009) ressalta que, na visada de Laclau e Mouffe (1987), para se entender o discurso é preciso primeiramente compreender o que é a prática articulatória e destaca o conceito trabalhado pelos teóricos: “prática estabelecida entre elementos que, a partir de um ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos estritamente em relação à articulação estabelecida”. E complementa:

Isso quer dizer que, no limite, esses elementos não deixam de continuar sendo elementos e que, contingencialmente tornam-se elementos-momentos em uma determinada prática articulatória. Organizam-se, portanto, tendo um ponto nodal como princípio articulador, cujo discurso é o seu resultado. Assim, como já mencionamos, **discurso não é uma simples soma de palavras, mas uma consequência de articulações concretas que unem palavras e ações, no sentido de produzir sentidos que vão disputar espaço no social.** (MENDONÇA, 2009, p. 157, grifos nossos).

Nessa mesma linha, Giordani (2009) destaca que, ao definir o discurso como uma totalidade estruturada pela prática articulatória, Laclau e Mouffe (1987) assumem a precariedade, e, por conseguinte, a provisoriedade deste; entretanto, indicam que a prática articulatória caminha na tentativa de dominar o **campo da discursividade**. Na busca de fixação de significados ou dessa “construção de pontos nodais que parcialmente fixam sentido”, a prática articulatória, por sua vez, modifica, mesmo que momentaneamente, as identidades dos elementos por lógicas de equivalências.

Giordani (2009) nos explica a dinâmica deste processo de formação de cadeias de equivalência, proposto por Laclau e Mouffe (1987). De acordo com os teóricos, a lógica da equivalência se sustenta pela diferença, dessa maneira, dois termos para serem equivalentes devem ser diferentes, pois de outro modo seriam simplesmente idênticos. E complementam que, se A e B são equivalentes, existe obrigatoriamente um terceiro termo (que não é A e nem B) que permite identificar a equivalência – é exatamente este

termo que impede a objetividade do próprio conflito antagônico. E essa incompletude, limite da objetividade, por sua vez, é o que permite ao discurso se constituir. Segundo Giordani (2009), identifica-se aí a lógica do antagonismo. Assim, “o antagonismo é então a condição de possibilidade de constituição de toda identidade; é ele que marca a diferença e constituição de um outro”, e complementa:

Nesse movimento, a prática articulatória e a emergência do antagonismo são condições indispensáveis para a emergência de práticas hegemônicas via discurso. A articulação de campos opostos implica na sua própria redefinição. Essa ‘dança’ de significados os permuta e os recompõe. Assim os jogos de enunciação estão em constante ruptura e mudança por meio das equivalências e por sua vez dos antagonismos que as constituem, delineando um terreno onde a hegemonia está operando (GIORDANI, 2009, p.81).

Entendemos então que, conforme coloca Laclau e Mouffe (1987), os discursos são construções sociais, que visam conferir significado à realidade. Porém essa fixação de significado é instável, pois está em permanente disputa. Silva (2014) considera que o elemento estruturante desse argumento é a noção de hegemonia, visto que sem ela o espaço social seria formado por discursos autorreferenciais, isto é, não haveria articulação, diálogo ou disputa para ver sedimentados seus princípios, em detrimento de outros (SILVA, 2014). A teoria do discurso nos mostra que todo discurso busca em última instância tornar-se hegemônico, ou seja, que seus sentidos se universalizem (LACLAU E MOUFFE, 1987).

Os desenhos que se seguem foram elaborados para nos auxiliar na visualização da teoria de Laclau e Mouffe (1987):

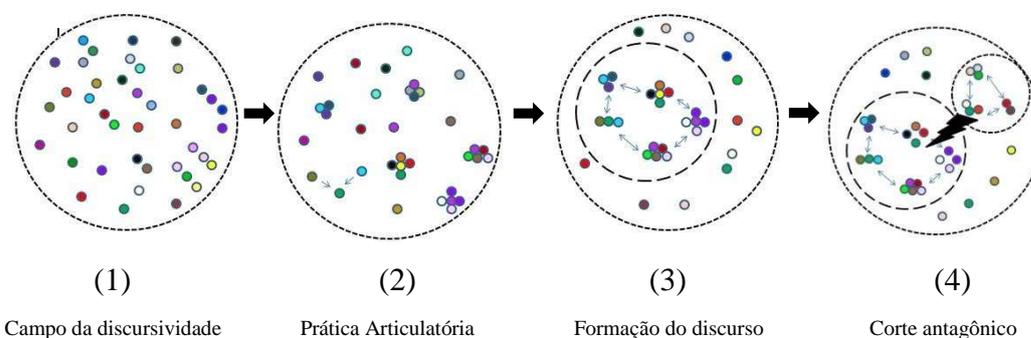


Figura 1 Dinâmica de constituição do discurso, pela Teoria do Discurso.
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Temos então em **(1)** a representação do **campo da discursividade**, o qual abriga uma diversidade de elementos, diferenças e discursos em disputa. Em **(2)**, **elementos** vão, através da **prática articulatória**, anular diferenças e em torno de um **ponto nodal** se articularem, transformando-se em **momentos**. Esses elementos articulados, ou **momentos**, irão então formar um **discurso (3)**, que irá tentar dominar o campo da discursividade ao mesmo tempo em que fará com que emerja o **antagonismo (4)**, uma vez que, para que um discurso se constitua como discurso, ele sempre sofrerá um corte antagonístico por parte de um outro.

Com base no exposto até aqui, a nossa proposta metodológica é a de aplicar o esquema teórico desenhado acima, no caso específico do PLANAPO, para demonstrar : (i) como se compõe o campo de discursividade em torno do plano, (ii) as práticas articulatórias empreendidas, sobretudo a equivalência entre Agroecologia e produção orgânica, e (iii) os discursos (ainda que temporários, contingentes, precários) construídos a partir dessas articulações. Já o corte antagonístico sofrido pelo discurso do PLANAPO será demonstrado e analisado no próximo capítulo.

2.5.1. Campo da discursividade

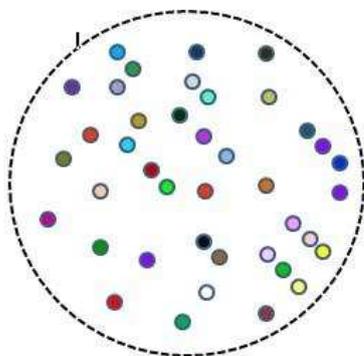


Figura 2: Campo da discursividade.
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Para empreender este estudo, fizemos a análise dos seguintes documentos:

(1) Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Abril de 2012 ;

(2) Decreto Nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

(3) Carta de Brasília – Outono de 2013 (Documento oficial de socialização do Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica);

(4) Proposta elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO;

(5), (6), (7) Notas taquigráficas dos pronunciamentos da Deputada Federal Luci Choinacki (PT-SC) proferidos no Congresso Nacional, nos dias 7, 15 e 28 de maio de 2013, em que a mesma faz referência ao 1º. Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;

(8) Notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) - proferido no Senado Federal, no dia 8 de maio de 2013, em que o senador fala sobre o Seminário;

(9) Portaria Interministerial nº 54, de 12 de novembro de 2013, que institui o PLANAPO.

Primeiramente, a identificação do **campo de discursividade do PLANAPO** foi feita com base no rastreamento de todos os documentos anteriormente citados. Nesses documentos buscou-se identificar noções díspares amplas envolvendo Agroecologia e produção orgânica. Na sequência, fez-se a extração dos parágrafos dos contextos textuais em que essas noções estavam e terceiro, fizemos a transformação desses parágrafos, frases e fragmentos em palavras-chaves. Alguns exemplos do procedimento seguem demonstrados nos quadros a seguir:

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”	A PNAPO, em suas concepções, instrumentos, mecanismos de gestão e controle social, deve estar orientada para o fortalecimento de uma alternativa sustentável aos padrões atualmente dominantes na organização socioeconômica, técnica e ecológica do desenvolvimento rural brasileiro.	alternativa sustentável aos padrões dominantes desenvolvimento rural
Idem	A efetividade da PNAPO deverá estar intrinsecamente associada ao princípio da função social da Terra, através da realização da reforma agrária, da regularização fundiária e do respeito aos direitos territoriais das populações e comunidades tradicionais.	função social da terra reforma agrária regularização fundiária direitos territoriais

Quadro 9: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Carta de Brasília – Outono 2013	Nesse contexto a Frente Parlamentar Mista de Agroecologia e da Produção Orgânica se reveste da maior importância ao adotar a agroecologia como ponto central de um novo modelo de desenvolvimento e de sociedade. Modelo cujos fundamentos e princípios se baseiam no resgate da relação com a natureza e o respeito à “mãe terra”, aos recursos naturais, as relações humanas igualitárias e harmoniosas, respeito à soberania e segurança alimentar, na valorização e sistematização dos “saberes tradicionais” na construção do conhecimento para a produção de alimentos saudáveis. Essa perspectiva se baseia numa concepção holística da produção, que integra a dimensão espiritual da relação com a terra e a natureza.	<p>novo modelo de desenvolvimento e de sociedade</p> <p>ressignificação da relação com a natureza</p> <p>equidade</p> <p>valorização e sistematização dos saberes tradicionais</p> <p>concepção holística da produção</p> <p>integração da dimensão espiritual</p>

Quadro 10: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Pronunciamento da Deputada Luci Choinacki (PT-SC) proferido no Congresso Nacional em 7 de maio de 2013	O Seminário acontecerá no auditório Petrônio Portella. Várias lideranças de todo o Brasil virão participar desse seminário de tão grande importância política, que vai tratar sobre a produção, sobre as experiências dos agricultores no Brasil, sobre a pesquisa, a tecnologia, a comercialização, a troca de sementes e sobre a possibilidade de pensar o Brasil democraticamente, dando às pessoas o direito de escolherem a forma de produção, seja agroecológica, seja orgânica. Quem quiser continuar produzindo com veneno, que continue produzindo, mas que nós possamos ter o direito de ter o Brasil com essa potencialidade natural de riqueza que temos, com alimentos limpos para quem deseja e quer ter saúde. Pessoas querem contribuir para que suas famílias vivam melhor no campo, com mais renda e mais participação.	<p>Produção</p> <p>experiências dos agricultores</p> <p>pesquisa</p> <p>tecnologia</p> <p>comercialização</p> <p>troca de sementes</p> <p>democracia</p> <p>liberdade de escolha</p> <p>alimentos limpos</p> <p>saúde</p> <p>vida melhor no campo</p> <p>renda</p> <p>participação</p>

Quadro 11: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Pronunciamento do Senador Casildo Maldaner (PMDB/SC) - proferido no dia 8 de maio de 2013, no Senado Federal	É uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. É sobre esse trinômio de desenvolvimento que se ergue, com cada vez mais forma, a agroecologia. Para mim, esse trinômio é extraordinário. Isto hoje faz parte por ser economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável.	<p>Agroecologia</p> <p>trinômio de desenvolvimento</p> <p>Agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável</p>
Idem	Ao entender a natureza e essas ligações, a família agricultora tem condições de pensar sistemas de produção mais fortes, estáveis e equilibrados. Obviamente, não abandonaremos as formas tradicionais de agricultura e os avanços permitidos pela pesquisa científica química no campo. Há espaço para o convívio pacífico de ambas as formas de cultura, cada qual cumprindo seu papel no desenvolvimento da potência agropecuária que é o Brasil.	<p>possibilidade de convívio com formas tradicionais de agricultura</p> <p>convívio com pesquisa científica química no campo, que é avanço no desenvolvimento agropecuário</p>

Quadro 12: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
-----------	-----------	----------------

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-Proposta elaborada pela CIAPO e CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO	Papel fundamental também desempenhou os movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf, a Via Campesina e a Marcha das Margaridas, que levaram à Presidenta Dilma Rousseff a reivindicação de fortalecer a agroecologia como paradigma do desenvolvimento rural sustentável.	participação Mobilização social Agroecologia como paradigma do desenvolvimento rural sustentável
Idem	Dentre os grandes desafios apresentados, o Plano busca refletir e valorizar o conhecimento acumulado e os esforços dos agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento de práticas agroecológicas e orgânicas em seus sistemas de produção, no qual se inserem, em grande medida, questões relacionadas ao êxodo e à sucessão rural, à demanda por ampliação da reforma agrária, a democratização do acesso a terra e a garantia de direitos aos trabalhadores do campo.	valorização dos saberes tradicionais e locais êxodo e sucessão rural reforma agrária garantia de direitos aos trabalhadores do campo

Quadro 13: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”	A PNAPo, em suas concepções, instrumentos, mecanismos de gestão e controle social, deve estar orientada para o fortalecimento de uma alternativa sustentável aos padrões atualmente dominantes na organização socioeconômica, técnica e ecológica do desenvolvimento rural brasileiro.	alternativa sustentável aos padrões dominantes desenvolvimento rural
Idem	A efetividade da PNAPo deverá estar intrinsecamente associada ao princípio da função social da Terra, através da realização da reforma agrária, da regularização fundiária e do respeito aos direitos territoriais das populações e comunidades tradicionais.	função social da terra reforma agrária regularização fundiária direitos territoriais

Quadro 14: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Carta de Brasília – Outono 2013	Nesse contexto a Frente Parlamentar Mista de Agroecologia e da Produção Orgânica se reveste da maior importância ao adotar a agroecologia como ponto central de um novo modelo de desenvolvimento e de sociedade. Modelo cujos fundamentos e princípios se baseiam no resgate da relação com a natureza e o respeito à “mãe terra”, aos recursos naturais, as relações humanas igualitárias e harmoniosas, respeito à soberania e segurança alimentar, na valorização e sistematização dos “saberes tradicionais” na construção do conhecimento para a produção de alimentos saudáveis. Essa perspectiva se baseia numa concepção holística da produção, que integra a dimensão espiritual da relação com a terra e a natureza.	novo modelo de desenvolvimento e de sociedade ressignificação da relação com a natureza equidade valorização e sistematização dos saberes tradicionais concepção holística da produção integração da dimensão espiritual

Quadro 15: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

DOCUMENTO	FRAGMENTO	PALAVRAS-CHAVE
Pronunciamento da	O Seminário acontecerá no auditório Petrônio	Produção

Deputada Luci Choinacki (PT-SC) proferido no Congresso Nacional em 7 de maio de 2013	Portella. Várias lideranças de todo o Brasil virão participar desse seminário de tão grande importância política, que vai tratar sobre a produção, sobre as experiências dos agricultores no Brasil, sobre a pesquisa, a tecnologia, a comercialização, a troca de sementes e sobre a possibilidade de pensar o Brasil democraticamente, dando às pessoas o direito de escolherem a forma de produção, seja agroecológica, seja orgânica. Quem quiser continuar produzindo com veneno, que continue produzindo, mas que nós possamos ter o direito de ter o Brasil com essa potencialidade natural de riqueza que temos, com alimentos limpos para quem deseja e quer ter saúde. Pessoas querem contribuir para que suas famílias vivam melhor no campo, com mais renda e mais participação.	experiências dos agricultores pesquisa tecnologia comercialização troca de sementes democracia liberdade de escolha alimentos limpos saúde vida melhor no campo renda participação
--	--	---

Quadro 16: Extração de elementos do campo da discursividade do PLANAPO

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Todo esse processo de transformação dos fragmentos de textos em palavras-chaves foi realizado nos nove documentos enumerados acima. Por ora, no campo de discursividade identificamos uma grande diversidade de elementos, representados na figura que se segue.

Agroecologia . alternativa sustentável aos padrões dominantes . função social da terra . reforma agrária . regularização fundiária . direitos territoriais . produção familiar . articulação . políticas públicas . diversidade . territorialização das políticas . desenvolvimento rural . política ambiental . conjunto de técnicas e boas práticas . promoção de nichos de mercado . ações compensatórias destinadas a pobres rurais . inserção nos grandes mercados . agricultura familiar camponesa e povos e comunidades tradicionais . autonomia e protagonismo das mulheres agricultoras e dos jovens rurais . equidade . participação . capacidade organizativa . participação social ativa nos ciclos da política . produção . experiências dos agricultores . pesquisa . tecnologia . comercialização . troca de sementes . democracia . liberdade de escolha . alimentos limpos . saúde . vida melhor no campo . renda . alimentação saudável . sustentabilidade . amor à mãe terra . mulheres como guardiãs da semente, do patrimônio genético da biodiversidade . antagonismo à "revolução verde" . novo modelo de desenvolvimento e de sociedade . resgate da relação com a natureza . respeito aos recursos naturais . respeito às relações humanas igualitárias e harmoniosas . respeito à soberania e segurança alimentar . valorização e sistematização dos "saberes tradicionais" . concepção holística da produção . integração de dimensão espiritual da relação com a terra e com a natureza . agricultura familiar economicamente sustentável . binômio de desenvolvimento . modo de produção rentável para agricultores familiares . amplitude . complexidade . ultrapassa o conceito de produção orgânica, livre de agrotóxicos . aspectos ambientais, sociais, culturais, éticos e políticos de agricultura . novo enfoque científico . desmercantilização da natureza . possibilidade de convívio com formas tradicionais de agricultura . convívio com pesquisa científica química no campo, que é avanço no desenvolvimento agropecuário . fixação do homem no campo . financiamento agrícola para insumos e sementes . assistência técnica . certificação de produtos . desenvolvimento econômico . inclusão social . sustentabilidade ambiental . escolas . certificação para produtos da agricultura familiar . municípios sustentáveis . reversão dos problemas de êxodo e sucesso rural . garantia de direitos aos trabalhadores do campo . segurança alimentar e nutricional . pauta nas agendas políticas . atenção com a perda da agrobiodiversidade . reverter erosão cultural e aumento da pobreza no campo . crescimento global da produção orgânica e de base agroecológica . tecnologias ambientalmente apropriadas . dimensões econômicas, sociais, políticas e éticas no campo do desenvolvimento agrícola e rural . qualidade de vida para a população rural . preços mais justos . laços diretos entre produtores e consumidores . cooperativas de consumo . redes familiares de varejo local . pontos de distribuição especializados em produtos "saudáveis" . grandes redes de supermercados . diversidade de equipamentos de comercialização . compras governamentais . PAA . PNAE . protagonismo das mulheres na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais . Financiamento e Seguro . insumos . mecanismos de controle de produção orgânica . Agroindustrialização da produção . uso e conservação dos recursos naturais . assistência técnica e comercial rural (ATER) . ensino básico, superior e profissionalizante . Conhecimento científico, pesquisa e inovação . consumo .

Figura 3: Campo da Discursividade do PLANAPO
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Vamos agora, na sequência, identificar as práticas articulatórias que ocorreram na transformação desses *elementos* em *momentos*.

2.5.2. Práticas Articulatórias

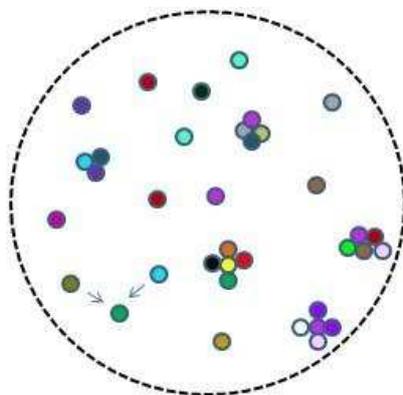


Figura 4: Prática articulatória
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Desenhado o campo da discursividade, podemos identificar então os elementos que se articulam, anulando por meio da equivalência - ainda que temporária, contingente e precariamente - suas diferenças, modificando suas identidades.

Aplicando o proposto por Laclau e Mouffe (1987) ao processo de elaboração do PLANAPO, verificamos que esse processo de lógica de equivalência se dá da seguinte forma:

Para **A**, sendo a *Agroecologia*, e **B**, sendo a *produção orgânica*, serem considerados equivalentes deve-se reconhecer a existência de **C** que é *Agroecologia e produção orgânica*. Os dois termos usados juntos - ou seja, não é só *Agroecologia*, pois dessa forma seria A, não é puramente *produção orgânica*, pois assim seria B - tornam necessário a utilização de um terceiro termo - que aqui é “*Agroecologia e produção orgânica*” - que, por sua vez, permite identificar essa equivalência sustentada a partir da diferença.

Tendo desenhado o campo da discursividade em torno do PLANAPO, percebemos a articulação de alguns elementos, algumas práticas articulatórias, ou seja, elementos que se articulam, através da cadeia de equivalência, por meio da qual buscam modificar suas identidades de forma a anular momentaneamente suas diferenças, e se constituírem em momentos articulados em torno de um ponto nodal. A principal articulação que identificamos é a que resulta no momento “*Agroecologia e produção orgânica*” e que inclusive está presente e explícita nos próprios nomes da política e do

plano: Política Nacional de *Agroecologia e Produção Orgânica* e Plano Nacional de *Agroecologia e Produção Orgânica*.

Percebemos, entretanto, que nem sempre essa articulação é possível. Alguns elementos agroecológicos não se equivalem, não são passíveis de articulação com elementos de produção orgânica, ou seja, não permitem modificar suas identidades, pois são animados por fontes morais antagônicas.

No próximo quadro, demonstramos como se dá essa articulação em torno do PLANAPO, desvelando quais elementos conseguem modificar identidades e se articularem e quais elementos não se revelam passíveis de articulação. Neste quadro, extraímos os sete compromissos gerais definidos no Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, divulgados na Carta de Brasília – Outono de 2013, para demonstrar isso. Primeiramente, destacamos em **negrito** os elementos identificados nos compromissos. Em seguida, identificamos a fonte moral a que se associa esses elementos e desvelamos, por fim, se houve articulação ou não.

	COMPROMISSO SOCIALIZADO NA CARTA	FONTE MORAL ASSOCIADA AOS ELEMENTOS	ARTICULAÇÃO
1	Reafirmar a importância do cumprimento da função social da terra e dos recursos hídricos , além da garantia da água como bem público ;	AGROECOLOGICA	NÃO
2	Empenhar todos os esforços para defender a liberdade de produzir alimentos livres de agrotóxicos e de transgênicos para alimentar nossa nação, oferecendo e compartilhando nossas experiências;	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	SIM
3	Denunciar todas as formas de intoxicação a que a sociedade é exposta e todos impactos ambientais decorrentes do uso dos agrotóxicos, transgênicos e agroquímicos;	AGROECOLOGICA	NÃO
4	Chamar toda sociedade brasileira para debater e construir um novo conceito de produção agrícola e de uma sociedade contemporânea com base na Agroecologia e em relações democráticas e participativas	AGROECOLOGICA	NÃO
5	Reproduzir, conservar e estimular todas as formas de diversidade de sementes e mudas , garantindo a rica variabilidade genética existente no Brasil	AGROECOLOGICA	NÃO
6	Atuar para o fortalecimento do sistema de Certificação Participativa e Solidária de produtos orgânicos	PRODUÇÃO ORGÂNICA	NÃO
7	Estimular toda sociedade brasileira a produzir e se alimentar de produtos saudáveis para garantir a vida das gerações atuais e futuras, e do planeta.	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	SIM

Quadro 17: Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: tentativas de articulação

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Observa-se que em somente dois compromissos é possível detectar a lógica de equivalência entre Agroecologia e produção orgânica. E essa equivalência se dá por meio da questão das formas de produção agrícola, livres do uso de agrotóxicos e da produção de alimentos saudáveis.

Os compromissos da Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica construídos no mesmo Seminário Nacional e também divulgados na Carta de Brasília (2013) é uma outra prática articulatória na qual identificamos a tentativa de equivalência entre *Agroecologia* e *produção orgânica*. Conforme explicitado no quadro abaixo, dos dez compromissos assumidos pela Frente, em somente cinco deles conseguimos perceber a articulação:

	COMPROMISSO SOCIALIZADO NA CARTA	FONTE MORAL ASSOCIADA AOS ELEMENTOS	ARTICULAÇÃO
1	Estimular a ampla e democrática participação da sociedade civil nas discussões sobre o papel estratégico da Agroecologia no desenvolvimento no Brasil;	AGROECOLOGICA	NÃO
2	Sensibilizar a opinião pública para os princípios agroecológicos ;	AGROECOLOGICA	NÃO
3	Propor e acompanhar a tramitação de matérias legislativas no Congresso Nacional e demais Casas Legislativas que contribuam para a implementação de políticas públicas relacionadas à Agroecologia e Produção Orgânica	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	SIM
4	Estimular a criação de Frentes Parlamentares nos Estados e Comissões Permanentes nos municípios brasileiros;	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGANICA	SIM
5	Apoiar a formação de redes de produção e consumo de produtos agroecológicos , estimulando a utilização das metodologias participativas e os princípios da educação popular ;	AGROECOLOGICA	NÃO
6	Colaborar para a efetiva implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO ;	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	SIM
7	Valorizar a parceria e a participação do Governo Federal no Seminário Nacional de Agroecologia : garantia de saúde, renda e sustentabilidade;	AGROECOLOGICA	NÃO
8	Fortalecer o PNAE e PAA como políticas públicas estratégicas	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGANICA	SIM
9	Propor políticas e ações visando ao fortalecimento das organizações que atuam e apoiam a agroecologia e a produção orgânica	AGROECOLOGICA E PRODUÇÃO ORGÂNICA	SIM
10	Reconhecer o protagonismo das mulheres guardiãs das sementes, do patrimônio genético e da biodiversidade .	AGROECOLOGICA	NÃO

Quadro 18: Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica: tentativas de articulação

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Percebemos que o “problema”, ou a falha na articulação, está ligada à *Agroecologia*. No caso da *produção orgânica*, a articulação se dá de forma mais fácil, pois o que ela propõe é bem menos complexo, refere-se apenas a alterações na forma de se produzir, são novas técnicas de produção, sem provocar sentidos mais complexos em relação a questões sociais e econômicas e na relação com a natureza. E, sendo assim, é a *Agroecologia* que acaba não produzindo uma equivalência.

Dessa forma, podemos dizer que as equivalências ocorrem, quase que exclusivamente, em âmbito institucional, tais quais: estimular a criação de Frentes Parlamentares; propor e acompanhar a tramitação de matérias legislativas no Congresso Nacional e demais Casas Legislativas; fortalecer o PNAE e PAA; colaborar para a efetiva implantação da PNAPO ; propor políticas e ações visando ao fortalecimento das organizações. E, essas não são equivalências morais, uma vez que as fontes morais são antagônicas.

Além das equivalências institucionais, o único elo que identificamos capaz de juntar *Agroecologia* e *produção orgânica* é o *não uso de agrotóxicos*. E, mesmo assim, é importante ressaltar que o *não uso de agrotóxicos* trata-se de uma *técnica* para a produção orgânica, enquanto que para a *Agroecologia* este é um *princípio*. O não uso de agrotóxicos na produção orgânica traz uma ideia de saúde no consumo, já na *Agroecologia* - embora também sejam trabalhadas técnicas de não uso de agrotóxicos - a saúde não está restrita ao consumo do alimento, está também na sociedade, na natureza, no ambiente.

Assim ainda no intuito de demonstrar as articulações possíveis e as não possíveis entre *Agroecologia* e *produção orgânica*, passamos à análise dos documentos: (1) Proposta da Articulação Nacional de *Agroecologia* – ANA para o PLANAPO e (2) Proposta elaborada pelas Câmara Interministerial e Comissão Nacional (CIAPO e CNAPO) para aprovação por parte dos ministros que compõem a CIAPO.

O primeiro documento, elaborado pela ANA, foi o precursor no encaminhamento de propostas e sugestões para compor o Plano. Foi elaborado por um grupo constituído por representantes dos movimentos sociais, sindicais e da sociedade civil, conforme descrito no próprio documento:

Este documento reúne um conjunto de propostas ao Decreto Presidencial que instituirá a Política Nacional de *Agroecologia* e de *Produção Orgânica* (PNAPO). Estas propostas foram elaboradas a partir de um intenso processo de discussão promovido pela Articulação Nacional de *Agroecologia* - ANA, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que teve como

momentos importantes de debate e síntese cinco seminários regionais (Amazônia, Cerrado, Nordeste, Sudeste e Sul) e um seminário de âmbito nacional sobre a Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica. O conjunto de eventos mobilizou aproximadamente 300 pessoas, representantes de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e redes regionais e/ou estaduais, assim como profissionais vinculados à universidades e órgãos governamentais de pesquisa e extensão (ANA, 2012).

No quadro abaixo, extraímos as diretrizes propostas no documento no intuito de guiar a elaboração do PLANAPO. Identificamos as fontes morais que as balizam e os pontos nodais que emergiram a partir das articulações empreendidas na formulação dessas diretrizes.

ARTICULAÇÕES PROPOSTA ANA (2012)	FONTES MORAIS AGROECOLÓGICAS	PONTOS NODAIS
Diretriz I: Assegurar o direito humano à alimentação adequada, bem como a soberania e a segurança alimentar e nutricional, considerando a sustentabilidade e a diversidade das culturas alimentares locais / regionais	Reconhecimento e respeito aos Direitos Humanos e aos Direitos da Natureza	Soberania e segurança alimentar
Diretriz II: Desenvolver e incentivar a estruturação de circuitos de produção, processamento e consumo adaptados às necessidades da agricultura familiar camponesa e dos povos e comunidades tradicionais, nos campos, nas florestas e nas cidades, dando preferência aos mercados locais, regionais e institucionais, ampliando o consumo de produtos de base agroecológica	Autodependência comunitária, descentralização e territorialização	Circuitos curtos, mercados locais
Diretriz III: Garantir a autonomia e gestão da agricultura familiar camponesa, urbana e periurbana e dos povos e comunidades tradicionais na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais para a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade	Sociobiocentrismo; Desmercantilização da Natureza	Autonomia, autogestão
Diretriz IV: Internalizar a perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, assegurando a participação protagonista de agricultores familiares, urbanos, periurbanos, povos e comunidades tradicionais nos processos de construção e socialização de conhecimentos	Diferença, ecologias e inclusão	Protagonismo nos processos de conhecimento
Diretriz V: Implementar políticas de estímulos econômicos que favoreçam a <u>produção orgânica e em bases agroecológicas</u>, assim como o acesso da população a estes produtos.	Economia subordinada à ecologia	Produção e comercialização
Diretriz VI: Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, fortalecendo sua autonomia econômica e política.	Equidade	Mulheres Rurais
Diretriz VII: Reconhecer e valorizar o protagonismo da juventude do campo e da floresta nos espaços de gestão, organização social e atividades produtivas de base agroecológica.	Equidade	Juventude do campo e da floresta
Diretriz VIII: Ampliar e assegurar o acesso à terra, aos territórios e à água, implementando a reforma agrária e garantindo os direitos territoriais, tanto em áreas rurais, como urbanas e periurbanas.	Bens e recursos naturais = bens comuns, bondades da Natureza, patrimônio dos povos ;	Reforma Agrária
Diretriz IX: Promover o trabalho digno de homens e mulheres na produção agropecuária e extrativista e nas demais atividades relacionadas à produção, processamento e consumo de alimentos e matérias primas, assegurando valorização econômica, segurança no trabalho, saúde e reconhecimento do trabalho produtivo e reprodutivo.	Bem viver	Trabalho digno

Quadro 19: Proposta ANA para PLANAPO: articulações, fontes morais agroecológicas e pontos nodais

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Conforme destacado, num total de nove diretrizes propostas pela ANA, somente em uma (justamente na que tem foco na dimensão econômica) aparece a expressão: *produção orgânica e em bases agroecológicas*. As outras diretrizes, com focos diversificados, não se utilizam dessa equivalência. O que podemos identificar nelas são

as fontes morais que embasam os discursos com intenção agroecológica, trazidas no Capítulo 1, conforme identificadas no quadro, tais quais: Bem Viver para todos e todas; solidariedade, responsabilidade, integralidade, reciprocidade, equidade; Reconhecimento e respeito aos Direitos Humanos e aos Direitos da Natureza; Sociobiocentrismo; Economia subordinada à ecologia; Autodependência comunitária, descentralização e territorialização; Desenvolvimento sustentável como etapa transitória; Decrescimento planejado, pós-extrativismo ²⁵.

Feita essa demonstração, passamos então para a análise do documento *Proposta elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO.*

Este documento foi elaborado em momento posterior às propostas da ANA, anteriormente analisadas. Foi elaborado para apresentar o PLANAPO ao ministros para aprovação e então publicação oficial. É o resultado das articulações empreendidas para compor o Plano. Em sua Introdução, o documento faz a seguinte consideração:

A partir de setembro de 2012, as duas instâncias [CIAPO e CNAPO] se debruçaram em um intensivo trabalho para a consolidação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, articulando diversos programas e iniciativas existentes nos diversos ministérios e elaborando novas ações que respondessem aos desafios colocados.

Nos espaços de diálogo das organizações sociais do campo, dois grandes movimentos nacionais foram importantes para a construção do PNAPO. No campo da agroecologia, os debates foram conduzidos pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA e Articulação do Semiárido - ASA. No campo da produção orgânica, o diálogo ocorreu por meio da rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação - CPOrgs e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica - CTAO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Papel fundamental também desempenhou os movimentos sociais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf, a Via Campesina e a Marcha das Margaridas, que levaram à Presidenta Dilma Rousseff a reivindicação de fortalecer a agroecologia como paradigma do desenvolvimento rural sustentável.

Outros fóruns importantes também contribuíram para a construção coletiva do PNAPO e do PLANAPO: a) o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrap; b) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea; c) a Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia; e d) o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa (MDA, 2013).

²⁵ Essas fontes morais, aqui tomadas como elementos presentes nas articulações, estão descritas no Quadro 5 - *Jogo Antagônico entre Fontes Morais*, no capítulo 1 dessa dissertação.

Embora o próprio documento traga explicitado no texto que o PLANAPO busca refletir e valorizar o “conhecimento acumulado e os esforços dos agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento de práticas agroecológicas e orgânicas em seus sistemas de produção, no qual se inserem, em grande medida, questões relacionadas ao êxodo e à sucessão rural, à demanda por ampliação da reforma agrária, a democratização do acesso a terra e a garantia de direitos aos trabalhadores do campo”, - o que notamos após a análise é que o ponto nodal *Produção*, é sem dúvida, o mais importante, é hegemônico na articulação “Agroecologia e produção orgânica”. A análise segue demonstrada a seguir.

(continua)

ARTICULAÇÕES PROPOSTA CIAPO + CNAPO		FONTES MORAIS NÃO-AGROECOLÓGICAS	PONTOS NODAIS
<p>Eixo 1 – Produção</p> <p>Objetivo 1: Ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica, tendo como público prioritário agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e suas organizações econômicas, micros e pequenos empreendimentos rurais, cooperativas e associações, considerando também os da agricultura urbana e periurbana.</p>	<p>Meta 1 – Disponibilizar R\$ 6,5 bilhões por ano para o custeio e investimento com instrumentos de crédito e de seguro da produção e agroindustrialização adequados à <u>produção orgânica, de base agroecológica ou transição agroecológica.</u></p>	<p>Soberania do Mercado = detentor hegemônico do poder</p>	Produção
	<p>Meta 2 – Disponibilizar R\$ 755 milhões para: a. segurança hídrica para produção nas unidades de produção familiar; b. agroindustrialização e acesso a mercados e; c. fortalecimento das dinâmicas sociais e de redes.</p>		<p>Tudo e qualquer coisa é válida se for “economicamente correta”</p>
	<p>Meta 3 - Regularizar 50 especificações de referência de forma a fomentar o registro de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica.</p>	<p>Antropocentrismo</p>	Produtos
	<p>Meta 4 – Ajustar, criar e publicar 15 regulamentos técnicos de forma a facilitar e estimular à produção de insumos destinados a produção orgânica e de base agroecológica.</p>		Produção

	Meta 5 – Promover, ampliar e desenvolver iniciativas que contribuam para a redução do uso de agrotóxicos.		Produção
Objetivo 2: Reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica fortalecendo sua autonomia econômica.	META 7 – Aplicar R\$ 8,4 milhões em ações de fortalecimento à organização da produção orgânica e de base agroecológica no Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.	Recursos e serviços naturais = recursos exploráveis, direito de propriedade;	Produção
Objetivo 3. Fortalecer a autonomia e emancipação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica, promovendo sua permanência e a sucessão no campo.	Meta 8 – Alcançar 15.000 jovens em programas de inclusão produtiva rural com formação agroecológica e cidadã.	Mercantilização e privatização da natureza	Produção
Eixo 2 – Uso e Conservação de Recursos Naturais Objetivo 4: Promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso, gestão, manejo e conservação dos recursos naturais.	Meta 9 – Ampliar processos para a produção, manejo, conservação, aquisição e distribuição de recursos genéticos de interesse da agroecologia e da produção orgânica.	Sustentabilidade = capacidade de atender ao mercado (não só necessidades, bem como desejos humanos)	Produção
	Meta 10 - Investir R\$ 32,9 milhões no acesso, uso, conservação e manejo de recursos naturais, com destaque para a regularização ambiental e o fortalecimento de produtos da sociobiodiversidade.		Produção
Eixo 3 – Conhecimento Objetivo 5: Ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânico e de base agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão.	Meta 11 - Promover Assistência Técnica e Extensão Rural com enfoque agroecológico e sistemas orgânicos de produção para 231 mil unidades familiares de produção e para 150 Organizações Econômicas da Agricultura Familiar.		Produção
	Meta 12 - Promover formação inicial e continuada e qualificação profissional com enfoque agroecológico e sistemas orgânicos de produção para 28.000 agentes de ATER , educadores/as, agricultores/as familiares,		Produção

	assentados/as da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais articulados com as Chamadas de ATER.		
	Meta 13 – Aplicar R\$ 64,9 milhões em programas, projetos e ações de construção e socialização de conhecimentos e tecnologias agroecológicas, considerando o diálogo e a diversidade de saberes e a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.		Conhecimento e tecnologia agroecológica
Eixo 4 - Comercialização e Consumo Objetivo 6: Fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização (mercados locais e regionais), mercados institucionais e compras governamentais.	Meta 14 - Aplicar R\$ 233,4 milhões no apoio a promoção e comercialização de produtos orgânicos e de base agroecológica.		Comercialização

Quadro 20: Proposta CIAPO e CNAPO: articulações, fontes morais não- agroecológicas e pontos nodais
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Identificamos que o eixo *Produção* tem vinculado a ele três objetivos e oito metas. E, dentre os objetivos vinculados à produção, estão também aqueles que envolvem as questões de gênero e de geração. Dessa forma, percebemos que os objetivos e metas que são gerados a partir da articulação *Agroecologia e produção orgânica* são visivelmente animados por fontes morais antagônicas à Agroecologia.

Com isso, podemos perceber, na articulação *Agroecologia e produção orgânica*, a anulação das fontes morais agroecológicas e a predominância das fontes morais não-agroecológicas. *Produção* é o ponto nodal mais evidenciado nas articulações: mesmo naqueles eixos que recebem outra denominação - como *Uso e conservação dos recursos naturais*, *Conhecimento* ou *Comercialização e Consumo* - percebemos que os elementos se articulam predominantemente em torno deste ponto nodal.

Dessa forma, concluímos que o discurso hegemônico constituído a partir da articulação *Agroecologia e produção orgânica* se demonstra animado pelas fontes morais não-agroecológicas. Na busca por legitimar a Agroecologia e tornar possível protagonizar o seu discurso, o Estado proporciona espaços de discussão, gerando oportunidades de *adversários* debaterem na construção da política pública, na busca de

solução para um problema tomado como público. Nesses debates, são empreendidos discussões e encontros (ou confrontos) de fontes morais antagônicas, nos quais por meio de práticas articulatórias os *policymakers* tentam construir cadeias de equivalência – na tentativa de anular diferenças discursivas, e construir um discurso hegemônico. No caso do PLANAPO, percebemos a tentativa de se fazer do momento *Agroecologia e produção orgânica* um significante vazio. É isso que agora analisaremos na próxima subseção.

2.5.3. Discursos

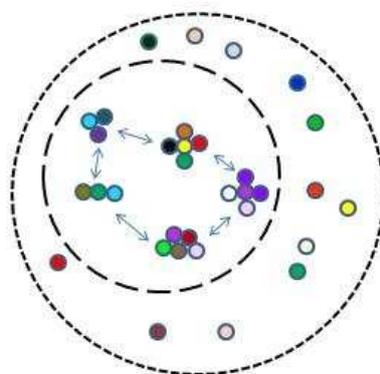


Figura 5: Formação de discurso
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Vimos que os elementos articulados ou *momentos* vão se tornar hegemônicos e, dessa forma, compor o discurso da PNAPO e do PLANAPO, que pode ser evidenciado nos próprios textos que constituem o Decreto Presidencial e a Portaria Interministerial que os institui. Ainda no momento de articulação, as diretrizes da PNAPO, e que serão repetidas no PLANAPO como objetivos do plano, aparecem divulgadas da seguinte forma:

- I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da **oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica** isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
- II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de **proprietários e trabalhadores**;
- III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de **sistemas de produção** agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas,

que **reduzam** resíduos poluentes e a **dependência** de insumos externos para a **produção**;

IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de **produção**, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;

V - valorização da agrobiodiversidade e dos **produtos** da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de **uso** e conservação **dos recursos** genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI - ampliação da **participação** da **juventude** rural na **produção orgânica e de base agroecológica**; e

VII - contribuição na **redução** das **desigualdades** de **gênero**, por meio de ações e programas que promovam a **autonomia econômica** das mulheres (BRASIL,2012).

No entanto, ao serem publicadas na Portaria Interministerial, agora já como um discurso hegemônico da *Agroecologia e produção orgânica*, percebemos como são modificadas. Mesmo que de forma contingente e temporária, observamos algumas alterações nas diretrizes, ora denominadas de *Objetivos*:

São objetivos específicos do PLANAPO - Brasil Agroecológico:

I - ampliar e fortalecer a **produção**, manipulação e processamento de **produtos orgânicos e de base agroecológica**;

II - reconhecer e valorizar o **protagonismo** das **mulheres na produção orgânica e de base agroecológica**, fortalecendo sua **autonomia econômica**;

III - estimular a autonomia e emancipação da **juventude** rural **na produção orgânica e de base agroecológica**, por meio da sua permanência e sucessão no campo;

IV - promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral;

V - ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica, por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão; e

VI - fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização, mercados institucionais e compras governamentais (BRASIL, 2013)

Tomaremos para análise fragmentos dos textos que apresentam os “Objetivos do PLANAPO” - construídos a partir das articulações empreendidas pela Câmara Interministerial e pela Comissão Nacional (CIAPO e CNAPO) apresentadas aos ministros das pastas que compõem à CIAPO para aprovação. Por meio do discurso ora

construído podemos perceber as práticas articulatórias ocorridas, as anulações das diferenças, a eliminação de elementos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Nessa análise, chamamos de “Tentativa de articulação” os trechos retirados da Proposta da CIAPO e CNAPO e de “Discurso final”, os trechos retirados da Portaria Interministerial que institui o PLANAPO e organizamos, conforme abaixo, os textos em oito *momentos*, sendo estes: (1) Produção orgânica e de base agroecológica; (2) Mulheres Rurais; (3) Recursos Naturais; (4) Sistemas de comercialização; (5) Agrobiodiversidade e Sociobiodiversidade; (6) Ecossistemas; (7) Ensino, pesquisa e extensão rural; e (8) Juventude Rural.

(1)

Momento	<i>Produção orgânica e de base agroecológica</i>
Tentativa de articulação	I - promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;
Discurso final	I - ampliar e fortalecer a produção, manipulação e processamento de produtos orgânicos e de base agroecológica;

Tabela 1: Momento: Produção orgânica e de base agroecológica

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(2)

Momento	<i>Mulheres Rurais</i>
Tentativa de articulação	VII - contribuição na redução das desigualdades de gênero , por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres
Discurso final	II - reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres na produção orgânica e de base agroecológica, fortalecendo sua autonomia econômica;

Tabela 2: Momento: Mulheres Rurais

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(3)

Momento	<i>Recursos Naturais</i>
Tentativa de articulação	II - promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;
Discurso final	IV - promover, ampliar e consolidar processos de acesso, uso sustentável, gestão, manejo, recomposição e conservação dos recursos naturais e ecossistemas em geral;

Tabela 3: Momento: Recursos Naturais

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(4)

Momento	<i>Sistemas de comercialização</i>
Tentativa de articulação	IV - promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006;
Discurso final	VI - fortalecer e ampliar o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica com ênfase nos circuitos curtos de comercialização, mercados institucionais e compras governamentais.

Tabela 4: Momento: Sistemas de comercialização

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(5)

Momento	<i>Agrobiodiversidade e Sociobiodiversidade</i>
Tentativa de articulação	V - valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;
Discurso final	Não há um objetivo que faça referência direta.

Tabela 5: Momento: Agrobiodiversidade e Sociobiodiversidade

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(6)

Momento	<i>Ecossistemas</i>
Tentativa de articulação	III - conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;
Discurso final	Não há um objetivo que faça referência direta.

Tabela 6: Momento: Ecossistemas

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(7)

Momento	<i>Ensino, pesquisa e extensão rural</i>
Tentativa de articulação	Não faz menção direta a este <i>momento</i> .
Discurso final	V - <u>ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica</u> , por meio da valorização e intercâmbio do conhecimento e cultura local e da <u>internalização da perspectiva agroecológica nas instituições e ambientes de ensino, pesquisa e extensão</u> ;

Tabela 7: Momento: Ensino, pesquisa e extensão rural

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

(8)

Momento	<i>Juventude Rural</i>
Tentativa de articulação	VI - ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica;
Discurso final	<u>estimular a autonomia e emancipação da juventude rural</u> na produção orgânica e de base agroecológica, por meio da sua permanência e sucessão no campo;

Tabela 8: Momento: Juventude Rural

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Destacamos em **negrito** os termos que desapareceram, sendo eliminados do discurso final, a partir da articulação que esses *elementos* sofreram ao serem incorporados na cadeia de equivalência. Sabemos que elementos como: **isenção de contaminantes** (Tabela 1); **desigualdade de gênero** (Tabela 2); **relação proprietários-trabalhadores** (Tabela 3); **prioridade de apoio institucional a agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais** (Tabela 4); **uso e manejo de variedades locais, tradicionais ou crioulas** (Tabela 5); **redução de resíduos poluentes e de dependência de insumos** (Tabela 6) são termos que remetem às fontes morais agroecológicas e que podem causar mal-estar a algumas instituições que fazem parte do grupo de *policymakers* do PLANAPO.

Ao mesmo tempo, percebemos que outros elementos – ora sublinhados nos trechos acima - foram articulados posteriormente e aparecem no discurso final, tais quais: ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos (Tabela 7); internalização da perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural (Tabela 7); estimular autonomia e emancipação dos jovens rurais (Tabela 8). Nota-se que estes termos remetem às fontes morais agroecológicas e a sua incorporação no discurso nos leva a questionar: por que razão foram inseridos?

Em primeiro lugar, lembramos que todo discurso hegemônico tenta estabelecer elementos de consenso. Por conta disso, todo discurso hegemônico se faz mediante algumas concessões (LACLAU e MOUFFE, 1987). Nessa toada, é importante destacar que a hegemonia não é um processo estático, mas sim um fenômeno orgânico e dinâmico, o que significa que nenhuma hegemonia se apresenta como tal: toda hegemonia tenta se apresentar como algo universal. Entretanto, toda hegemonia, ainda que se apresente como gesto universal, precisa, inevitavelmente, considerar a contra-hegemonia: ou seja, nenhuma hegemonia sobrevive sem um processo discursivo de disputa e, ao mesmo tempo, de negociação com a contra-hegemonia (LACLAU e MOUFFE, 1987). Por tudo isso, a hegemonia considera elementos contraditórios e tenta tornar esses elementos parte de si própria, no esforço de construção de um discurso universal. Nenhuma hegemonia, portanto, se assume enquanto tal, mas sim enquanto um discurso universalizado.

Sendo assim, quando elementos de uma fonte moral agroecológica aparecem no discurso final hegemônico do PLANAPO, tal aparecimento não indica que esses elementos visam mudar substancialmente a hegemonia; o que se percebe é o processo mesmo de construção de um discurso hegemônico: houve concessões no texto final do PLANAPO que correspondem muito mais a um gesto que tenta expressar um presumido processo de negociação, na medida em que supostas concessões aparecem para tentar estabelecer um consenso.

Na análise, percebe-se, por exemplo, propostas que buscam a socialização de conhecimento e não a socialização da produção. Por isso, é nítido que tais propostas não afetam drasticamente a hegemonia: estamos diante de concessões periféricas, com as quais será possível a projeção pública, por parte do Estado, da existência de um procedimento democrático no âmbito de construção do PLANAPO.

Sendo assim, entendemos que, ao direcionar aos campos do ensino, da pesquisa e da extensão a tarefa de internalização da perspectiva agroecológica, fica claro que cabe à ciência e às instituições legitimarem a Agroecologia – e não aos próprios movimentos agroecológicos, participantes de todo o processo de construção do Plano.

Já *estimular autonomia e emancipação dos jovens rurais*, trata-se de uma articulação do texto final do Plano que apresenta sentidos muito amplos, com os quais não é possível, de antemão, perceber uma vinculação entre juventude rural e fontes morais agroecológicas. Além disso, tal articulação vincula jovens rurais e produção, fato

este que, por si só, não problematiza a que produção está se referindo, nem como se produzir e o que produzir.

Tudo isso demonstra a tentativa de se criar um *significante vazio*, que possa legitimar e permitir ao Estado a adoção de um discurso agroecológico. Conforme nos explica Pinto (1999), com base na teoria do discurso, na lógica de equivalência, o termo que permite equivaler-se vai ganhando cada vez mais equivalências e perdendo cada vez mais conteúdos particulares; ou seja, um *significante vazio* não é um *significante* que não tem nenhum significado, é, sim um *significante* aberto a vários significados. Entretanto, isto não acontece quando se trata da tentativa de produção de equivalência entre *Agroecologia* e *produção orgânica*. Estes termos não se tornam gerais a tal ponto de constituírem um *significante vazio*. Ambos apresentam fontes morais tão antagônicas, abertas a tantas fissuras que nunca poderiam se equivaler, conforme mostraremos mais à frente.

2.6. Considerações finais

Desde o início do presente capítulo, deixamos claro que o nosso interesse não era o de analisar o PLANAPO enquanto uma política pública, tampouco aprofundar nas fases do seu ciclo político, e nem mesmo avaliá-lo enquanto política de “sucesso” ou de “fracasso”. O nosso objetivo foi sim o de reforçar a importância do estudo de uma política pública além do seu ciclo, por meio da evidência da complexidade do campo que a envolve ou no qual ela se insere, sobretudo no que tange ao contexto em que sua demanda emerge. O nosso esforço foi o de entender um pouco mais sobre os processos e conflitos que vão se desencadeando desde o início de um ciclo político, isto é, desde a identificação do problema para o qual uma política pública é elaborada para atender.

Na análise aqui empreendida, foi possível verificar a complexidade de atores envolvidos em torno de uma política pública de *Agroecologia e produção orgânica* (e não uma política pública de Agroecologia, apenas). Vimos que o processo de elaboração do PLANAPO obedeceu a uma lógica *anterior* que organizou, que estruturou e que possibilitou a própria ação do Estado contemporâneo, para que o mesmo tentasse atender às demandas por democracia, motivadas por contextos multiculturais, num cenário pós-estruturalista, como evidenciado, por exemplo, no discurso da Deputada Luci Choinacki, à época presidente da Frente Parlamentar Mista para o

Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, proferido no Congresso Nacional, em 7 de maio de 2013, às vésperas da realização do Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica:

Quem quiser continuar produzindo com veneno, que continue produzindo, mas que nós possamos ter o direito de ter o Brasil com essa potencialidade natural de riqueza que temos, com alimentos limpos para quem deseja e quer ter saúde (Deputada Luci Choinacki, notas taquigráficas de 07/05/2013).

Nesse sentido, pudemos perceber a presença dos paradoxos democráticos, dos quais nos falou Chantal Mouffe (2009). Ou seja, foi possível evidenciar no processo de elaboração do PLANAPO, o exercício da democracia liberal, a qual, na argumentação de Mouffe (2009), resulta da articulação de duas lógicas incompatíveis. Percebemos que “a tensão constitutiva existente entre suas gramáticas” nunca foi superada, apenas negociada, ou seja, temporariamente estabilizada por meio de negociações pragmáticas entre forças políticas que procuraram sempre estabelecer a hegemonia de uma das partes.

Com o aporte teórico-metodológico da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987), demonstramos como o Estado utilizou-se da *prática articulatória*, para anular diferenças e criar equivalências gerando discursos que hegemonizaram o campo da discursividade, naquele momento. Dessa forma, foi possível ao Estado protagonizar o discurso não da Agroecologia, mas da Agroecologia e da produção orgânica. Nesse sentido, cabe questionar se, em algum momento, esse discurso se legitimou socialmente, ainda que de forma precária e temporária, tal foi o corte antagônico sofrido, já no instante em que o PLANAPO foi lançado publicamente, conforme veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – AGROECOLOGIA E FALÊNCIA DO PLANAPO ENQUANTO PRÁTICA ARTICULATÓRIA: cortes antagônicos e mal-estar(es) diante do Estado

3.1. Introdução

Na caminhada percorrida até aqui, conseguimos conhecer as estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro nas tentativas de atender às demandas sociais pela elaboração de uma política pública de Agroecologia e de legitimar socialmente essa ação.

Sendo o Estado uma instituição moderna - e sendo a Agroecologia inspirada por fontes morais explicitamente antagônicas às fontes morais modernas hegemônicas, conforme demonstrado - desvelamos, no segundo capítulo, que o Estado, na intenção de lidar com o antagonismo inerente ao contexto democrático pluralista moderno e legitimar uma política pública de Agroecologia, tentou praticar algumas articulações. Com o aporte teórico-metodológico da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987), empreendemos o esforço de demonstrar essas práticas articulatórias almejadas pelo Estado, ainda que, na maioria das vezes, as mesmas não tenham sido realizadas. Vimos o momento *Agroecologia e produção orgânica* como problemático, na medida em que tenta equivaler fontes morais muito antagônicas, e só se mostra bem sucedido nas articulações voltadas à *produção* e em equivalências que se dão apenas no âmbito institucional ou em relação à técnica do *não uso de agrotóxicos*.

Neste sentido, novas questões emergem e nos levam a perguntar: podemos afirmar que o momento articulado *Agroecologia e produção orgânica*, desde o início, conseguiu sustentar-se enquanto significante vazio? O PLANAPO conseguiu, portanto, sustentar a equivalência entre esses dois termos? Será que o antagonismo existente foi suficientemente eliminado e o PLANAPO conseguiu se sustentar enquanto uma política pública?

Sendo assim, neste último capítulo, propomos trazer uma ampliação da discussão das fontes morais agroecológicas, por meio da apresentação de alguns conceitos, noções e visões trazidos ao debate pelos autores do campo científico da *Agroecologia* e da *transição*. Neste sentido, desde que a Agroecologia surge no debate - no contexto brasileiro isso se dá no final dos anos de 1980 - ela carrega um campo simbólico em torno dela mesma que a projeta no espaço público como algo que traz

uma concepção extremamente antagônica ao modo de vida do *self* pontual moderno. Destarte, quando o termo *Agroecologia* ainda permanece no âmbito do PLANAPO - apesar de todas as diluições de sentido nas metas, nas diretrizes, nos objetivos, nos eixos constituidores do Plano - ele se apresenta de forma notável, ou seja, o termo *Agroecologia*, já presente no imaginário científico e social, carrega definições que estão sendo processadas há algum tempo e que são fortes o suficiente para se apresentarem como antagônicas ao modo de vida moderno predominante, no que tange ao manejo dos sistemas agrícolas, às práticas alimentares e às relações do sujeito com ele mesmo, com o outro e com a natureza.

Portanto, neste capítulo, o nosso intuito não é o de definir ou de conceituar a *Agroecologia*, mas sim o de entender e de especificar as fontes morais agroecológicas, retomando o movimento de antagonismo maior, com relação à própria Modernidade, já projetado no espaço público há algum tempo, e trabalhado no capítulo 1.

Para nos auxiliar nessa tarefa, de perceber e situar a *Agroecologia* no debate da crise da Modernidade, contaremos com o aporte teórico de dois autores: Boaventura de Sousa Santos (2007) e Tim Ingold (2000). Acreditamos que as ideias trabalhadas por esses teóricos poderão nos ajudar na compreensão de como a *Agroecologia* propõem um outro olhar, uma outra percepção em relação ao mundo, uma outra forma de *habitar* este mundo e de *conviver* nele, estritamente antagônicos em relação ao modo de vida moderno, ou seja, impossível de se misturar e, portanto, convocador a um processo de mudança,

Neste sentido, ao conhecer a origem das fontes morais agroecológicas iremos repensar o PLANAPO por meio de análises de reverberações discursivas emergidas no momento do seu lançamento e da carta política construída por ocasião do III Encontro Nacional de *Agroecologia*, “Carta Política do III ENA”, procurando entender: (i) o *antagonismo* presente no próprio âmbito de construção do Plano; (ii) a *falência* da articulação proposta, explicitada por cortes antagônicos de sujeitos não-agroecológicos, pautados por forte mal-estar em relação ao Estado; e (iii) o *mal-estar*, que também emerge, por parte dos sujeitos políticos agroecológicos, ao se relacionarem com o Estado.

Assim, organizamos o capítulo em quatro seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção, apresentamos alguns conceitos de *Agroecologia* presentes no debate contemporâneo, no intuito de nos auxiliar a compreender mais a fundo a origem das fontes morais agroecológicas. Na seção

seguinte, abordamos a *perspectiva do habitar* proposta por Tim Ingold demonstrando como esta dialoga com a proposta de transição. Na sequência, trazemos a abordagem das *Sociologia das Ausências e Sociologia das Emergências* de Boaventura de Sousa Santos desvelando como as *monoculturas* se aproximam das fontes morais modernas enquanto as *ecologias* dialogam com as fontes morais agroecológicas. E por último, empreendemos a análise para demonstrações propostas: antagonismo, falência e mal-estar agroecológico.

3.2. Agroecologia: a ecologia dos sistemas alimentares enquanto ciência, prática e movimento social

“O termo agroecologia pode significar muitas coisas” (ALTIERI, 1989, p.28). Assim, Altieri dá início à conceituação do termo Agroecologia, em sua obra *Agroecologia – As Bases Científicas da Agricultura Alternativa*, primeiro livro científico relacionado a esse tema publicado no Brasil (SCHMITT, 2013, p. 2). O autor ainda complementa sua definição afirmando que:

Superficialmente definida, a agroecologia geralmente incorpora ideias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção. Este pode ser chamado o uso ‘normativo’ ou ‘prescrito’ do termo agroecologia, porque implica um número de fatores sobre sociedade e produção que estão além dos limites do campo da agricultura (ALTIERI, 1989, p.28).

Ainda na conceituação de Altieri (1989), a Agroecologia é considerada uma disciplina científica dotada de estrutura teórica, destinada a compreender os processos agrícolas de maneira ampla e complexa:

A tendência agroecológica encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade particular, mas sim com a otimização do agrossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para **tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solos e animais** (ALTIERI, 1989, p. 18).

Para Gliessman (2007), a Agroecologia pode ser definida enquanto “aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao *design* e manejo dos sistemas de produção alimentar”, o que, desta forma, na visão do autor, possibilita a produção de alimentos de forma mais sustentável (GLIESSMAN, 2007, s/p.²⁶). Neste sentido, este autor juntamente com Altieri e mais um grupo de cientistas (FRANCIS et al, 2003) defendem a conceituação da Agroecologia enquanto “ecologia dos sistemas alimentares”, ressaltando a importância e a necessidade contemporânea de se pensar, de forma interligada, os processos de produção e de consumo, no que se refere à relação entre práticas produtivas, ambiente, alimentação e interações sociais. Esses autores defendem que a Agroecologia, pensada desta maneira - como ecologia dos sistemas alimentares - configura-se em uma abordagem ampla e holística da própria vida social em interação com quaisquer outras formas de vida.

Esta proposta da Agroecologia, que considera, por exemplo, o potencial endógeno e o saber local, pode ser percebida a partir das características que marcam sua prática. Gliessman (2007) detalha cada uma delas e Araújo (2010) resume-nas, de modo muito didático, da seguinte forma:

- a) baixa dependência de insumos comerciais;
- b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis;
- c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local;
- d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente;
- e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva;
- f) preservação da diversidade biológica e cultural;
- g) utilização do conhecimento e da cultura da população local;
- h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (GLIESSMAN, 2001 apud ARAÚJO, 2010).

Por tudo isso, Francis et al. (2003) também ressaltam que focar apenas em produção na agricultura para *design* de alternativas de transição é gesto muito redutor; é preciso, nas palavras dos autores, “ampliar o foco” para conseguir enxergar todo o sistema alimentar, para lidar com as questões de forma interdisciplinar, visando não apenas o desenvolvimento de agricultura e dos sistemas alimentares, mas daquilo que eles chamam de *sociedades sustentáveis*.

²⁶ Nota: esta citação se refere à apresentação do livro de Gliessman (2007), na qual não há numeração de página.

De tal sorte, a interdisciplinaridade é outra característica da Agroecologia (ALTIERI, 1989). Assim, além das disciplinas de agronomia e ecologia que se uniram, deram-lhe origem e a nomearam (*agro* de agronomia e *ecologia*), a Agroecologia se apresenta como um campo de conhecimento interdisciplinar que considera e engloba os campos da sociologia, da antropologia, das ciências ambientais, da ética e da economia (FRANCIS et al., 2003). Talvez, por isso, atualmente um conceito bastante difundido é o que define a Agroecologia por uma tríade enquanto disciplina científica, prática agrícola e movimento social ou político (WEZEL et al., 2009). Dessa maneira, a proposta agroecológica tem sido apresentada como uma possibilidade de instituição de uma ciência em diálogo com saberes práticos e com propostas políticas de ação em direção à construção de novos mundos possíveis. Talvez, por conta disso, uma discussão emergente nos estudos de Agroecologia se refira à compreensão e à instituição de *processos de transição*.

Alguns trabalhos têm apontado esta terminologia como forma de operacionalizar sistemas agroecológicos. Isso porque esses estudos demonstram que agroecologia não se refere a um conjunto de práticas que possam ser implementadas sem que os agricultores compreendam que as mesmas se vinculam a novas bases de significação (CAPORAL, 2011; SCHIMIT, 2013; BOTELHO, CARDOSO, OTSUKI, 2016). Por isso, o termo *transição* se refere a um gesto de abandono paulatino de práticas não agroecológicas (e portanto agressivas ao meio ambiente, despreocupadas em relação à saúde das pessoas e desvinculadas das condições sociais de quem produz) para um gesto de mudança, voltado à adoção de práticas agroecológicas (que propõem um bem viver, uma preocupação sistêmica entre produção, alimentação e bem-estar social). Assim, percebemos que o fenômeno da transição agroecológica pode ser entendido a partir de algumas noções trabalhadas pelo antropólogo Tim Ingold (2000), detalhadas a seguir.

3.3. A perspectiva do habitar por Tim Ingold

Ao explicar os objetivos do seu estudo em *The perception of the environment (A percepção do ambiente)*, Tim Ingold (2000) se confessa incomodado com os rumos da ciência “que renegou senso de responsabilidade democrática e compromisso original de engrandecer o escopo do conhecimento humano para se tornar subserviente às demandas do complexo industrial-militar”. O autor conta ter se direcionado para a

Antropologia por sentir que este campo do conhecimento aproximava, ou “diminuía o *gap*”, entre as artes e humanidades e a ciência. Mas não tardou em perceber as “fraturas” da Antropologia ao fazer - assim como o faz a academia, o pensamento e a ciência ocidental, de forma geral - a separação entre os “dois mundos”: o humano e o natural (INGOLD, 2000, p.2).

Nesse sentido, Ingold (2000) explica que seu trabalho reúne antropologia social, psicologia ecológica, biologia desenvolvimentista e fenomenologia para “revolucionar o que pensamos sobre o que é ‘biológico’ e ‘cultural’ nos humanos, sobre evolução e história, e inclusive sobre o que significa para os seres humanos – enquanto organismos e pessoas – *habitar* um ambiente” (INGOLD, 2000, grifo nosso).

Ingold (1990) critica a visão neodarwinista na qual, segundo o autor, a seleção natural perde *status* de teoria e passa a ser “estrutura axiomática constitutiva da própria ciência biológica”. As alternativas que não se acomodam com os neodarwinistas são chamadas de “rivais condenados” (INGOLD, 1990, p. 213). Segundo o autor, alguns teóricos veem a Teoria de Darwin como capaz de explicar a vida. Para Ingold (1990), o neodarwinismo oferece abertura para o que o autor chama de “modificações adaptativas”, que não são de forma alguma uma explicação da vida, e filosofa:

Vida não é algo separadamente infundido dentro da matéria inerte. É muito mais um nome para “o que está acontecendo” no campo generativo dentro do qual as formas orgânicas estão locadas e “seguras num lugar”. Assim, a vida não está ‘nos’ organismos e sim os organismos estão ‘na’ vida (INGOLD, 1990, p. 215, tradução nossa).

Nesse sentido, ao abordar como os organismos se percebem no ambiente, Ingold (2000) propõe uma perspectiva para se pensar o que significa *habitar* um espaço, elaborando uma discussão que trata da forma como animais e pessoas se “sentem em casa” (*make themselves at home*) no mundo.

O autor confessa considerar “fins” ou “metas” apenas como marcos em uma viagem (“*ends*” or “*goals*” are but landmarks on a journey). Para ele, a coisa mais fundamental sobre a vida é que ela não começa aqui e termina lá, e sim que ela está sempre *indo* (ou por que não dizer fluindo?). E sendo assim, Ingold (2000) considera que os ambientes também nunca estão completos, mas estão continuamente em construção. Por isso, considera que tanto os animais quanto os humanos estão sempre criando ambientes para si mesmos. O autor apresenta então uma proposta do que

compreende como *habitar*, questionando o que é convencionalmente descrito como “construir” e “habitar”.

Ingold (2000) revela que a base fundamental de sua perspectiva está em Heidegger e nas questões que esse teórico aborda sobre o significado dessas duas atividades: “construir” e “habitar”. Na visão hegemônica ocidental moderna, *construir* e *habitar* são vistos como ações separadas, mas complementares, numa relação de *meios para fins*, ou seja, construímos casas para que possamos habitá-las (ou, mais comum nas sociedades industriais: alguns constroem casas para que outros possam habitá-las). Dessa forma, *habitar* significa meramente ocupar uma casa, que por sua vez, significa um lugar habitável. Ingold (2000) argumenta que a construção é como um *container* para as atividades da vida e reitera os questionamentos de Heidegger ao argumentar que, embora seja construída para ser habitada, uma construção por si só não é garantia de que o *habitar* irá realmente ocorrer ali dentro.

Para explicar então o que entende por *habitar*, Ingold (2000), com base ainda em Heidegger, retoma a descrição da etimologia do verbo “*to build*” (construir) percorrendo as origens no inglês e no alemão arcaicos. Ingold (2000) revela que o significado original de *construir* (*bauen*) estava ligado ao significado de *habitar* (*buan*), mas não no sentido de habitar restrito à vida doméstica, limitado a uma esfera de atividades entre várias outras, e sim **abrangendo todas as maneiras em que um ser vive sua vida na Terra**. Sendo assim, Ingold (2000) destaca que a expressão: **“eu habito, você habita”** tem sentido idêntico a: **“eu sou, você é”**. E ainda apresenta outros dois sentidos relacionados às origens etimológicas do verbo *habitar* que são: o sentido do cuidado, da preservação e mais especificamente de cultivo do solo; e o de construir, fazer coisas, levantar e edificar. No entanto, o autor ressalta que essas duas últimas noções - de habitar enquanto cultivo e enquanto construção - parecem ter caído em desuso nos sentidos modernos de construção, e enfatiza: “Tendo esquecido como estas últimas atividades se fundamentam na moradia, o pensamento moderno então *redescobre* a habitação como a ocupação de um mundo já construído” (INGOLD, 2000, p.185, grifos originais, tradução nossa).

Ingold (2000) nos auxilia a entender então que “o sentido de construir estava dentro do sentido de habitar” e hoje é “o habitar (que) está dentro do sentido de construir”. Fundamentado pelo pensamento heideggeriano, Ingold (2000) propõe retomar a perspectiva original em que as atividades de construção – cultivar e construir -

pertencem ao nosso modo de habitar o mundo, pertencem a quem nós somos, ao nosso modo de *ser* no mundo. Ingold reproduz as palavras de Heidegger:

Nós não moramos porque construímos, mas construímos e havemos construído porque moramos, isto é, porque somos moradores . . . O ato de construir já é, em si mesmo, morar . . . *Somente se somos capazes de morar, só assim nós podemos construir* (HEIDEGGER apud INGOLD, 2000, p. 186, grifos originais, tradução nossa).

Reconhecendo o pensamento heideggeriano como base fundamental de sua perspectiva do habitar, Ingold (2000) propõe então:

As formas pelas quais as pessoas constroem, seja na imaginação ou no chão, surgem dentro da corrente das atividades em que estão envolvidas, nos contextos relacionais específicos do envolvimento prático destas com seu ambiente (INGOLD, 2000, p. 186, tradução nossa).

Nesse sentido, Ingold (2000) argumenta que o *construir* não pode ser pensado como uma forma de se traduzir algo, ou seja, “de um produto final que se originou de um *design* pré-existente trabalhado em um substrato de matéria-prima” (p.186). E, ao trazer essa argumentação para o campo das ideias, da capacidade humana de imaginar formas antes de sua implementação, Ingold (2000) elucida que mesmo a imaginação é em si mesma uma atividade realizada por pessoas reais em um ambiente de realidade, ou seja, as pessoas não transportam (a partir de um lugar exterior, de fora do mundo) para dentro do mundo suas ideias, planos ou representações mentais, uma vez que o mundo é ele mesmo a terra natal, a pátria, dos pensamentos delas. “Somente pelo fato das pessoas habitarem o mundo é que elas podem pensar os pensamentos que pensam” (INGOLD, 2000, p.186).

Ingold (2000) argumenta ainda que as construções que os organismos (humanos ou não) fazem não são prefiguradas em seus genes, mas são resultados emergentes de processos de desenvolvimento ambientalmente situados. O autor defende que, para qualquer animal, as condições ambientais de desenvolvimento são formatadas pelas atividades dos seus seres antecessores. E o mesmo se dá para os seres humanos, que crescem e se desenvolvem em ambientes mobiliados pelo trabalho das gerações anteriores, e sendo assim, eles carregam literalmente as formas de seu habitar em seus corpos – em habilidades, sensibilidades e disposições específicas, e não em seus genes. Dessa forma, Ingold (2000) argumenta que “nem é necessário invocar algum outro tipo

de veículo para a transmissão intergeracional de informação - cultural, e não genética - para levar em conta a diversidade das condições de vida humana” (p. 186).

Portanto, o *animal-em-seu-ambiente*, e não o indivíduo autônomo (elemento constitutivo de base da Modernidade), é o ponto de partida da perspectiva do *habitar* de Ingold (2000). A partir desse olhar, o autor argumenta ser possível dissolver a dicotomia ortodoxa entre *evolução* e *história* e entre *biologia* e *cultura*. Isso se, por *evolução*, entendermos a diferenciação, ao longo do tempo, nas formas e capacidades dos organismos, tendo assim que admitir as mudanças nas orientações e habilidades corporais dos seres humanos como sendo evolutivas, na medida em que são condicionadas historicamente pelo trabalho de seus antecessores. Por *variação cultural*, na visada do autor, devemos entender aquelas diferenças de conhecimento incorporado que derivam de contextos locais de desenvolvimento, e não de universalidades humanas envolvidas. Tais variações são parte ou parcela de variações do campo das relações. Sendo assim, Ingold (2000) exemplifica que não é necessário invocar um tipo de teoria, de evolução biológica, para explicar a transição de “ninho para cabana” e um outro tipo de teoria, de história cultural, para dar conta da transição de “cabana para arranha-céu”. Nessa perspectiva, a história é em si mesma reconhecida como um processo evolutivo, o ponto de origem constituído pela interseção do evolutivo e do histórico desaparece e a pesquisa pela primeira cabana – pelos começos da arquitetura, da história e da humanidade verdadeira – passa a ser uma busca após uma ilusão (p.187).

Dialogando Ingold (1990; 2000) com os teóricos da Agroecologia, podemos compreender que a Agroecologia constrói uma visão diferenciada em comparação à perspectiva moderna ocidental no que diz respeito ao lugar que os seres humanos ocupam no ambiente, da relação destes com a natureza e com a vida, da forma como *habitam o mundo*. Por tudo isso, em muitos estudos sobre Agroecologia, o termo “transição agroecológica” aparece como gesto fundamental à operacionalização de seus princípios. No entanto, muito antes do que um processo unicamente voltado às formas de manejo de recursos naturais e de produção agropecuária, a *transição*, apontada nos estudos sobre Agroecologia, insinua-se como uma *transição epistemológica*, ou seja, uma transição eminentemente de pensamento, de paradigma e de significação junto às formas de se habitar, de entender e de praticar o mundo.

Sendo assim, ainda que muitos estudos agroecológicos que trabalham com a temática da transição²⁷ não evidenciem a problemática da crise da Modernidade, nem se vinculem explicitamente ao campo de reflexões recentes das ciências sociais²⁸, os mesmos tratam inevitavelmente de um fenômeno que propõe uma nova maneira de relacionar conhecimentos, de se construir alternativas, soluções e práticas voltadas a responder questões e problemas trazidos pela Modernidade, muitos deles calcados nos efeitos causados pelo desenvolvimento industrial em larga escala, sobretudo (mas não apenas) no que tange aos contextos rurais de vida e de ação.

Para reforçar essa reflexão - que se pode construir no diálogo entre as questões a que a Agroecologia nos convoca e as propostas de transição para outros modos de vida alternativos ao sistema moderno hegemônico - no que se refere à forma como entendemos e praticamos a ação de *habitar* o mundo, trazemos no próximo tópico a *Epistemologia do Sul*, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007).

3.4. *Epistemologia do Sul* e Agroecologia: percebendo as ecologias dos saberes, das temporalidades, do reconhecimento, da transescala, das produtividades na proposta de uma transição

Ao nos convocar para reinventar a emancipação social, Santos (2007) defende que “não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas” (SANTOS, 2007, p.20).

Na proposta que nos apresenta, Santos considera que a compreensão do mundo pode (e deve) ser muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo, e por isso é chamada de *Epistemologia do Sul*, ou seja, proveniente dos países periféricos e

²⁷ Neste sentido, vale mencionar a obra de Francisco Roberto Caporal, referência relevante para o estudo da Agroecologia, no Brasil, principalmente no que tange a seu enfoque científico e político. Em inúmeras publicações - entre livros e artigos científicos, elaborados em parceria com outros pesquisadores - o autor propõe a Agroecologia enquanto uma nova ciência do campo da complexidade (2009 b), não só para apoiar a transição a agriculturas sustentáveis (2009 a), bem como para possibilitar um processo de Desenvolvimento Rural Sustentável (2004a, 2009 c, 2009 e) no Brasil. O autor apresenta os conceitos de Agroecologia, seus princípios e perspectivas (2004b, 2011) como bases para uma Política Nacional de Transição Agroecológica, que requer, dentre outras demandas, uma atenção cuidadosa à formação de Extensionistas Rurais Agroecológicos (2009c, 2009e). E, para a elaboração da Política, o autor sugere a construção e implementação de um Plano Nacional de Transição Agroecológica (2009d) – gesto esse que, curiosamente, foi materializado no Brasil a partir do PLANAPO.

²⁸ Vale lembrar o Estado da Arte na apresentação dessa dissertação, que traz o enfoque de estudos mais recentes.

semiperiféricos do sistema mundial, fora dos centros hegemônicos. O autor reconhece que o mundo não tem realmente um sentido único; sendo assim, não pode ter um sentido que seja distribuído, criado, desenhado, concebido no Norte e imposto ao restante do mundo, onde estão mais de três quartos das pessoas. A proposta da *Epistemologia do Sul* de compreensão do mundo é um processo distinto, que tem consequências políticas – e naturalmente teóricas - para criar uma nova concepção de dignidade humana e de consciência humana; uma nova forma de produção de conhecimento muito mais horizontal, muito mais autóctone, muito mais compartilhada (SANTOS, 2007, p.41).

O autor ressalta que muitas experiências sociais ficam desperdiçadas porque ocorrem em lugares remotos e, por isso, são hostilizadas pelos meios de comunicação de massa e, por isso, permanecem invisíveis, ou são “desacreditadas”. Santos (2007) aponta que o primeiro desafio para um processo de transição seria enfrentar esse desperdício de experiências sociais que é o mundo, e enfatiza: “embora algumas teorias digam que não há alternativas, na realidade há muitas” (SANTOS, 2007, p. 24).

Nesse sentido, o autor propõe que superemos o que ele denomina de *racionalidade indolente*. Racionalidade que ele descreve como preguiçosa, que domina no Norte, e influencia de forma hegemônica nossas maneiras de pensar, nossas ciências, nossas concepções de vida e de mundo. Assim, tal razão se considera única, exclusiva, e “que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza e a diversidade epistemológica inesgotável do mundo”. De tal sorte, essa *razão indolente* se manifesta de diferentes formas e o autor destaca duas que lhe parecem particularmente importantes: a *razão metonímica* e a *razão proléptica*. Como metonímica, a razão contrai, diminui o presente e como razão proléptica, expande infinitamente o futuro.

O autor propõe, então, uma estratégia oposta: expandir o presente e contrair o futuro. Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências, e contrair o futuro para prepará-lo. Para combater a razão metonímica, Santos (2007, p. 29) propõe uma *sociologia das ausências* e aponta cinco modos de produção de ausências em nossa racionalidade ocidental: (1) *monocultura do saber e do rigor*, por meio da qual se considera como único saber rigoroso o saber científico; (2) *monocultura do tempo linear*, que inclui conceitos como os de progresso, de modernização, de desenvolvimento e de globalização e a ideia de que a história tem um sentido, uma direção, na qual os países desenvolvidos estão na dianteira e os países que são assimétricos com essa realidade são considerados atrasados ou residuais ou ainda pré-

modernos, simples, primitivos, selvagens; (3) *monocultura da naturalização das diferenças*, por meio da qual se ocultam hierarquias e se constroem classificações como: racial, étnica, sexual, de castas (Índia) - os que são inferiores nessas classificações “naturais” o são “por natureza”, a hierarquia é tida como uma consequência de sua inferioridade; (4) *monocultura da escala dominante*, que considera somente o universalismo e a globalização: o global/universal é hegemônico; o particular/local não conta, é invisível, descartável; e (5) *monocultura do produtivismo capitalista*, que se aplica tanto ao trabalho como à natureza, a partir da ideia de que o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza, e tudo o mais não conta.

Dessa maneira, o autor propõe então a substituição das cinco *monoculturas* por cinco *ecologias*, fazendo com que as experiências ausentes se tornem presentes; são elas: (1) *ecologia dos saberes*, na qual o saber científico dialoga com outros saberes; (2) *ecologia das temporalidades*, em que se reconhece que embora haja um tempo linear, também existem outros tempos; (3) *ecologia do reconhecimento*, que propõe descolonização de nossas mentes para distinguir o que é produto da hierarquia e o que não é, para somente aceitar as diferenças que restarem depois que as hierarquias forem descartadas; (4) *ecologia da "transescala"*, a qual possibilita que se desenvolva a capacidade de trabalhar entre as escalas, articular análises de escalas locais, globais e nacionais, ver através das escalas; e (5) *ecologia das produtividades*, na qual se empreende a recuperação e a valorização dos sistemas alternativos de produção - das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogestionadas, da economia solidária etc. - atualmente ocultados pela ortodoxia produtivista capitalista.

Santos (2007) propõe ainda que uma *sociologia das emergências* possa ajudar no enfretamento da razão proléptica. Sugere uma tentativa de contrair o futuro, identificando quais são os sinais, as pistas, as latências que existem no presente e que são sinais do futuro, que são possibilidades emergentes e que são “descredibilizadas”. O autor alerta que nesse exercício poderá surgir uma enorme quantidade de realidade que não existia antes e que se deve estar atento para a questão da produção de sentido. O teórico argumenta que a diversidade do mundo é inesgotável e que não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade. Para ele, estamos em um processo de transição e, por isso, neste momento, não é necessária e nem possível, uma teoria geral. Segundo Santos (2007) necessitamos sim é de uma teoria sobre a impossibilidade de uma teoria

geral, pois muitas experiências antes invisibilizadas irão emergir, é preciso tentar uma maneira nova de relacionar conhecimentos. Nesta direção, o autor propõe um procedimento de *tradução*, que define como um processo intercultural, intersocial, no qual se traduz saberes em outros saberes, se traduz práticas e sujeitos de uns aos outros, busca-se **inteligibilidade sem “canibalização”**, sem homogeneização, sem destruir a diversidade. A tentativa deve ser de identificar o que há de comum entre os movimentos, de perceber as distinções e as semelhanças, com discernimento entre critérios cognitivos e critérios ético-políticos é o princípio fundamental de uma *Epistemologia do Sul*: “não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos. Portanto; é preciso tentar uma maneira nova de relacionar conhecimentos” (SANTOS, 2007, p.40).

3.4.1. Transição e aproximação com as fontes morais agroecológicas

A partir do que foi abordado até aqui, propomos aproximar então a Agroecologia - vista enquanto ecologia dos sistemas alimentares (Francis et al., 2003) e enquanto ciência, prática e movimento social (Wezel et al., 2009) - às propostas de Boaventura de Sousa Santos difundidas na *Epistemologia do Sul*. Nosso intuito aqui é demonstrar como as *ecologias* propostas pela *sociologia das emergências* estão presentes nas fontes morais agroecológicas, ao mesmo tempo em que as *monoculturas* impostas pela razão indolente ocidental e percebidas na *sociologia das ausências* podem ser evidenciadas nas fontes morais não-agroecológicas.

Separamos a demonstração em dois quadros, que se seguem:

AS MONOCULTURAS E AS FONTES MORAIS DO SUJEITO MODERNO		
MONOCULTURAS		FONTES MORAIS MODERNAS
Monocultura do saber e do rigor	único saber rigoroso o saber científico	Solilóquios
Monocultura do tempo linear	progresso, modernização, desenvolvimento e globalização	Crença no desenvolvimento e no progresso
Monocultura da naturalização da diferença	Construção de classificações como: racial, étnica, sexual, de castas (Índia) - os que são inferiores nessas classificações naturais o são "por natureza", a hierarquia é uma consequência de sua inferioridade	Viver melhor, para os que têm mérito
Monocultura das escalas dominante	universalismo e globalização: o global/universal é hegemônico; o particular/local não conta, é invisível, descartável	Higiene, padronização e exclusão
Monocultura do produtivismo capitalista	o crescimento econômico e a produtividade mensurada em um ciclo de produção determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza, e tudo o mais não conta	Legitimidade = lucratividade e competitividade Tudo e qualquer coisa é válida se for "economicamente correta"

Quadro 21: As monoculturas e as fontes morais do sujeito moderno .

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

O quadro acima apresenta as *monoculturas* da sociologia das ausências, o que elas propõem e como condizem com as fontes morais não-agroecológicas. Já no quadro a seguir, mostramos as *ecologias* propostas na sociologia das emergências, o que abordam e como dialogam com as fontes morais agroecológicas:

AS ECOLOGIAS E AS FONTES MORAIS AGROECOLÓGICAS		
ECOLOGIAS		FONTES MORAIS AGROECOLÓGICAS
Ecologia dos Saberes	o saber científico dialoga com outros saberes	Diferença, ecologias e inclusão Diálogo: construção de pontes
Ecologia das temporalidades	embora haja um tempo linear, também existem outros tempos	Desenvolvimento sustentável = etapa transitória
Ecologia do reconhecimento	distinguir o que é produto da hierarquia e o que não é, somente aceitando as diferenças que restarem depois que as hierarquias forem descartadas	Equidade
Ecologia das transescalas	capacidade de trabalhar entre as escalas, articular análises de escalas locais, globais e nacionais, ver através das escalas	Autodependência comunitária e descentralização territorialização
Ecologia das produtividades	recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção ocultados pela ortodoxia produtivista capitalista	Decrescimento planejado, pós-extrativismo

Quadro 22: As ecologias e as fontes morais agroecológicas.

Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

Nesse sentido, percebemos que o que as ecologias propõem é uma forma alternativa de construção de conhecimento e de modo de vida, é uma outra forma de habitar o mundo alternativa à forma hegemônica praticada na atualidade.

Destarte, podemos perceber que a forma ampliada e holística como se propõe a transição agroecológica, de modo inter e transdisciplinar, abarcando de forma ampla todas as etapas do sistema alimentar, considerando toda a complexidade das relações e interações presentes neste sistema, que se dão numa rede composta pelos mais diversos atores (humanos ou não), incluindo e considerando os bens naturais e todo o ambiente, faz com que a Agroecologia se revele como um pensamento alternativo às alternativas. Não se trata de práticas ou ações pontuais, o que a Agroecologia propõe é uma mudança total, multinível, uma transição de modo de vida ou de habitar o mundo, mas que não apresenta padronização, modelos, receitas ou fórmulas de sucesso.

Dessa forma, o nosso desafio é perceber e demonstrar que já existe um conhecimento de fundo da Agroecologia, que a vincula à própria crítica da

Modernidade, num processo social de discussão e questionamento que já vem sendo construído há um certo tempo. Ainda que as fontes morais não-agroecológicas tenham de algum modo sido hegemônicas em relação às fontes morais agroecológicas, no processo de construção do PLANAPO, como foi visto no capítulo anterior - o termo Agroecologia se mostra muito notável e faz coro, de modo muito contundente, a um movimento muito maior de *habitação* do mundo, de uma nova proposta que combate as consequências da Modernidade e que explicita um antagonismo extremamente preciso em relação às fontes morais não-agroecológicas.

Portanto, o nosso objetivo não é apenas compreender porque o discurso do PLANAPO provocou mal-estar, e sim entender o processo de forma mais ampla. A nossa suspeita é a de que o antagonismo presente na fase de construção do PLANAPO não pode ser diluído no momento de seu lançamento, uma vez que ele possui bases de significação e bases discursivas que apresentam caminhos extremamente opostos às bases modernas, questionando inclusive o próprio Estado enquanto instituição. E esse processo, nesse sentido, gera mal-estar, tanto para sujeitos não-agroecológicos quanto para os sujeitos agroecológicos. E é isso que vamos tentar desvelar na análise que se segue.

3.5. Análise do lançamento público do PLANAPO: o mal-estar provocado pelo discurso

Nesta análise iremos primeiramente então procurar evidenciar o *antagonismo* presente no próprio âmbito de construção do Plano. Na sequência, demonstraremos a *falência* da articulação proposta, por meio da análise dos cortes antagônicos que emergiram no momento de lançamento do PLANAPO, empreendidos por sujeitos não-agroecológicos, pautados por forte mal-estar em relação ao Estado; e por fim, abordaremos o *mal-estar* que também emerge publicamente, por parte dos movimentos sociais, das organizações e dos sujeitos animados por fontes morais agroecológicas, ao se relacionarem com o Estado, após a instituição do Plano.

A metodologia de análise corresponde ao mesmo gesto empreendido no capítulo 2 qual seja, o uso da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (1987) como proposta de compreensão das práticas articulatórias que ocorreram em torno do PLANAPO, tomado enquanto possibilidade de significante vazio e de produção de uma hegemonia diante de grupos tão diferentes, por uma ação do Estado. Assim, nosso esforço é o de

compreender como o significativo vazio, almejado pelo Estado com o PLANAPO, foi mal sucedido, na medida em que; desde o seu próprio momento de construção, antagonismos não foram diluídos em torno de uma bandeira comum, uma vez que tal bandeira comum seria impossível, diante de fontes morais tão díspares. E o momento de lançamento expressa a falência total de qualquer tentativa de articulação em torno do PLANAPO, uma vez que o mal-estar provocado nas fontes morais não-agroecológicas pelo Plano ganhou forte repercussão na cena pública e o mal-estar que este mal-estar provocou, também foi observado nas respostas de movimentos sociais e grupos agroecológicos divulgados nas redes sociais, nesse mesmo período. Percebemos ainda, por meio da análise da “Carta Política do III ENA”, a manifestação pública de um mal-estar na relação com o Estado, nos momentos posteriores ao lançamento do PLANAPO.

3.5.1. O antagonismo

Percebemos que a articulação entre *Agroecologia* e *produção orgânica* foi estratégica desde o início do processo de elaboração do PLANAPO. Houve uma aposta nessa articulação, tanto por parte do Estado quanto por parte dos sujeitos e movimentos agroecológicos, acreditando que ela proporcionaria a legitimação social do PLANAPO.

Ainda no documento da Articulação Nacional de Agroecologia, no qual a entidade apresenta suas sugestões para a PNAP, fica evidente a intenção de se articular esses dois elementos no intuito de *potencializar* as capacidades de ambos, na busca de soluções para o problema que a PNAP se propõe a resolver. Essa intenção fica clara no trecho abaixo, que descreve o objetivo da Política desenhado pela ANA (2012):

Promover a **Agroecologia e a produção orgânica como forma de** ampliar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar camponesa e povos e comunidades tradicionais, nos campos, nas florestas e nas cidades, **potencializando suas capacidades de cumprir com múltiplas funções de interesse público** na produção soberana, em quantidade, qualidade e diversidade, de alimentos e demais produtos da sociobiodiversidade; na conservação do patrimônio cultural e natural; na dinamização de redes locais de economia solidária; na construção de relações sociais justas entre homens e mulheres e entre gerações e no reconhecimento da diversidade étnica; contribuindo para a construção de uma sociedade sustentável, igualitária e democrática (ANA, 2012).

Neste mesmo documento, podemos perceber o que Mouffe (2000; 2015) elucida a respeito da necessidade da presença do antagonismo, nas práticas que se dizem democráticas. Ao tratar da Gestão da Política, a própria ANA explicita o reconhecimento de que a “produção orgânica” por si só não representa o coletivo:

Entende-se que a estrutura de gestão e controle social constituída para os **sistemas orgânicos de produção tem atribuições e finalidades específicas, não atendendo** à necessidade de representação do **conjunto de atores da sociedade civil de que trata a PNAPO**, razão pela qual estão propostas as **instâncias próprias** da PNAPO...(ANA, 2012, p. 13, grifos nossos).

Reconhecido o antagonismo existente nota-se um cuidado, ou uma intenção, para que a democracia seja exercida. E já, desde as propostas da ANA , em abril de 2012, é feita a colocação da necessidade que a PNAPO e, conseqüentemente, o PLANAPO, criem espaços de diálogo para a *Agroecologia* e a *produção orgânica*. O reconhecimento de que estes são elementos distintos (e que carregam fontes morais, interesses e propostas distintas e até antagônicas) é evidente nos diversos documentos que registram o processo de elaboração das políticas, conforme evidenciado no trecho:

Nos espaços de diálogo das organizações sociais do campo, dois grandes movimentos nacionais foram importantes para a construção da PNAPO. **No campo da agroecologia**, os debates foram conduzidos pela **Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, Associação Brasileira de Agroecologia – ABA e Articulação do Semiárido - ASA**. **No campo da produção orgânica**, o diálogo ocorreu por meio da rede de Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação - **CPOrgs** e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica - **CTAO do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA** (MDA, 2013).

Ainda na análise do discurso construído pela articulação *Agroecologia e produção orgânica* percebe-se que o antagonismo é reconhecido pelos *policymakers* que incluem na Portaria Interministerial a necessidade de permanência das duas instituições , Câmara Interministerial e Comissão Nacional (CIAPO e CNAPO), como forma de legitimação e de controle social da política pública, conforme demonstrado no próprio texto do documento:

Art. 6º - A Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica é responsável pela articulação junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para implementação do PLANAPO -

Brasil Agroecológico, conforme previsto no inciso II, do art. 9º do Decreto nº 7.794 de 2012.

Art. 7º - A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é responsável por assegurar a participação e o controle social no acompanhamento e monitoramento das ações do PLANAPO - Brasil Agroecológico, conforme previsto no art. 7º do Decreto nº 7.794, de 2012. (BRASIL, 2013)

Temos então a CIAPO como responsável pela articulação no âmbito do Estado, junto aos e entre os órgãos governamentais, de forma a garantir que o PLANAPO seja implementado. A CIAPO é composta por representantes, titular e suplente, dos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela coordenação; Secretaria-Geral da Presidência da República; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Ministério da Pesca e Aquicultura.

Já à CNAPO (que inclui representantes de movimentos sociais, da sociedade civil, bem como de órgãos governamentais) é designada a função de assegurar a participação dos diversos *policymakers* e o controle social no que se refere às ações do PLANAPO. O Decreto institui que a mesma deve ser composta de forma paritária, por quatorze representantes dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal (sendo que três desses assentos na Comissão são reservados ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, enquanto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário cabem dois assentos e aos outros oito órgãos federais cabem um a dois assentos na comissão) e por quatorze representantes de entidades da sociedade civil. A Secretaria-Geral da Presidência da República é a responsável pela Secretaria-Executiva da CNAPO e por providenciar suporte técnico e administrativo ao seu funcionamento. O Decreto determina ainda que as reuniões da CNAPO podem acolher, a convite de sua Secretaria-Executiva, especialistas e representantes de órgãos e entidades públicas ou privadas que exerçam atividades relacionadas à *agroecologia e produção orgânica*.

Com tudo isso, percebemos que há uma tentativa de diluir o antagonismo por meio de uma lógica de equivalência, porém as fontes morais da Agroecologia e as fontes morais da produção orgânica apresentam uma disputa tão evidente que esse antagonismo não se dilui em um *agonismo* possível, em um debate possível, nem mesmo na construção possível de uma política pública. Percebemos que a própria

elaboração do PLANAPO investe na lógica de construção de um significativo vazio, mas essa articulação e esse discurso não se realizam, nem precariamente, pois no momento em que o Plano é lançado publicamente ele já sofre imediatamente um corte antagônico que o desqualifica, conforme analisaremos na seção que se segue.

3.5.2 . O corte antagônico e a falência discursiva

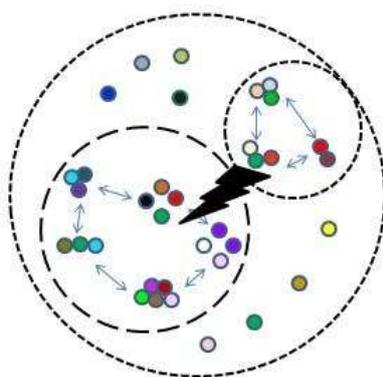


Figura 6: Corte antagônico
Fonte: Construção da pesquisa, 2017.

O marco oficial de lançamento público do PLANAPO é tido como o discurso proferido pela Presidente Dilma Rousseff, na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Brasília, no dia 17 de outubro de 2013 (MDA, 2013).

Para demonstrar a falência da tentativa de articulação entre *Agroecologia e produção orgânica* já visível no momento do lançamento oficial do PLANAPO, escolhemos um texto que teve grande repercussão na época em que foi publicado, poucos dias após o lançamento público do Plano. O texto em questão trata-se de um artigo publicado, no dia 30 de outubro de 2013, na coluna de Opinião do jornal *O Estado de S. Paulo – Estadão*, intitulado *Fadas, duendes e agricultura* de autoria do pesquisador, professor e sociólogo Zander Navarro.

Em tal texto, Navarro faz duras críticas e inúmeras desqualificações não só ao PLANAPO, como à Agroecologia, à sociedade brasileira e ao Estado. A começar pelo título: *Fadas, duendes e agricultura*, no qual o autor sugere que a Agroecologia seja “algo” do campo dos contos de fadas, irreal e inexistente, conforme ele mesmo enfatiza repetidas vezes em sua argumentação.

O texto é composto por nove parágrafos que consideramos relevante serem reproduzidos e analisados aqui. Navarro (2013) inicia o texto com ironia e já, nas primeiras linhas que escreve, demonstra o mal-estar que sente em relação ao fato do Estado “acreditar” na Agroecologia:

Poderia ser o dia da mentira, mas esse já consta no calendário. Melhor designá-lo como o dia do **assombro**. Ao lançar em 17 de outubro, com fanfarras, o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica, o **governo federal mergulha no ridículo** e, de quebra, **desmoraliza** ainda mais o que restou da antiga autointitulada esquerda agrária. É mais uma **criativa contribuição brasileira para o anedotário internacional**, pois é **histriônica** a sugestão de a **agroecologia ser o caminho tecnológico para assegurar tanto a produção como a sustentabilidade das atividades agropecuárias** (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

Navarro (2013) argumenta ver na Agroecologia uma afronta à racionalidade (moderna) e utiliza de termos como “assombro”, “mentira”, “histriônica”, “anedotário” para exprimir seu antagonismo e mal-estar em relação não apenas ao PLANAPO, mas à Agroecologia e ao Estado brasileiro ao propor uma política pública nesta direção. Na concepção do autor, além de ser uma proposta “ridícula”, ela é desmoralizante. E continua:

Na exiguidade deste espaço destaque, sobretudo, quatro aspectos. O primeiro é apontar incisivamente que **agroecologia e expressões como "práticas agroecológicas", de fato, não existem**. Para quem duvidar, fica o repto: **aponte um caso concreto, um único que seja**. Não se trata de um novo modelo tecnológico e organizativo **factível** na agricultura. **Nem é uma ciência emergente e menos ainda um movimento social**. Dessa forma, causa pasmo a pirotecnia operada a partir de algo que é **ficcional** (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

Em alguns poucos países, agroecologia aponta apenas esforços científicos multidisciplinares destinados a ecologizar a agricultura. Mas não é ciência em si mesma (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

Percebe-se que Navarro (2013) argumenta a partir de uma visão moderna de ciência e nega a possibilidade de visão da Agroecologia enquanto tal, bem como enquanto prática e movimento social. Na sequência, acusa a Agroecologia de ser um movimento exclusivamente político, de interesses políticos:

Certamente a Presidência foi induzida a erro por assessores movidos por um só objetivo: combater a moderna agricultura brasileira e, por conseguinte, confrontar politicamente o capitalismo como ordem social. Mas por que não fazem esse combate à luz do dia, como seria natural numa ordem democrática? É provável que a presidente nem tenha percebido a manipulação de setores radicalizados, descomprometidos com a pobreza rural, o ambiente e a prosperidade do País. São movidos **somente** por

objetivos políticos, mas sem nenhum verniz democrático, preferindo o jogo sujo das sombras (NAVARRO, 2013, grifo nosso).

De acordo com os conceitos difundidos sobre Agroecologia, vimos que ela abrange sim a dimensão política, mas não exclusivamente essa.

Instigante na argumentação do pesquisador é perceber que ele parece desconhecer, ou desconsiderar, todo o processo democrático, participativo e político realizado para a elaboração do PLANAPO. Independente do resultado final, que a tentativa de articulações possam ter proporcionado, conforme relatamos, houve um processo democrático, em que abriu-se espaço à sociedade civil e aos movimentos para que se expressassem e trouxessem suas reivindicações (ainda que no discurso final essas demandas possam ter sido diluídas ou ocultadas).

Uma das argumentações que Navarro (2013) constrói se refere à Agroecologia enquanto palavra sem significado, ou de significado desconhecido e infundado, sem conteúdo. E que, por isso, tem o intuito de englobar todos os modelos tecnológicos chamados “alternativos” ao “eficiente padrão moderno que organiza a agricultura em todo o mundo”, conforme suas palavras:

O plano pontifica sobre **algo que é falso** e, por isso mesmo, **o documento não define o que é agroecologia** em nenhum momento. Nem poderia, **pois não passa de uma palavra sem conteúdo** que pretende englobar os modelos tecnológicos chamados "alternativos" - e seriam **alternativos ao eficiente padrão moderno que organiza a agricultura em todo o mundo**. Escassamente adotados, esses modelos são muito diferenciados entre si e nenhuma palavra poderá abranger todos eles, sendo logicamente impossível um termo que inclua todas as facetas dos formatos já propostos. Em síntese, **temos um plano oficial ancorado em palavra cujo significado ninguém sabe**. E acreditem: até o CNPq já lançou edital, apoiado por cinco ministérios, para fomentar projetos, cursos e outras atividades centrados na **misteriosa agroecologia**. Mais ainda, recente chamada pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário oferece **espantosos** R\$ 98,3 milhões para "ampliar processos de agroecologia existentes". Impossível algo mais **absurdo** (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

No fragmento acima percebe-se claramente que Navarro (2013) defende o modelo de agricultura moderno, seus métodos, suas práticas e suas técnicas e se contrapõe à Agroecologia desqualificando-a e acusando-a de carência de suporte teórico, de racionalidade científica, trazendo termos como “palavra cujo significado ninguém sabe”, “misteriosa agroecologia”, “impossível algo mais absurdo”, empreendendo uma atitude de “canibalização” e “destruição da diversidade”, de

injustiça cognitiva e ético-política se olharmos pela perspectiva proposta por Santos (2007).

Ainda nesse sentido, em tomar a Agroecologia enquanto um “assalto à razão”, Navarro argumenta que articular *Agroecologia* e *produção orgânica* lhe causa estranhamento. Explicita um mal-estar em relação à tentativa do Estado em fazer tal articulação e reconhece e aponta o antagonismo existente entre os dois termos, evidenciando que para os sujeitos não-agroecológicos esta articulação é falha, não se sustenta:

Outro aspecto importante é que os militantes que organizaram esse **assalto à razão** incluíram o **termo de contrabando nas costas da "agricultura orgânica"**, como se fossem parentes próximos. Outra falsidade. A chamada agricultura orgânica ostenta uma longa história, normas próprias, desenvolve mecanismos de certificação, é até **legalizada e lucrativa. Seus praticantes não são anticapitalistas, como o são os que defendem a agroecologia.** É preciso separar o joio do trigo, mas o **Planalto, estranhamente, preferiu deixar-se enquadrar por ideólogos** (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

O autor realça novamente sua crença na agricultura moderna e a defende como produtora de “sustentabilidade contínua” e critica o Estado por não incentivar essa discussão:

Um terceiro aspecto a realçar é a incapacidade de nossos governantes desenvolverem uma honesta argumentação sobre tais iniciativas. Se o fizessem, seria possível iluminar esta noite escura criada e demonstrar, com números, fatos e estatísticas, que **a moderna agricultura brasileira tem observado trajetória espetacular em termos de produção e produtividade** e, como resultado, **seu desempenho ao longo do tempo tem poupado recursos naturais em vastas proporções.** Sucintamente, o desempenho produtivo da agricultura brasileira **tem produzido continuamente a sustentabilidade**, deixando assim a pergunta ainda sem resposta: por que não existe este debate? (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

Nesse sentido, aborda a “ecologização da agricultura” como um dificultador, um entrave ao progresso, uma vez que exige o desenvolvimento de sistemas de produção agrícola complexos e, desta forma, a partir dos padrões modernos, não concretizáveis. E critica mais uma vez o Estado por ignorar esse fato. Neste ponto, o autor mais uma vez esclarece o seu lugar de fala, a sua visão moderna de desenvolvimento e progresso, explicitando as fontes morais que o animam e que são antagônicas às fontes morais agroecológicas, conforme destacado no trecho abaixo:

Finalmente, há o aspecto mais relevante a ser citado, ignorado pela Presidência e pelos que fizeram a festa naquele dia. Modelos de **ecologização da agricultura**, qualquer um deles, **exigem o desenvolvimento de sistemas**

de produção agrícola complexos, combinando diversas atividades de produção vegetal e animal na propriedade. Considerações econômicas à parte, sensatos fatores agronômicos e ecológicos sustentam a tendência, mas embutem duas consequências práticas: a **gestão produtiva** do estabelecimento rural **torna-se extremamente desafiadora e requer maior uso da força de trabalho**. Por essas razões, **na prática não são modelos concretizáveis**. As famílias rurais desejam o melhor da tecnologia, mas uma crescente complexidade de manejo é para raros agricultores. A **lógica da produção moderna requer certa uniformidade, facilitando a administração**. E quanto ao fator trabalho, os fatos são preocupantes, pois a oferta de mão de obra está caindo em todas as regiões rurais e seu preço, subindo. Por isso, modelos de agricultura ecológica podem ter o seu lugar, mas **jamais deixarão de ser nichos de mercado**. Sua generalização não é viável (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

Destarte, nas explicitações de Navarro (2013) percebe-se que os sujeitos que não compartilham de uma intenção agroecológica só consideram a possibilidade de existência da Agroecologia se tomada por uma visão de mercado e, mesmo assim, enquanto um *nicho* de mercado.

Para finalizar então suas colocações, Navarro (2013) desqualifica novamente os sujeitos agroecológicos, ao afirmar que carregam a “alegria inconsequente dos adolescentes” e os “genes da ignorância”:

Tudo isso é **inacreditável** e nos deixa diante de um dilema: podemos assumir que o País e seu povo são mesmo parte de uma comédia permanente e, assim, deveríamos "vestir" **a alegria inconsequente dos adolescentes**. Ou, contrariamente, somos tomados pela melancolia, pois seríamos um povo sujeito à condenação eterna e os genes da **ignorância** fariam parte de nossa estrutura de funcionamento desde sempre (NAVARRO, 2013, grifos nossos).

Podemos concluir então, a partir das considerações discursadas por Navarro (2013), que para os sujeitos que não trazem uma intenção agroecológica (conforme caracterizamos no capítulo 1 desse trabalho), a Agroecologia se mostra como uma ameaça à própria razão científica. Por isso, ao perceberem-na como uma ameaça à racionalidade, acusam-na de conhecimento carente de conteúdo científico, destinado a criar um ilusionismo público. Assim, na busca de compreender o incômodo que a Agroecologia provoca socialmente, as reações de Navarro (2013) são muito preciosas no sentido de indicar que um dos epicentros desse mal-estar se refere ao mal-estar causado pelo distanciamento agroecológico de uma supostamente segura e infalível racionalidade científica, base da própria Modernidade.

Para nos auxiliar na compreensão desse mal-estar, recorreremos a Michel Foucault, autor importante no pensamento contemporâneo, e que conforme destaca

Torre e Amarante (2012, p. 42) “contribui para problematizar como **a questão da Razão é o fio condutor na constituição da subjetividade ocidental**”. Em sua obra *História da Loucura*, o autor ressalta:

No começo do século XIX, a **loucura passa a ser percebida** menos em relação ao erro do que **em relação à conduta regular e normal**; ela aparece não mais como julgamento perturbado, mas **como perturbação na maneira de agir, de querer, de ter paixões, de tomar decisões e de ser livre** (FOUCAULT, 1978, p. 54, grifos nossos).

Assim, Foucault (1978) nos auxilia a compreender os modos e as operações de sentido por meio dos quais determinados fenômenos são taxados de insanos, na medida em que perturbam a normalidade e a “ordem regular das coisas”. Dessa forma, Foucault (1978) constrói uma problematização das relações entre loucura e (des)razão a partir de um novo entendimento sobre o estatuto da racionalidade, sobre o qual, referenciando-se no autor, Torre e Amarante (2012) enfatizam: “a constituição da racionalidade cartesiana e da crença na ciência como base dos nossos modos de existência e formas de sentir e estar no mundo (...) produziu efeitos que nos atravessam ainda hoje” (TORRE e AMARANTE, 2012, p. 47).

Nesse sentido, Foucault (1978) argumenta que, a partir de Descartes, a problemática da loucura foi colocada numa região de exclusão, de modo que, aquilo que se chama de desvio ou loucura, deve ser colocado num espaço de exílio em relação ao “bom-senso” e à razão do homem moderno: “Se o homem pode sempre ser louco, o pensamento, como exercício de soberania de um sujeito que se atribui o dever de perceber o verdadeiro, não pode ser insensato” (FOUCAULT, 1978, p.54). De tal sorte, o autor argumenta que o pensamento cartesiano estabelece uma “linha divisória” que torna impossível a *Razão irrazoável* ou um *razoável Desatino*, tão comum à Renascença. Foucault (1978) caracteriza tal processo como “o advento de uma *ratio*” e destaca:

(...) mas é inquietante que a história de uma *ratio* como a do mundo ocidental se esgote no progresso de um ‘racionalismo’; ela se constitui em parte equivalente, ainda que mais secreta, desse movimento com o qual o desatino mergulhou em nosso solo a fim de nele se perder, sem dúvida, mas também de nele lançar raízes (FOUCAULT, 1978, p. 54).

Por isso, Foucault (2003) reforça essa oposição entre razão e loucura como um princípio de exclusão, por meio do qual visualiza uma *separação* e uma *rejeição*. O autor argumenta que “desde a alta Idade Média, **o louco é aquele que cujo discurso**

não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida...” (FOUCAULT, 2003, p.10, grifos nossos). Assim, naquela época, era por meio das palavras proferidas que se reconhecia a “loucura do louco”, em meio às quais, segundo Foucault (2003), se exercia a *separação*, de modo que essas palavras não eram recolhidas nem escutadas. Sendo assim, o autor nos fala de três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso da loucura: a *palavra proibida*, a *separação da loucura* e a *vontade de verdade*.

As grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como aparição de novas formas na vontade de verdade (FOUCAULT, 2003, p.16).

Essa vontade de verdade é, segundo o autor, apoiada por um suporte institucional, bem como reforçada e reconduzida por um conjunto de práticas tais como: a pedagogia, o sistema dos livros, as bibliotecas, a edição, a sociedade de sábios e os laboratórios de hoje. “Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2003, p. 17). De tal sorte, Foucault (2003, p.18) crê que “essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre outros discursos – sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”.

As ideias de Foucault nos ajudam a compreender porque à Agroecologia são atribuídos gestos de *separação* e de *rejeição*, uma vez não reconhecida (e ironizada) por certos grupos científicos, por sujeitos que não compartilham de uma intenção agroecológica. Essa perturbação na normalidade e esse consequente incômodo que a Agroecologia provoca são expressados, sobretudo, por meio da construção de discursos que desqualificam a condição de sujeito, uma vez que se nega a capacidade de racionalização, de pensar, de construir sentidos. A desqualificação se dá em relação à capacidade racional desses sujeitos de entenderem o mundo. E sendo assim, o que se empreende não é uma marginalização ou periferização dos sujeitos agroecológicos, mas é, sim, uma desqualificação destes enquanto sujeitos, ou, por outros termos: a construção de uma inexistência.

Vimos, a partir das colocações de Navarro (2013), que o que se coloca em questionamento não é o lugar da Agroecologia, se ela é periférica ou não em relação à produção orgânica. É mais que isso. O que se argumenta é que a Agroecologia não existe, não pode existir. O corte antagônico que se empreende vem para desqualificar o

lugar do sujeito agroecológico, vem negar a sua existência. E por isso, recorremos a Foucault (1978; 2003) nesse momento, porque é ele quem aborda essa questão, que nos mostra que é o louco aquele que não existe socialmente²⁹. O louco, na visão moderna, é aquele com quem fingimos uma realidade, entramos na loucura dele para que com ele possamos conviver, porque ele não tem condições de tomar decisões por si mesmo, porque ele tem sua racionalidade afetada. E é isso, exatamente, o que percebemos na argumentação de Navarro. O mal-estar que expressa tem uma ligação com a racionalidade, e a racionalidade, por sua vez, é uma característica central do *self* pontual, do sujeito moderno. É por meio da racionalidade que o sujeito é capaz de calcular, de medir, de mensurar, de explorar a natureza e transformá-la em bens. Quando o ser humano afeta essa capacidade de intervir no mundo com um outro tipo de racionalidade (SANTOS, 2007; INGOLD, 2000; ACOSTA, 2016) é tido pelo sujeito animado por fontes morais modernas como insano, louco, irracional, ignorante.

3.5.3. O mal-estar provoca mal-estar

É importante ressaltar que todo esse ataque à Agroecologia e antagonismo expressado pelos sujeitos modernos em relação aos sujeitos agroecológicos, bem como a crítica direta ao Estado por “acreditar” e apostar na Agroecologia provocaram profundo mal-estar por parte dos sujeitos animados por fontes morais agroecológicas. Destacamos a seguir alguns trechos das “respostas a Zander Navarro” que foram publicadas nas redes sociais. Seleccionamos a publicação do site www.terraesentidos.org, do dia 6 de novembro de 2013, na qual a bióloga e indigenista Maíra Taquiguthi Ribeiro faz uma breve crítica ao artigo de Navarro, publica-o na íntegra e na sequência publica três respostas, cujos autores são Gervásio Paulus, José Maria Gusman Ferraz e Roberto Malvezzi (Gogó)³⁰. Essas respostas nos auxiliam a

²⁹ No capítulo 1, ao abordar o mal-estar da pós-modernidade, com Bauman, trouxemos essa questão da exclusão social com o enfoque no consumismo: aqueles que não existem socialmente são aqueles que não possuem poder de consumo. Longe da intenção de se fazer uma “salada de autores”, mas o próprio Bauman cita esta abordagem de Foucault que trazemos aqui. Sabemos da complexidade do pensamento foucaultiano, mas nessa análise específica não houve como nos eximir das contribuições que Foucault nos traz nesse momento para a compreensão das questões que vêm à tona no momento em que a Agroecologia vem a público com o lançamento do PLANAPO.

³⁰ Reproduzimos aqui a apresentação que a autora da postagem faz, referente aos autores, ao final de cada texto: Gervásio Paulus é Diretor Técnico da Emater-RS e presidente do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, a realizar-se em Porto Alegre-RS, 25 a 28 de novembro de 2013; José Maria Gusman Ferraz é Conselheiro da AOA (Associação de Agricultura Orgânica) Diretor da ABA (Associação

perceber a falência da articulação entre *Agroecologia* e *produção orgânica* – nosso objetivo nessa seção, reforçando a evidência do antagonismo existente e a impossibilidade de equivalência entre os dois elementos em questão.

O que eu estranho é que seu argumento é de uma estupidez ousada. Vivemos numa sociedade global afundada em uma crise econômica, financeira, ambiental, social e alimentar, na qual **só quem não quer, não vê que é necessário mudar muita coisa, começando pela forma de produzir alimentos** (...)

Reconhece como única e hegemônica forma de produção, o agronegócio, nem que seja um **“agronegócio orgânico”**.

É um discurso retórico, teórico, já que o agronegócio, por si só é um sistema excludente, e **o próprio capitalismo assume que necessita da agricultura familiar camponesa** – aquela baseada na mão de obra familiar, em poucos insumos e capital – para produzir o que não compensa, em matéria de lucro, ser produzido pela agricultura empresarial, ou o agronegócio. Como sociólogo rural, há de saber que o sistema capitalista explora o camponês como explora o operário, dentro das suas especificidades, e que **é ilusão dizer que a agricultura familiar um dia a de se tornar um “agronegócio”,** como se fosse uma **escala evolutiva da agricultura** – que, convenhamos, é um conceito bem démodé. Mas isso é papo da “esquerda agrária” (RIBEIRO, 2013, grifos nossos).

A defesa do modelo moderno de agricultura, representada fortemente no Brasil pelo agronegócio, também causa mal-estar nos sujeitos agroecológicos:

Esta “moderna agricultura brasileira” que faz referência no seu artigo levou o Brasil a ser o maior consumidor de agrotóxico do mundo levando veneno em nosso prato e contaminando águas solos e pessoas, e só em royalties de sementes transgênicas paga bilhões de reais por ano. A sua afirmação de “descomprometidos com a pobreza rural, o ambiente e a prosperidade do País” fica um tanto comprometida quando se olha sobre este aspecto não acha? (FERRAZ, 2013).

Um outro mal-estar que percebemos por meio das “respostas a Zander Navarro” se refere à questão da legitimação científica esperada para fundamentar uma argumentação. Embora Navarro acuse a Agroecologia de carência ou esvaziamento científico, o mesmo não apresenta nenhuma fundamentação teórica neste sentido para

Brasileira de Agroecologia), Professor do Curso de mestrado em Agroecologia PPGADR UFScar e pesquisador da Embrapa; Roberto Malvezzi (Gogó) possui formação em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Atua na Equipe CPP/CPT do São Francisco.

balizar suas colocações. Isso causa profundo mal-estar nos sujeitos agroecológicos, conforme evidenciado nos trechos que se seguem:

A AGROECOLOGIA como afirma ele ser “histriônica a sugestão de ser o caminho tecnológico para assegurar tanto a produção como a sustentabilidade das atividades agropecuárias” não é o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica que “inventou”, mas foi a **FAO**, que em uma publicação recente **apontou a AGROECOLOGIA como a única forma de frente as mudanças climáticas, garantir a segurança alimentar, no mundo**. Será que ela também faz parte do anedotário, não nacional, mas internacional por fazer tal afirmação? (FERRAZ, 2013).

Falta-lhe leitura sobre o tema pois a palavra AGROECOLOGIA que o Sr. afirma que “ não passa de uma palavra sem conteúdo” está bem definida em vários documentos, como por exemplo o “Marco referencial de Agroecologia da Embrapa” elaborado por pesquisadores desta conceituada Empresa que o Sr. conhece muito bem , assim como toda a sociedade brasileira, e que não caracteriza por abrigar a “antiga esquerda agrária” como é taxado em seu artigo quem trabalha com este conceito (FERRAZ, 2013).

A partir do que nos trouxe Foucault compreendemos que, para os sujeitos animados por fontes morais modernas, conforme vimos no texto de Navarro, a Agroecologia trata-se de um termo do campo da loucura, ou seja, não passível de credibilidade, de legitimação, uma palavra que não pode ser considerada, uma palavra proibida. Sendo assim, isso nos leva a inferir que somente o senso comum basta para justificar a rejeição e a exclusão que se deve proceder perante a essa palavra e para considerar que o governo brasileiro ao legitimar uma política pública de Agroecologia só pode ter sido “induzido ao erro”. Todo o processo democrático é desconsiderado, conforme realçado nas respostas:

Da mesma forma, fica difícil aceitar a sugestão de que a presidenta Dilma tenha sido “induzida a erro por assessores”, considerando que no ato de lançamento estavam presentes nada menos que o Secretário-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, dos ministros Pepe Vargas (MDA) Tereza Campello (MDS), Antônio Andrade (MAPA), Isabela Teixeira (MMA), Manoel Dias (MTE) e representantes de centenas de organizações sociais, além dos mais de 1200 delegados e convidados participantes da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PAULUS, 2013).

(...) chegando ao ponto de tentar desconstituir o **esforço interinstitucional sério – e com ampla participação do governo e da sociedade** – que resultou na criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PAULUS, 2013, grifos nossos).

O Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica lançado pelo governo federal foi construído não por assessores e nem de afogadilho,

mas pela sociedade organizada, envolvendo a agricultura familiar, e um grupo inter e trans disciplinar e pasme até sociólogos como o Sr. em um **trabalho de mais de dois anos, e não com verniz democrático mas de cerne democrático** (FERRAZ, 2013, grifos nossos).

Há quem prefira ver nesse avanço, envolvendo um esforço conjunto de vários ministérios, instituições de pesquisa, extensão rural, organizações de agricultores e da sociedade civil, apenas uma abstração, com recurso a fadas e duendes, **ignorando olímpicamente evidências empíricas e conceituais** que demonstram a seriedade e relevância do tema, **reconhecido inclusive pela FAO**. Por limitação de espaço, citarei apenas um documento, **produzido** pela própria **Embrapa** (para mencionar uma **instituição que, rigor, não pode ser acusada de difundir conceitos vazios de conteúdo**), o **Marco Referencial de Agroecologia** (PAULUS, 2013, grifos nossos).

A resposta de Paulus (2013) nos ajuda a compreender o por quê do incômodo: com o PLANAPO, a Agroecologia ganha visibilidade social.

O lançamento recente do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, pela presidenta Dilma Roussef, no dia 17 de outubro, **coloca pela primeira vez o tema da Agroecologia e da Produção Orgânica num patamar de visibilidade e importância semelhante ao de outras políticas públicas nacionais** voltadas para a agricultura, que não têm essa perspectiva e que já estão historicamente consolidadas (PAULUS, 2013).

E as colocações de Ribeiro (2013) reforçam como, mesmo tão pequena diante do agronegócio, a Agroecologia incomoda, é tida como uma ameaça, como inimiga:

Inacreditável é seu ódio contra um Plano do governo que apoia práticas agroecológicas (essas que não existem) e que, inclusive, não é nada perto do apoio, subsídio e poder que o agronegócio tem dentro do governo. E mostra que **trata-se sim de um embate e qualquer pequena conquista de um lado é tido como uma ameaça pelo outro, mesmo que este outro esteja com o legislativo e o executivo no colo** (RIBEIRO, 2013)

As “respostas a Zander Navarro ” nos auxiliam a compreender como as críticas que o autor constrói não são propriamente fundamentadas cientificamente, mas fruto das fontes morais que o animam enquanto um sujeito moderno. Curiosamente no discurso que constrói e tenta impor como verdade absoluta, acusando a Agroecologia de carência de fundamentação científica e de irracionalidade, o próprio Navarro não apresenta nenhum dado científico para fundamentar suas colocações. Isso nos sugere que, em sua concepção, essa fundamentação não deve ser necessária, uma vez que está lidando com uma “palavra proibida”, conforme a abordagem foucaultiana. *Agroecologia* é “coisa de

louco”. Percebemos que sua argumentação é construída em torno apenas do mal-estar que a *Agroecologia* lhe provoca e muito atribuído ao que considera absurdo, a começar pela possibilidade de “uma palavra proibida” nomear um plano, uma política pública instituída pelo Estado. O discurso de Navarro comprova a força que esse termo carrega, força tal que é capaz de provocar tamanho mal-estar naqueles que se identificam com as fontes morais modernas.

3.5.4 O mal-estar agroecológico

O lançamento do PLANAPO, conforme já falado, é tido como um marco importante no que tange às conquistas sociais democráticas junto ao Estado brasileiro. O PLANAPO simboliza a entrada da Agroecologia na agenda das políticas públicas e no discurso do Estado (ainda que de forma precária e contingente).

Porém, conforme investigamos e demonstramos, essa *entrada* se deu somente nos nomes da política (PNAPO) e do plano (PLANAPO). Todo o esforço de se trazer os princípios agroecológicos parece ter se diluído no decorrer da elaboração do Plano.

Em 2014, ano seguinte ao lançamento do PLANAPO, foi realizado o III Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, em Juazeiro, na Bahia. Neste evento foi construído a “CARTA POLÍTICA DO III ENA”, documento no qual os participantes são assim autocaracterizados:

Com o público de mais de 2.100 pessoas vindas de todos os estados brasileiros, fizeram-se representar trabalhadores e trabalhadoras do campo, portadores de diferentes identidades socioculturais (agricultores familiares, camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de côco, caatingueiros, criadores em fundos de pasto, seringueiros), técnicos, professores, pesquisadores, extensionistas e estudantes, além de gestores públicos convidados. Com a presença majoritária de trabalhadores e trabalhadoras rurais, nosso encontro alcançou participação paritária entre homens e mulheres, contando também com expressiva participação das juventudes (CARTA POLÍTICA III ENA, 2014).

Neste documento não é feita uma avaliação específica do PLANAPO, mas em várias colocações são feitas observações, críticas e sugestões para uma maior efetividade da política em relação àquilo que ela inicialmente se propunha.

Percebemos que há uma manifestação de mal-estar em relação ao Estado, por parte dos sujeitos agroecológicos. Embora reconheçam a PNAPO como uma conquista

social e o PLANAPO como um instrumento importante no diálogo com o Estado, ao mesmo tempo apontam muitas lacunas e até mesmo injustiças e violências cometidas pelo Estado ou com a conivência e apoio deste. Destacamos a seguir alguns fragmentos da Carta Política do III ENA que demonstram esse mal-estar.

De início percebemos que há o reconhecimento da PNAPO e do sistema participativo paritário na CNAPO como conquistas que inauguram a possibilidade de diálogo dos sujeitos agroecológicos com o Estado. Demonstra-se também uma visão positiva quanto à iniciativa governamental de abrir a Lei de Ater para o enfoque agroecológico:

As caravanas territoriais e os depoimentos e debates ocorridos no III ENA tomaram como referência positiva a conquista da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e a constituição, em sistema paritário entre governo e organizações sociais, da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) como instrumentos importantes na **inauguração de um canal institucional de diálogo entre o Estado e as organizações da sociedade civil em torno à permanente negociação política para o desenvolvimento rural**. Foram consideradas igualmente positivas a iniciativa governamental para a promulgação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e o estabelecimento de novos formatos para a organização da Ater, abertos ao enfoque da agroecologia, reconhecendo o ativo papel que têm desempenhado as organizações da sociedade civil na promoção do desenvolvimento rural e democratizando o acesso delas aos recursos públicos, através de mecanismos transparentes de financiamento (CARTA III ENA, 2014).

No entanto, percebe-se a manifestação de um profundo mal-estar em relação ao Estado brasileiro no que se refere à aliança existente entre o Estado e o agronegócio, que pode ser constatada na crítica à ausência da reforma agrária e de outras questões fundiárias na agenda da PNAPO:

Por outro lado, nossos debates denunciaram veementemente a aliança entre o Estado brasileiro e as forças que sustentam e se beneficiam do modelo social e ambientalmente criminoso do agronegócio, cuja estratégia está voltada a subjugar os territórios e os povos que neles habitam aos interesses do grande capital industrial, financeiro e agrário. **A interrupção dos assentamentos de reforma agrária e ausência dessa agenda na Pnapo** significa, para nós, uma expressão dessa aliança. Consideramos que **não há agroecologia sem a democratização da terra pela reforma agrária e sem o reconhecimento dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais** (CARTA III ENA, 2014, grifos nossos).

Evidencia-se, mais uma vez, que o agronegócio é o inimigo declarado, que a Agroecologia se opõe totalmente a ele, e que os sujeitos agroecológicos veem a si mesmos como forma de resistência:

As experiências agroecológicas e o adensamento das forças sociais que as sustentam tornam cada vez mais evidente que **o agronegócio constitui hoje o principal obstáculo para a efetivação da agroecologia como um projeto para a sociedade**. Nossas análises não deixam dúvidas sobre a **incompatibilidade da coexistência entre a violência e o autoritarismo sociocultural, técnico e ambiental do agronegócio e a proposta agroecológica** fundada na eficiência econômica, na equidade social, no equilíbrio ambiental e na democratização do acesso aos bens comuns (CARTA III ENA, 2014, grifos nossos).

A Carta demonstra haver um reconhecimento em relação a avanços no diálogo com o poder público, mas nela é destacado que ainda permanecem grandes lacunas e demandas em aberto no que se refere a políticas públicas que considerem as especificidades de cada bioma e territórios etnoculturais do país:

Ao reconhecermos os avanços alcançados no diálogo com o poder público, permanecem grandes problemas de implementação de propostas de políticas que considerem as especificidades de cada bioma e territórios etnoculturais do país. As conquistas para a sociobiodiversidade estão no reconhecimento e criação das unidades de conservação de uso sustentável (Resex, RDS) e projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (PAE, PDS e PAF), na garantia de infraestrutura e serviços adequados à especificidade dessas populações, no acesso a mercados institucionais, na valorização dos produtos da sociobiodiversidade, no reconhecimento da autodeclaração das comunidades como afirmação de sua identidade territorial (Idem, p. 6).

A questão fundiária, de acesso à terra, ignorada pelo Estado brasileiro e o apoio deste às corporações do agronegócio e dos grandes empreendimentos que operam sob o modelo de desenvolvimento hegemônico causador de injustiças e conflitos ambientais, são também mal-estares trazidos à discussão:

Não há agroecologia sem a garantia de que os trabalhadores e trabalhadoras do campo permaneçam em suas terras com autonomia e dignidade. Esse direito, porém, é crescentemente ameaçado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico, que em nome de uma visão estreita de progresso e da busca desenfreada de lucros, oculta e agrava injustiças e conflitos socioambientais em todo o país. Inúmeros depoimentos de agricultores, movimentos sociais e pesquisadores apontam para um acirramento das disputas por terra no país em função da expansão das atividades intensivas no uso dos recursos naturais, como o agronegócio, a mineração, a exploração e refino de petróleo, bem como a construção de infraestruturas, incluindo hidrelétricas, ferrovias, minerodutos e a transposição do rio São Francisco. Tais disputas têm gerado processos de reordenamento normativo favorecedores do acesso irrestrito desses setores econômicos aos territórios, em detrimento dos direitos territoriais, culturais e à saúde das comunidades tradicionais e camponesas. **Diante dessas disputas, o Estado vem sistematicamente atuando como parceiro das corporações do agronegócio e dos grandes empreendimentos**. As injustiças e conflitos ambientais gerados por esse modelo operam segundo um padrão recorrente: envolvem o uso violento da força policial; a intensificação das desapropriações compulsórias e reintegração de posse; a flexibilização da legislação ambiental e de proteção dos direitos territoriais, através de processos de licenciamento ambiental favoráveis aos empreendedores; ameaças e, como consequência, assassinatos

de indígenas e lideranças camponesas, inclusive mulheres; a criminalização dos povos tradicionais e camponeses, dos movimentos sociais e ambientalistas; a sistemática destruição dos ecossistemas, solos, águas e da biodiversidade, dentre outros (Idem, p.7).

Dessa forma, expressam o incômodo da ausência de políticas públicas e ações estatais que possam fortalecer as articulações sociais na luta pelo respeito aos sujeitos políticos da agroecologia e que garantam a proteção dos direitos fundamentais às comunidades e povos atingidos. Assim, reivindicam ao Estado que incorpore ao PLANAPO questões ligadas aos conflitos e à defesa desses direitos:

Consideramos estratégica a ampliação da articulação entre movimentos sociais, redes, ONGs, entidades de classe e o conjunto da sociedade para **fortalecer a autonomia, a organização e o respeito aos sujeitos políticos da agroecologia**, potencializando suas iniciativas de resistência e de formulação de alternativas. Para isso, **é fundamental a instituição de políticas e a efetivação de ações práticas que garantam a proteção dos direitos fundamentais das comunidades e povos atingidos**. Cabe destaque ao papel desempenhado pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental e por instrumentos político-pedagógicos como o Intermapas, **sendo também estratégico pautar o tema dos conflitos e da defesa dos direitos no Planapo** (Idem, p.7).

Um dos grandes mal-estares que animou a articulação entre Agroecologia e produção orgânica é a questão do uso de agrotóxicos. Percebemos que este mal-estar ainda persiste e pouca coisa (ou nada) mudou na ação do Estado em relação a isso, como podemos ver no trecho que se segue:

A situação do uso de agrotóxicos no Brasil é absolutamente insustentável e inaceitável, sendo necessário ser urgentemente revertida. O Brasil não pode continuar sendo o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O modelo de desenvolvimento do agronegócio é dependente de fertilizantes e venenos agrícolas, sendo uma das formas de violência deste modelo com todas as formas de vida. São muitos os casos de intoxicação por agrotóxicos, de câncer, de suicídios, de alteração hormonal das mulheres e de desenvolvimento de crianças e adolescentes, além de vários outros impactos na saúde que produzem muito sofrimento. **Quando denunciarmos as relações entre o uso de agrotóxicos e adoecimento somos perseguidos e ameaçados**. O escandaloso aumento do uso de agrotóxicos, relacionado também com a liberação de sementes transgênicas, aparece nos alimentos, na contaminação de animais e plantas, solos, ar e das fontes e mananciais de água que servem de consumo humano. **É impossível avançar na construção da agroecologia, em experiências e iniciativas de abastecimento de produtos agroecológicos sem que essa situação seja revertida**. Além de ser uma **questão de saúde pública e de segurança nacional**, os **agrotóxicos ameaçam a vida no planeta**. Por essa razão reafirmamos que não existe uso seguro de agrotóxicos. **É necessário combater a ideia da existência de níveis aceitáveis de contaminação** dos alimentos, da água e do corpo dos trabalhadores e trabalhadoras. Queremos o imediato fim da pulverização área e o banimento dos agrotóxicos proibidos em outros países. Exigimos o fim da isenção fiscal aos agrotóxicos e a destinação dos recursos arrecadados para o

fortalecimento da agroecologia e a recuperação de ecossistemas degradados. Não aceitamos o relaxamento da legislação e tampouco o desmonte das instituições de regulação e controle dos agrotóxicos. São obrigações da Anvisa e do Ibama proteger a saúde da população e do ambiente. Precisamos reforçar em todas as oportunidades as bandeiras da agroecologia e do fim dos agrotóxicos. Isso implica breçar a expansão do agronegócio sobre os territórios da agricultura familiar, camponesa, indígena e quilombola, bem como a demarcação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos. **Cobramos a imediata formulação e execução do Plano Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos, iniciativa prevista no Planapo**, que deverá articular medidas nos campos administrativo, fiscal e legislativo coerentes com a efetiva necessidade de proteção do meio ambiente e da saúde da população e promoção de alternativas técnicas já provadas no Brasil e em inúmeros outros países (Idem, p.8, grifos nossos).

Outra questão trazida com repúdio no documento se refere à forma de atuação do Estado no que se relaciona aos recursos hídricos:

Analizamos também as **atividades produtivas que requerem grandes volumes de água** dos mananciais do subsolo, como o **monocultivo do eucalipto**, e **repudiamos o apoio do Estado às mesmas em detrimento das práticas agroecológicas** que contribuem para a manutenção das reservas das águas e de sua qualidade. Cobramos urgente implementação de política pública voltada à proteção das reservas hídricas (...) (Idem, p.8).

No que tange à Educação, é feita a sugestão de incorporação das propostas da Educação do Campo, incluídas no Plano Nacional de Educação, na elaboração dos planos municipais e estaduais de educação e no âmbito da própria PNAPO. E quanto às questões relacionadas ao ensino, à pesquisa e à Ater, é manifestado um mal-estar em relação à permanência da racionalidade produtiva do agronegócio, apoiada no difusionismo tecnológico. Os sujeitos agroecológicos reivindicam a adoção da territorialização no âmbito das políticas públicas, especialmente no PLANAPO:

As práticas de ensino, a pesquisa agrícola e a assistência técnica e extensão rural (Ater) permanecem majoritariamente pautadas pela racionalidade produtiva do agronegócio e orientadas pelo difusionismo tecnológico. Por essa razão, continuam pouco contextualizadas às realidades socioambientais, contribuindo para a subordinação da agricultura familiar camponesa à lógica do modelo hegemônico pautado pelo capital. A ampliação de escala das experiências agroecológicas passa, necessariamente, por uma mudança de enfoque dessas práticas, procurando articulá-las entre si por meio da conformação de redes territoriais de construção do conhecimento agroecológico. Essa mudança de enfoque implica, em primeiro lugar, o reconhecimento e a valorização do protagonismo da agricultura familiar camponesa e das populações tradicionais e suas organizações nos processos de produção e socialização de conhecimentos. Esse protagonismo é exercido nos territórios rurais, ou seja, nos lugares onde as populações vivem e produzem em íntima interação com a natureza e com a sociedade do entorno e onde são construídas identidades coletivas a partir das relações de cooperação. **Por essa razão, é indispensável que os instrumentos de política pública, especialmente aqueles no âmbito da PNAPO, sejam**

aprimorados de forma a adotar a unidade territorial com referência para a articulação entre ensino, pesquisa e Ater. O governo deve garantir que a CNAPO se consolide como um espaço de proposição e controle social desses instrumentos de política. Nesse sentido, **saudamos a conquista dos editais voltados à promoção da Ater com enfoque agroecológico, o apoio à criação dos núcleos de agroecologia, a criação de cursos formais de agroecologia em universidades e institutos federais de educação, e o esforço da Embrapa de aproximar a pesquisa em agroecologia das dinâmicas de desenvolvimento rural em âmbito territorial. Mas é essencial que novos instrumentos sejam criados no sentido de articular essas diferentes iniciativas**, por meio de redes interinstitucionais voltadas à produção do conhecimento agroecológico no âmbito dos territórios (Idem, p. 10).

Outro profundo mal-estar manifestado se refere ao tratamento dado pelo Estado à questão das sementes:

É urgente que os governos federal, estaduais e municipais reconheçam, valorizem, disseminem e fortaleçam as dinâmicas comunitárias e regionais de conservação da agrobiodiversidade, incluindo as ações de resgate, guarda, avaliação, multiplicação, intercâmbio, comercialização e uso de sementes crioulas. **Programas e políticas públicas não devem promover a distribuição em larga escala de poucas variedades de sementes comerciais entre agricultores familiares e comunidades tradicionais. Devem valorizar especialmente a diversidade de espécies e variedades crioulas** importantes para a segurança alimentar e nutricional, bem como o papel e o trabalho das guardiãs e guardiões de sementes (Idem, p. 10, grifos nossos).

Dinheiro público não deve ser usado para compra de sementes transgênicas. Zonas livres de transgênicos devem ser criadas como estratégia para a conservação de recursos genéticos locais, especialmente nas áreas indígenas e quilombolas e em regiões de forte presença da agricultura familiar e de outras comunidades tradicionais. Os **bancos de germoplasma públicos devem ser colocados a serviço dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais**, e o **acesso** aos materiais conservados ex situ **deve ser democratizado** (Idem, p. 11, grifos nossos)..

Rechaçamos ainda as iniciativas legislativas que imponham restrição ao livre uso das sementes crioulas, como o PL 2325/2007, e o PL 268/2007 que autoriza a produção e a comercialização de sementes transgênicas terminator, ou seja, aquelas portadoras de Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso (Idem, p. 11).

Outro incômodo que identificamos no texto diz respeito à falta de capacitação e preparo dos técnicos, pesquisadores, extensionistas, executores de políticas e mediadores entre Estado e beneficiários, de forma geral. Na Carta, é apontada a necessidade do governo federal se atentar e promover a capacitação desses sujeitos, de forma que possam se alinhar às diretrizes da PNAPO e às mudanças introduzidas na legislação, evitando restrições indevidas:

Instituições públicas de pesquisa como a Embrapa devem formar e contratar pesquisadores para trabalhar com metodologias participativas e desenvolver programas de melhoramento genético participativo, levando em consideração critérios de seleção identificados pelas comunidades agricultoras (p.11).

Devem ser fortalecidas as redes e as parcerias entre ONGs, organizações de agricultores, instituições de Ater e instituições governamentais. O governo federal deve capacitar executores do Pronaf, gerentes de banco, técnicos avaliadores do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) e outros gestores públicos a respeito das **mudanças introduzidas na legislação** de sementes a partir de 2003, **de modo que não sejam impostas restrições indevidas** à utilização de sementes crioulas por agricultores familiares. A Funai deve **alinhar** suas ações em Terras Indígenas **com as diretrizes da PNAP**, visando a soberania dos índios sobre suas sementes. O Fundo Clima deve também avançar na perspectiva da valorização das sementes crioulas e do fortalecimento das estratégias comunitárias e regionais de conservação de recursos genéticos locais, na perspectiva da adaptação aos efeitos das mudanças climáticas (p.11).

No que se refere às dinâmicas econômicas (comercialização, distribuição, acesso a produtos), pelo que é descrito como “a perspectiva agroecológica de construção de mercados e de abastecimento de alimentos”, percebemos que há um profundo mal-estar em relação aos princípios e práticas hoje fomentados pelo Estado, que se baseiam ainda no regime agroalimentar hegemônico:

Um pequeno grupo de corporações domina hoje os sistemas de abastecimento alimentar, desestruturando as relações entre produtores e consumidores. (...) São tímidas as políticas públicas de apoio às dinâmicas econômicas locais e regionais. (...) A esse limitado apoio público, agrega-se um conjunto de leis e normativas fiscais, sanitárias, territoriais e outras, que coloca crescentes obstáculos às iniciativas locais de comercialização, agregação de valor, transporte e circulação de produtos. A perspectiva agroecológica de construção de mercados e de abastecimento de alimentos funda-se em princípios e práticas que se contrapõem ao regime agroalimentar hegemônico. Baseia-se na aproximação entre agricultores e consumidores, priorizando circuitos de proximidade; na conservação e valorização da agrobiodiversidade e das culturas alimentares regionais; no uso sustentável dos ecossistemas; na facilitação e popularização do acesso aos produtos agroecológicos; no reconhecimento do papel essencial do autoconsumo como prática da agricultura familiar e camponesa; e a contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar.

Para colocar em prática esses fundamentos, as organizações da agricultura familiar e camponesa desenvolvem redes e circuitos de comercialização que articulam, em diferentes escalas – local, regional e nacional –, a solidariedade, o consumo responsável, a soberania e segurança alimentar e nutricional, aproximando a agroecologia da economia solidária. Como expressão dessa construção destacamos as feiras agroecológicas, os grupos e redes de consumidores, a aliança com o pequeno varejo e o tecido econômico local, e as políticas públicas de abertura do mercado institucional para a agricultura familiar e camponesa, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No entanto, **particularmente no caso do PAA, contestamos as atuais alterações normativas voltadas a burocratizar a execução do programa** e a priorizar sua execução por intermédio de entes oficiais. Essas alterações põem em risco um dos maiores méritos do PAA, que é o de fortalecer o

tecido social associativo, ao favorecer a articulação das organizações sociais como cogestoras e operadoras do programa (...)

(...) reafirmamos nossa defesa dos executores do PAA que estão sendo injustamente criminalizados, e questionamos as medidas burocráticas que vem regendo a reorientação do programa (p.13).

A legislação sanitária vigente também é mencionada, com grande mal-estar, no documento, no qual é manifestada a demanda de se “desencadear um processo democrático de construção de uma legislação e um sistema de inspeção sanitária específicos para produção artesanal e familiar”, conforme reproduzido abaixo:

A legislação sanitária está construída dentro do mesmo paradigma do agronegócio, que considera os produtos vivos e naturais como perigosos e os químicos e artificiais como mais seguros ao consumo. Há uma lógica perversa que coloca a segurança sanitária como questão exclusivamente técnica, quando na realidade representa um embate entre campos políticos antagônicos. O atual modelo de legislação e fiscalização sanitárias está muito distante da diversidade e das realidades da produção artesanal e familiar. A inadequação das atuais normas sanitárias ao modo de produção de base artesanal e familiar vem se constituindo como uma das principais barreiras para o acesso da agricultura familiar aos mercados formais, incluindo os mercados institucionais (PAA e PNAE). Parte considerável da produção das mulheres, como ovos, galinhas caipira, derivados de leite, polpas de frutas e panificados, está excluída desses mercados.

(...)

É preciso desencadear um processo democrático de construção de uma legislação e um sistema de inspeção sanitária específicos para produção artesanal e familiar, que valorize e leve em conta a cultura e os saberes populares e envolva, além dos técnicos e especialistas – em especial da saúde pública - outros atores essenciais, como produtores, consumidores, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Propomos, ainda, que seja retirada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a competência pela regulação de bebidas e produtos agropecuários da agricultura familiar, com a imediata transferência da regulação sobre as polpas de fruta para a Anvisa (p.14).

Por fim destacamos o mal-estar mencionado em relação às políticas de financiamento dos sistemas agroecológicos e dos processos de transição que permanecem como grande desafio no âmbito do PLANAPO:

A promoção da agroecologia e dos processos de transição agroecológica dependem de instrumentos de políticas públicas voltados ao fomento e ao crédito. **As políticas de financiamento dos sistemas agroecológicos e dos processos de transição permanecem como grande desafio no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O Pronaf Agroecologia não pode cumprir esse objetivo enquanto estiver fundado na lógica da produção agropecuária reproduzida pelos agentes financeiros e pela ATER tradicional. O reconhecimento dos sistemas agroecológicos na sua diversidade produtiva é essencial e requer a ruptura com os paradigmas dominantes na área da produção e financiamento, que permanecem** referenciados ao modelo convencional desenhado segundo a lógica empresarial de gestão dos agroecossistemas (p.14).

Todos os mal-estares manifestados (que não são poucos) em relação ao Estado demonstram que, mesmo tendo protagonizado uma política pública que traz a Agroecologia em seu nome, o Estado mostra não ter incorporado os princípios agroecológicos, tampouco ter empreendido o esforço para implementar um processo de transição em suas práticas e ações, nem mesmo contingencialmente. A Agroecologia se torna no âmbito da PNAPO e do PLANAPO apenas um termo, uma palavra, que dá nome a uma política.

3.6. Considerações finais

Abrimos esse capítulo compartilhando novas questões para a nossa reflexão, o desafio proposto foi o de buscar compreender se a articulação *Agroecologia e produção orgânica* teria conseguido em algum momento se sustentar enquanto significante vazio. Questionávamos se o PLANAPO havia, mesmo que temporariamente, conseguido firmar a equivalência entre esses dois termos, eliminando o antagonismo existente e se sustentado enquanto uma política pública.

Aprofundamos nas origens das fontes morais agroecológicas, conhecendo um pouco mais sobre as noções de Agroecologia hoje presentes no debate contemporâneo, principalmente as abordagens que compreendem-na enquanto a ecologia dos sistemas alimentares (FRANCIS et al., 2003) e enquanto ciência, prática e movimento (WEZEL et al., 2009). Este estudo nos permitiu compreender que a Agroecologia surge no debate contemporâneo (especificamente no Brasil há quase trinta anos) envolta por um campo simbólico que a projeta no espaço público como algo que traz uma concepção extremamente antagônica aos modos de vida modernos.

Neste sentido, pudemos ver que a Agroecologia é muito afim às concepções de transição, que trouxemos com a *perspectiva do habitar* de Tim Ingold e com as propostas das *ecologias* de Boaventura de Sousa Santos.

Com este aporte, pudemos analisar ainda o processo de elaboração do PLANAPO, bem como as reverberações discursivas que emergiram no momento de seu lançamento público e a Carta Política produzida pelos sujeitos agroecológicos no ano seguinte à instituição do Plano. Nesta análise, pudemos perceber que o antagonismo nunca foi anulado, que a Agroecologia se mostra como um elemento forte, que não

permite que sua identidade seja diluída ou esquecida. E que essa força é emanada na simples presença do vocábulo, da palavra Agroecologia no nome da política pública.

Isso se dá de tal forma, que as críticas que recebe no momento de lançamento do PLANAPO não partem de uma pesquisa científica ou de uma análise fundamentada, são empreendidas embasadas pelas fontes morais modernas. Nesta seara, Foucault nos auxiliou a compreender que isso acontece por ser a Agroecologia - tomada pelos que acreditam e ainda apostam nos caminhos da Modernidade - considerada uma palavra proibida, do campo da loucura, da irracionalidade, por isso não passível de credibilidade, nem mesmo de existência (quicá com possibilidade de nomear uma política pública). Daí, tamanho mal-estar gerado nesses sujeitos, principalmente em relação ao Estado, uma instituição moderna, ao se “deixar levar” e protagonizar uma política pública nessa direção.

Por outro lado, vimos que o PLANAPO significou uma conquista para os sujeitos agroecológicos ao proporcionar um espaço democrático participativo no seu processo de elaboração e ao promover momentos de diálogo com o Estado (mesmo que posteriormente as reivindicações e os princípios agroecológicos tenham sido diluídos e não apareçam no PLANAPO). Porém, a Carta Política do III ENA nos evidenciou que são muitos os incômodos e é grande o mal-estar que os sujeitos políticos agroecológicos manifestam em relação ao Estado e aos rumos que o mesmo tem dado ao PLANAPO.

Sendo assim, a partir da proposta de um entendimento de Laclau e Mouffe, é possível reconhecer a falência do PLANAPO enquanto prática articulatória, uma vez que os antagonismos e a presença de inúmeros mal-estares diante do Estado revelam a impossibilidade de tal política ser legitimada do modo como foi prevista. Entretanto, é preciso ressaltar que o próprio mal-estar que tal política provocou reacendeu o debate na cena pública, foi importante para publicizar a Agroecologia. Nesse sentido, muito mais do que culpabilizar ou defender a perspectiva do pesquisador Zander Navarro, é importante reconhecer que o seu gesto foi essencial para que os sujeitos agroecológicos pudesse ganhar visibilidade. É importante reconhecer que o que ele provocou no espaço público explicitou a falência, e ao explicitar a falência, abriu a possibilidade de um diálogo muito mais amplo, independente da política pública ou não, sobre as contradições que os contextos modernos carregam. Assim, muito antes do que entender o PLANAPO como possibilidade de alterar fontes morais não-agroecológicas, o que pelo posicionamento de Navarro se mostra impossível, é importante entender que a cena pública atenta à discussão e ao tema da Agroecologia, pode provocar mudanças de

concepções nos modos de se pensar, de se habitar e de se vivenciar o mundo em inúmeros contextos para muito além do próprio Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o momento de fechamento desse trabalho, é preciso pontuar algumas questões que orientaram a realização desse estudo, bem como trazer possíveis argumentos, campos ou visões para análises posteriores acerca de um contexto que é muito complexo, mas que se mostrou muito fértil.

O esforço empreendido nessa dissertação girou em torno do entendimento do PLANAPO como possibilidade de se pensar a própria Agroecologia. Dessa forma, a partir do PLANAPO, nosso almejo foi entender o lugar que a Agroecologia se propõe a ocupar nos contextos contemporâneos. Nesse sentido, a criação dessa política pública e seu lançamento se tornaram bases muito fortes para entender os tipos de contradições, os tipos de conflitos, os tipos de tensões que a Agroecologia mobiliza nos cenários atuais.

No primeiro capítulo, a nossa busca foi a de situar a Agroecologia em meio ao debate da crise da Modernidade e, nesse sentido, as contribuições de Bauman (1998) foram muito importantes. As reflexões que este pensador nos proporcionou auxiliaram no entendimento de diversas questões presentes nos variados contextos do nosso tempo, tais quais: o consumismo, as exclusões, as crises, os mal-estares da Modernidade e os da pós-Modernidade, as contradições. Foi a partir desse cenário desenhado por Bauman (1998) e das possibilidades de discussão que ele nos abriu, que pudemos caminhar rumo à discussão sobre a moralidade.

O nosso intuito, ao abrir esse debate, foi o de tentar perceber em que medida as noções de certo e de errado se tornaram afetadas, nesse contexto em que forças contraditórias aparecem e a Modernidade é colocada em xeque. De tal sorte, a nossa proposta foi a de fazer uma minuciosa análise desse cenário de moralidades em disputa.

Trouxemos então Charles Taylor (1997), cujo debate foi muito revelador e muito potente, pois nos ofereceu o principal gesto analítico que perpassou os três capítulos da dissertação: a noção de *fontes morais*. A noção de fontes morais também faz coro à discussão de Bauman (1998), uma vez que Taylor (1997) tenta identificar que tipo de concepção filosófica anima, qualifica, monitora e avalia o contexto do sujeito que vive na Modernidade. É uma discussão muito viva porque nos possibilita entender questões que são tida como “naturais”, cristalizadas nos contextos sociais contemporâneos e relacionadas a parâmetros de se viver, de trabalhar, de se alimentar, de se habitar o mundo. Taylor (1997) explicita o sujeito moderno a partir do conceito do *self* pontual:

um sujeito desenraizado, autocontrolado, prático, moldável, “naturalmente” obediente aos imperativos do Estado e do mercado, que se instrumentaliza para transformar o mundo social e natural externo.

A partir de Taylor (1997), que critica e explicita as fontes morais do sujeito moderno, foi possível trazer um pensador contemporâneo que explicita fontes morais antagônicas às fontes modernas, que é Alberto Acosta (2016). Acosta (2016) foi um autor interessante, pois nos ajudou muito a pensar o que seria uma noção antagônica a essa visão do sujeito pontual moderno, com as ideias que apresenta sobre o Bem Viver, originárias dos povos ameríndios amazônicos e andinos. Forjadas no calor das lutas indígenas e populares, nas palavras de Acosta (2016), as propostas de Bem Viver ou *sumak kawsay*, na terminologia original dos povos kichwa, estiveram por muito tempo invisibilizadas. Acosta (2016) nos proporcionou conhecer um pouco mais a fundo essas propostas e compreender porque o Bem Viver se desenha como um caminho para aqueles que acreditam serem necessárias outras formas de organização social e de práticas políticas dessemelhantes à visão de mundo ocidental, bem como uma oportunidade para se construir coletivamente essa nova forma de organizar a própria vida, baseada nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, e não pautada pela acumulação do capital, a qual o autor denomina de noção de “viver melhor”. Para o autor, a noção de “viver melhor” supõe uma opção de progresso material ilimitado e nos incita a uma competição permanente com nossos semelhantes para produzir mais e mais, em um processo de acumulação material sem fim.

Ao trazer a noção de Bem Viver traduzida por Alberto Acosta (2016), o esforço foi o de entender o quanto tal noção se aproxima de uma proposta agroecológica. E, a partir daí, foi possível construir a principal proposta analítica do trabalho que é o quadro apresentado na página 48, em que explicitamos o antagonismo entre as fontes morais de uma intenção agroecológica e de uma não-intenção agroecológica. Neste quadro, demonstramos que a *intenção agroecológica* percebe a Modernidade em crise e toma como *errado* as práticas e os modos de organização da vida direcionados para o “viver melhor” e, como *certo*, as propostas de um “bem viver” para todos e todas. Por outro lado, em posição oposta, a não-intenção agroecológica acredita nas propostas modernas de organização do mundo e tem como *certo* as propostas de um “viver melhor” e como *errado*, ou impossível, ou inatingível as ideias de um “bem viver”.

Com base nesse esquema, tentamos, então, explicitar o jogo antagônico de fontes morais a partir de questões inspiradas nos pensamentos de Bauman (1998), de

Taylor (1997) e de Acosta (2016) e, para tanto, construímos o quadro: *Jogo Antagônico entre Fontes Morais*, apresentado na página 49. Este quadro foi a base de orientação de todo o trabalho, foi nosso parâmetro analítico, e se tornou fundamental para a busca de evidências desse jogo antagônico, a partir das Cartas Agroecológicas. Por meio das Cartas, foi possível empreender o rastreamento das fontes morais em disputa e, portanto, evidenciar o antagonismo.

Sendo assim, toda essa compreensão basilar construída no primeiro capítulo se tornou fundamental para a compreensão dos outros dois capítulos dessa dissertação, que se referem ao próprio Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Nesse sentido então, aliado ao entendimento de que a Agroecologia produz fontes morais antagônicas, nosso esforço foi o de compreender como esse antagonismo apareceu e de que forma foi administrado e gerido pelo Estado brasileiro, em função desse Plano. Interessou-nos investigar de que modo o Estado incorporou esse antagonismo. Quais as estratégias usadas para lidar com esse antagonismo, para resolvê-lo? Será que o Estado tentou eliminar alguma das partes? Como terá sido a construção do PLANAPO? Essas foram algumas das questões que nos instigaram naquele momento.

Por isso, foi importante ter no capítulo 2 o entendimento do PLANAPO enquanto uma política pública. Nesse sentido, nosso questionamento nos orientou a buscar compreender o que é uma política pública, como ela se forma. Vimos então que as políticas públicas se constituem a partir de um jogo de antagonismos e que têm um ciclo. Mas, muito mais do que aprofundar no entendimento desse ciclo, o nosso intuito no capítulo foi entender que a política pública se constrói em torno de um problema público. E apreendemos que um problema público é algo que está aberto a múltiplas perspectivas, e que, de algum modo, a partir de um ciclo de políticas que o Estado cria, ele tenta tratar e encontrar soluções para tal, a partir de definição de agentes, de recursos, de prioridades.

Entretanto, sabemos que os contextos contemporâneos, marcados por antagonismos são permeados por uma série de forças muitas vezes irreconciliáveis. Nesse sentido, foi fundamental entender como uma política pública se apresenta num contexto democrático pós-estruturalista. Para isso, as contribuições de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987) foram fundamentais, pois, a partir do pensamento desses teóricos, pudemos compreender a existência de um grande paradoxo democrático marcado por contradições do liberalismo e por outro lado, pela emergência de inúmeras identidades que surgem nos contextos contemporâneos e que de algum modo precisam

lidar com um outro paradoxo fundamental: hegemonia, da qual o Estado, enquanto instituição moderna, utiliza-se para construir a governabilidade. Vimos então, com o auxílio de Laclau e Mouffe (1987) que, diante de um paradoxo liberal, econômico e político, existe ainda a emergência de uma contra-hegemonia e que, ao tentar acessar o Estado, tal contra-hegemonia precisa lidar com uma hegemonia, num jogo de forças, para que de algum modo possa alcançar possibilidades mais amplas. Então, Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987) nos mostraram esse jogo, essa disputa que se trava socialmente, que se dá na tentativa de se construir e fixar significados.

Nesse sentido, foi possível entender que todo esse processo acontece por meio do discurso. O *discurso*, nesse trabalho, não foi apenas um campo metodológico analítico de preocupações. O discurso é um conceito, uma visão que Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987) propõem para entender esse jogo hegemônico provocado pelo Estado, em meio à necessidade de dar conta de múltiplas identidades e de exercer a democracia, ao mesmo tempo em que tem que lidar com o paradoxo liberal, na constituição de suas ações e de suas políticas. Então, pudemos ver que o discurso é uma construção que, num contexto tão paradoxal e tão antagônico, acontece através de práticas articulatórias de inúmeros elementos que compõem um campo de discursividade. Estes elementos vão sendo diluídos em alguns momentos, nos quais determinados antagonismos precisam ser acomodados, para que o Estado dê conta, então, de encontrar uma linha de ação diante de um problema público e atender a grupos diferentes em torno de uma bandeira comum, chamada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987) de *significante vazio*. Destarte, os autores nos mostraram que ao contrário de ser algo ruim, o *significante vazio* é algo necessário para a construção de uma governabilidade, num contexto complexo e tão pluralista como o contemporâneo. Entretanto, vimos também que o *significante vazio* é sempre precário, sempre contingente, sempre provisório, uma vez que ele não apaga os antagonismos: ele vai apenas tentar diluí-los e possibilitar a construção de um agonismo, ou seja, os grupos sempre vão sobreviver a partir de uma tensão inerente a eles mesmos, mas eles vão encontrar, no Estado, possibilidades de construções de ações e de uma legitimidade social.

A partir disso, viemos com o questionamento desse trabalho: sabemos que o antagonismo provocado pela Agroecologia sobrevive a partir de um corte muito bem demarcado entre intenção agroecológica e intenção não-agroecológica. Será que esse processo de construção de uma política pública por meio do PLANAPO, num contexto

de disputa discursiva, foi capaz de construir uma prática articulatória para que o Estado conseguisse legitimar grupos tão diferentes em torno da bandeira da Agroecologia? Nesse sentido, fizemos uma análise, no capítulo 2, do processo de construção do PLANAPO. Nessa análise, tomamos a *Agroecologia* como um processo de expansão de uma intenção agroecológica, e a *produção orgânica* enquanto um processo que quer adaptar técnicas de produção, técnicas de manejo, mas que corresponde a uma fonte moral de intenção não-agroecológica, uma vez que preza pela alteração de técnicas e práticas de manejo, mas que não modifica seu modo de pensamento e suas fontes morais. Nesse capítulo então foi possível expressar a amplitude do campo de discursividade da Agroecologia que existia antes do PLANAPO, e perceber como esse campo de discursividade foi sendo diluído e de que forma se apresentou no documento oficial de institucionalização do Plano. Nesse âmbito, é perceptível, em nossas análises, o quanto as propostas agroecológicas foram sendo diluídas no decorrer do processo.

Entretanto, uma questão permaneceu: o termo *Agroecologia* não foi diluído. A palavra, o vocábulo não foi diluído. E essa palavra foi tão forte que no capítulo 3, ao analisarmos então o lançamento do PLANAPO, percebemos inevitavelmente uma falência discursiva de construção de legitimidade dessa política pública. Dito por outras palavras, enquanto prática articulatória, o lançamento do PLANAPO provocou cortes antagônicos extremamente drásticos, a ponto de demonstrarem uma impossibilidade por parte do Estado em produzir legitimidade social em torno dessa política, seja diante dos sujeitos agroecológicos, seja perante os não-agroecológicos. Nesse sentido, o mal-estar evidenciado pelo texto de Zander Navarro nos revelou muito mais do que uma crítica, mas uma desqualificação da existência da Agroecologia, traduzindo e apontando a Agroecologia como loucura, uma vez que ela propõe outras racionalidades. Sendo assim, ainda que Zander Navarro tenha escrito um texto sem a retórica científica, pudemos perceber que a base da argumentação apresentada por ele corresponde às fontes morais modernas.

Entretanto, foi possível constatar também que, apesar dos movimentos agroecológicos terem demonstrado forte resistência e notável incômodo em relação ao texto de Navarro, bem como forte mal-estar em relação ao Estado brasileiro, esses grupos ainda veem no PLANAPO a possibilidade para que o sujeito político agroecológico apareça na cena pública. Então compreendemos que, mesmo que o discurso do PLANAPO não tenha sido eficaz enquanto universalizador de uma política pública, ainda que não tenha alcançado uma certa legitimidade social, este Plano

deflagrou um processo de discussão e de busca dessa legitimidade social da Agroecologia. Ainda que enquanto plano, o PLANAPO não tenha sido eficiente, seu processo de construção foi eficiente por explicitar esse jogo antagônico de modo que a própria Agroecologia aparecesse na cena pública. Então o PLANAPO teve a sua importância em diversos aspectos, tais quais: possibilitou visibilidade à Agroecologia, permitiu aos grupos afins se fortalecerem em rede, possibilitou espaços de expressão para esses grupos, promoveu debates. Entretanto, tomando a perspectiva de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987) de entendimento do Estado e dos contextos políticos democráticos contemporâneos, e reconhecendo o Estado enquanto instituição moderna e paradoxal, num contexto de crise da Modernidade, cabe questionar: é possível os sujeitos agroecológicos apostarem no Estado enquanto instituição capaz de garantir um processo de transição?

Esta é uma questão que não foi respondida nesse trabalho. Mas é um desafio que permite que estudos futuros possam ser feitos. Ainda que tal questão não demande uma resposta imediata, ela inevitavelmente nos faz refletir o quanto o Estado, do modo como se apresenta hoje, mostra-se, em seus processos, em suas metas e em seus modos de construção de existência filiado a uma lógica moderna. E, se está filiado a uma lógica moderna, está associado a uma lógica de intenção não-agroecológica.

No entanto, paradoxalmente, vimos que o Estado, ao mesmo tempo em que se propõe moderno, propõe-se também democrático, como sendo uma instituição que é para todos. Por tudo isso, o cenário futuro nos aponta um horizonte de extremo antagonismo e de extrema tensão em relação a essa figura que, conforme Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1987) falam, se apresenta por um grande paradoxo: o Estado é para todos, mas é animado por fontes muito marcadas para alguns.

No entanto, nesta direção, Chantal Mouffe (2009) nos inspira um otimismo quando argumenta acreditar que virá um tempo em que cada um terá que decidir de qual lado ficar no confronto agonístico. Ou seja, um tempo em que se alcançará o exercício da democracia agonística, no qual se compreenderá o conflito e a divisão como inerentes à política. Por outros termos, tomaremos a consciência de que o consenso definitivo nunca poderá ser definitivamente alcançado, tornando assim possível falar em uma democracia pluralista, uma vez que ela só é possível pela impossibilidade de sua completa implementação. Só nesse sentido, seremos capazes de criar espaços nos quais o confronto permanece aberto, onde as relações de poder poderão ser sempre questionadas e nenhuma vitória será tida como final.

O que foi desvelado nesse trabalho é que o debate agroecológico ainda reside num *locus* de profundo antagonismo, entre inimigos, e não entre adversários conforme proposto pela perspectiva da democracia agonística. Todavia, a instituição do PLANAPO, um plano nacional que traz a Agroecologia em seu nome, revela que o Estado demonstrou, de algum modo e com inúmeras contradições, um esforço em ser democrático, aberto à expressão das diferenças, criando espaços para um debate (mesmo que esses não tenham se revelado agonísticos). Isso nos leva a crer que cabem então estudos futuros que possam compreender a relação da Agroecologia com o Estado não a partir de um fatalismo ou de uma impossibilidade, mas partindo da possibilidade de um paradoxo democrático.

Nesta direção, entendemos que muito mais do que entender que a transição – um processo de mudança de um sistema centrado em monoculturas e na acumulação de capital para outras formas de se habitar o mundo, com bases nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, no bom conviver das diferenças e no sustento da vida em todas as suas dimensões - irá acontecer no futuro, o fato de tantos conflitos e de tantos tensionamentos estarem sendo tematizados indica que uma transição já começou. Existem grupos que já se manifestam, racionalidades que já emergiram, e que promovem um amplo debate sobre o que é habitar e conviver nesse complexo e contraditório mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”**. Abril, 2012.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos possíveis**. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante. 2016.

———. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In. Um campeão visto de perto. Ed Fundação Boell: 2012. 19p. Disponível em: http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/alberto_acosta.pdf . Acesso em: 01 de setembro de 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa**, Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.

ARAÚJO, A. Contribuições a uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Indigenista. In: ARAÚJO, A; VERDUM, R. (orgs). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília, DF: NEAD/SAF, 2010. p. 54-88.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). **Propostas da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA para a “Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Abril de 2012.

BARBOZA, L. G. A.; THOMÉ, H. V.; RATZ, R. J.; MORAES, A. J. de. **Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica**. *Ambiência Guarapuava* v.8 n.2, Paraná, maio/ago. 2012. p. 389 – 401.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BORSATTO, Ricardo Serra. Agroecologia e sua epistemología. **Interciencia**, v. 37, n. 9, p. 711-716, 2012.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645-660, 2013.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira; CARDOSO, Irene Maria; OTSUKI, Kei. “I made a pact with God, with nature, and with myself”: exploring deep agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 40, n. 2, p. 116-131, 2016.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – 21 de agosto de 2012, Página 4.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 54, de 12 de novembro de 2013. **Diário Oficial da União**, 13 de novembro de 2013, nº 221, Seção 1, pág. 12.

BRASIL. Congresso Nacional. Ordem do Dia. Transcrição literal das notas taquigráficas do pronunciamento da Deputada Luci Choinacki. 7 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=101.3.54.O&nuQuarto=105&nuOrador=2&nuInsercao=72&dtHorarioQuarto=17:28&sgFaseSessao=OD&Data=07/05/2013&txApelido=LUCI%20CHOINACKI,%20PTSC&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=17:28&txEtapa> . Acesso em 17 de agosto de 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Ordem do Dia. Transcrição literal das notas taquigráficas do pronunciamento da Deputada Luci Choinacki . 15 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=118.3.54.O&nuQuarto=60&nuOrador=2&nuInsercao=112&dtHorarioQuarto=13:06&sgFaseSessao=OD&Data=15/05/2013&txApelido=LUCI%20CHOINACKI,%20PTSC&txFaseSessao=Ordem%20do%20Dia&txTipoSessao=Deliberativa%20Extraordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=13:06&txEtapa> . Acesso em 17 de agosto de 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Ordem do Dia. Transcrição literal das notas taquigráficas do pronunciamento da Deputada Luci Choinacki . 28 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Luci+Choinacki&txPartido=PT&txUF=SC&dtInicio=28%2F05%2F2013&dtFim=28%2F05%2F2013&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar> Acesso em 17 de agosto de 2016.

BRASIL. Senado Federal. Ordem do Dia. Transcrição literal das notas taquigráficas do pronunciamento do Senador Casildo Maldaner. 8 de maio de 2013. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/399113> Acesso em 17 de agosto de 2016.

BRASIL, **Portaria Interministerial Nº 54**, de 12 de novembro de 2013. Diário Oficial da União nº 221, Brasília, 12 de novembro de 2013, Seção 1, pág. 12.

BRASIL, 2013. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>. Acesso em: 23 de agosto de 2016.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – CIAPO; COMISSÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA – CNAPO. (201?). **Proposta elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO.** Disponível em: <http://www.Agroecologia.org.br/2013/07/30/plano-nacional-de-Agroecologia-e-producao-organica/> Acesso em 18 de agosto de 2016.

CANUTO, J. C. **Mitos sobre Agroecologia**. Cnpma. 2011. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/919298/mitos-sobre-agroecologia> Ano de publicação: 2011. Acesso em: maio de 2016.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.. **Agroecologia. Enfoque científico e estratégico**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.2, abr./jun.2002. p. 13-16.

CAPORAL, F.R. (Org.); COSTABEBER, José Antônio (Org.). **Agroecologia e Extensão Rural Sustentável: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004a.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004b.

CAPORAL, F.R. **Agroecologia: uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009a.

CAPORAL, F.R. (Org.); COSTABEBER, José Antônio (Org.); PAULUS, Gervásio (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009b.

CAPORAL, F.R. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009c.

———. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: Compromisso com as Atuais e nosso Legado para as Gerações Futuras**. 1.ed., Brasília: MDA/SAF, 2009d.

———. RAMOS, L.F.; CAPORAL, D. S.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (Orgs.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo Desenvolvimento Rural Sustentável**. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009e.

——— ; AZEVEDO, E. O. (Orgs). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. 1.ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

CARLI, Caetano De'. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 100, p. 105-130, 2013.

CARTA AGROECOLÓGICA 2002. **Carta da 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia** (PDF). 1ª Jornada Paranaense de Agroecologia.Ponta Grossa- PR. 2002. [mensagem pessoal]. Recebida por e-mail em 8 de setembro de 2016, de ONG Terra de Direitos.

CARTA AGROECOLÓGICA 2003. **Carta Agroecológica 2003**. IV Seminário Internacional sobre Agroecologia, I Congresso Brasileiro de Agroecologia e V Seminário Estadual sobre Agroecologia. Porto Alegre/RS. 2003. Disponível em: <http://www.rs.gov.br/conteudo/182724/leia-aqui-a-integra-da-carta-agroecologica-2003> . Acesso em: 19 de agosto de-2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2004. **Carta da 3ª Jornada de Agroecologia**. 3º Encontro da Jornada de Agroecologia. Ponta Grossa-PR. 2004. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/doc/cartjor.htm> Acesso em: 19 de agosto de 2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2005. **Carta do 4ª Encontro da Jornada de Agroecologia**. 4º Encontro da Jornada de Agroecologia. Ponta Grossa – PR, 2005. [mensagem pessoal]. Recebida por e-mail em 8 de setembro de 2016, de ONG Terra de Direitos.

CARTA AGROECOLÓGICA 2006. **Carta Agroecológica de Porto Alegre 2006**. VII Seminário Internacional sobre Agroecologia e VIII Seminário Estadual sobre Agroecologia. Porto Alegre-RS. 2006. Disponível em: www.aba-agroecologia.org.br . Acesso em: 19 de agosto de 2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2007. **Carta Agroecológica de Porto Alegre 2007**. VIII Seminário Internacional sobre Agroecologia e IX Seminário Estadual sobre Agroecologia. Porto Alegre/RS. 2007. Disponível em: <http://correiodadania.com.br/internacional/33-artigos/noticias-em-destaque/1150-26-11-2007-carta-agroecologica-de-porto-alegre-2007> Acesso em: 4 de agosto de 2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2008. **Carta Agroecológica de Porto Alegre 2008**. IX Seminário Internacional sobre Agroecologia e X Seminário Estadual sobre Agroecologia. Porto Alegre – RS. 2008. Disponível em: www.agrolink.com.br/downloads/Carta_Agroecologica_de_Porto_Alegre_2008.pdf Acesso em: 4 de agosto de 2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2009. **Carta Agroecológica de Curitiba 2009**. VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e II Congresso Latino-americano de Agroecologia. Curitiba – PR. 2009. Disponível em: www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/.../Carta_%20Agroecologica_Curitiba2009.pdf Acesso em: 4 de agosto de 2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2010. **Carta da 9ª. Jornada de Agroecologia**. 9ª. Jornada de Agroecologia. Fernando Beltrão – PR. 2010. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/2010/05/24/carta-da-9a-jornada-de-agroecologia-maio-de-2010/> Acesso em: 15 de agosto de 2016.

CARTA AGROECOLÓGICA 2011. **Carta Agroecológica 2011**. XI Seminário Internacional e XII Seminário Estadual sobre Agroecologia. 2011. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=13745#.V6iJU_krLIU Acesso em: 8 de agosto de 2016.

CARTA DE BRASÍLIA – OUTONO 2013. Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <http://www.Agroecologia.org.br/files/importedmedia/carta-seminario-nacional-de-Agroecologia-e-producao-organica.pdf> . Acesso em 3 de outubro de 2016.

CARTA POLÍTICA DO III ENA. III Encontro Nacional de Agroecologia. Juazeiro-BA. 2014. Disponível em: <https://fbssan.org.br/biblioteca/cartas/> . Acesso em 07 de abril de 2017.

DE ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; HERNÁNDEZ, David Gallar; COLLADO, Ángel Calle. A "nova" questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **Revista NERA**, v. 17, n. 24, 2014.

FEHLAUER, Tércio. “Chega de tanta teoria!”: notas de uma crítica do discurso na agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, out. 2007, Vol.2, No.2, pp. 455-459.

FERRAZ, José Maria Gusman. Resposta ao artigo “Fadas, duendes e agricultura”. In: **Braços, sementes e agricultura**. Publicado em 06 de novembro de 2013. Site: [www.terradesentidos.org](http://terradesentidos.org) . Disponível em: <http://terradesentidos.org/bracos-sementes-e-agricultura/> Acesso em 9 de agosto de 2016.

FLORIANI, N., FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, 2010. pp 3-23.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 9e. São Paulo: Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FRANCIS C., LIEBLEIN G., GLIESSMAN S., BRELAND T.A., CREAMER N., HARWOOD R, SALOMONSSON L., HELENIUS J., RICKERL D., SALVADOR R., WIEDENHOEFT M., SIMMONS S., ALLEN P., ALTIERI M., FLORA C., POINCELOT, R. Agroecology: The ecology of food systems. **Journal of Sustainable Agriculture**, Volume 22, 2003.pp:99-118.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n. 21, 2009. p. 211-259.

GIORDANI, R. **Hegemonia e discurso: o sujeito que resiste**. Travessias, n. 7, 2009. p. 76-97.

GLIESSMAN, S.R..**Agroecology: The Ecology of Sustainable Food Systems**. 2ed. Santa Cruz: University of California, 2007.

GONZÁLEZ, L. F. F., ARROYO, J. C. & MORENO, Y. M. Desarrollo de productos turísticos rurales sustentables. Propuesta y validación de expertos respecto a tres variables. **El Periplo Sustentable**, 28, 2015. p.115-139.

HOWARTH, David. **La teoría del discurso**. In: MARSH, David; STOKER, Gerry (eds.). Teoría y métodos de la ciencia política (versión española de Jesús Cuellar Menezo). Alianza, Madrid, 1997, p.125-142.

INGOLD, Tim. An Anthropologist Looks at Biology. *Man, New Series*, Vol. 25, No. 2, Jun., 1990, pp. 208-229.

INGOLD, Tim. **The Perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. Routledge, 2000.

JACOB, Luciana B. S. **Agroecologia e universidade: entre vozes e silenciamentos**. Gerd, 2011.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS Louise J. **Discourse Analysis as Theory and Method**. London: Sage Publication Ltd, 2002.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**. Siglo XXI, Madrid, 1987.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de: Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios, 2015. 288p.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MALVEZZI, Roberto (Gogó). A comida do agronegócio – um comentário ao texto de Zander Navarro. In: **Braços, sementes e agricultura**. Publicado em 06 de novembro de 2013. Site: [www.terradesentidos.org](http://terradesentidos.org) . Disponível em: <http://terradesentidos.org/bracos-sementes-e-agricultura/> Acesso em 9 de agosto de 2016.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na Modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo, Contexto, 2012.

MENDONÇA, Daniel de. **Como olhar o “político” a partir da teoria do discurso**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. Brasília, janeiro-junho de 2009, pp.153-169.

MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. (orgs.). **Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau**. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 212p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) – Brasil Agroecológico**. Publicado em: 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br> . Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha-It_PLANO_NACIONAL_DE_AGR-379811.pdf . Publicado em: 2013. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) – **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Proposta elaborada por membros da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO e da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, para avaliação e aprovação pelos ministros das pastas que compõem a CIAPO.** Brasília, 2013.

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox.** Reimpressão. London, New York: Verso, 2009.

———. **Sobre o Político.** Tradução: Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NAVARRO, G. De Molina; LUIS, Manuel. Agroecología e Historia Agraria. Una hibridación necesaria. **Estudios Rurales**, 2011, Vol.1(1), pp.1-29

NAVARRO, Zander. **Fadas, duendes e agricultura.** Jornal O Estado de S.Paulo (Estadão), seção Opinião. 30 de outubro de 2013 (b). Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,fadas-duendes-e-agricultura-imp-,1091201> Acesso em: 14 de junho de 2016.

NIETO GÓMEZ, Libia Esperanza; VALENCIA TRUJILLO, Francis Liliana; GIRALDO DÍAZ, Reinaldo. Pluri-epistemological bases of studies in agroecology. **Entramado**, v. 9, n. 1, p. 204-211, 2013.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. Avaliação de riscos ambientais de plantas transgênicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 2001, 18.1: 81-116.

NORDER, Luiz Antonio et al. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, n. 3, 2016.

PAULUS, Gervásio. Ciência, Consciência e Persistência: para avançar na implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: **Braços, sementes e agricultura.** Publicado em 06 de novembro de 2013. Site: www.terraesentidos.org . Disponível em: <http://terraesentidos.org/bracos-sementes-e-agricultura/> Acesso em 9 de agosto de 2016.

PINTO, C.R.J. **Democracia como significativo vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.** Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n.2, jul/dez 1999. p.68-99.

PINTO, C. R. J. **Elementos para uma análise de discurso político.** Revista Barbarói. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, n. 24, 2006. p. 78-109.

REVISTA EDUCAÇÃO. **O veneno está na mesa.** Grandes temas, Edição 191, março de 2013. Disponível em: <http://revistaeducacao.com.br/textos/191/o-veneno-esta-na-mesa-278799-1.asp> Acesso em: 7 de maio de 2016.

RIBEIRO, Maíra Taquiguthi. **Braços, sementes e agricultura.** Publicado em 06 de novembro de 2013. Site: www.terraesentidos.org . Disponível em:

<http://terradesentidos.org/bracos-sementes-e-agricultura/> Acesso em 9 de agosto de 2016.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 06, p. 1533-1542, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, Boitempo, 2007.

SCHMITT, Claudia Job. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: Sérgio Sauer, Moisés Villamil Balestro. **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica** - 2ª Ed. Expressão Popular, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquema de análises, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. p. 35-45.

SILIPRANDI, Emma C. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n3, 2009. p. 114-116.

SILVA, L.G.da. **Ernesto Laclau (1935-2014): A Trajetória de um legado às Ciências Sociais**. Caderno de Estudos Sociais, vol. 29, n. 1, jan./jun. 2014. p. 194-211.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2002.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da Modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TORRE, E.H.G.; AMARANTE, P. **Michel Foucault e a “História da Loucura”: 50 Anos**. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis, 2012, v. 3, n. 6, p. 41-64.

TURNIAWAN, M.L. **Constructing a Counter-Discourse: Agroecological Formação at the MST's Milton Santos School**. Dissertação, 2015. Syracuse University. Disponível em: <http://surfasse.syr.edu/etd/286>

WEZEL, A.; BELLON, S.; DOR, T.; FRANCIS, D.; VALLOD, C; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review In: **Agronomy for Sustainable Development, January, 2009**. Disponível em: www.agronomy-journal.org